

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOCELITA GIORDANI TOZZI

**O MOVIMENTO ECOLÓGICO COMO ESPAÇO EDUCATIVO:
ESTUDO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
EM ALTA FLORESTA, MATO GROSSO**

CUIABÁ-MT
2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOCELITA GIORDANI TOZZI

**O MOVIMENTO ECOLÓGICO COMO ESPAÇO EDUCATIVO:
ESTUDO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
EM ALTA FLORESTA, MATO GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Instituto de Educação, Área de Concentração: Educação, Cultura e Sociedade, Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular para obtenção do título de Mestre em Educação.

**CUIABÁ-MT
2005**

FICHA CATALOGRÁFICA

T 757m TOZZI, Jocelita Giordani

O movimento ecológico como espaço educativo: estudo de organizações não governamentais em Alta Floresta, Mato Grosso/ Jocelita Giordani Tozzi. —Cuiabá: UFMT/IE, 2005.

149p. : il. color.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, do Instituto de Educação, Área de Concentração: Educação, Cultura e Sociedade. Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof^a Dr^a Artemis Augusta Mota Torres.

Bibliografia: p. 130-136

CDU – 504:329.71

Índice para catálogo sistemático:

- 1– movimento ecológico
- 2– educação
- 3– participação política

Para Olávio, Larissa e Lucas
pela amável acolhida nos inúmeros retornos.

À tod@s aquel@s que
participaram desta construção, em especial à Professora
Doutora Artemis.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Artemis Augusta Mota Torres, pela sensibilidade com que me orientou neste trabalho, possibilitando o amadurecimento de minha produção acadêmica e meu desenvolvimento pessoal e profissional;

Aos amigos e interlocutores Renato, Laurent, Marília, Professor Vander, Irene, Marcelo, Rogério, Alexandre, José Alesando que com sua valiosa colaboração me permitiram a imersão no objeto de estudo;

Ao Prof. Dr. Luiz Augusto Passos, pelas sábias palavras em momentos nebulosos desta trajetória;

Aos professores doutores Michèle Sato e Jadir de Moraes Pessoa pelas valorosas contribuições;

Aos Professores Oreste Preti, Domingo Pimienta, Marcos, Tânia, Duque e Rosemeri, do NEAD – Cuiabá, pessoas amigas que me incentivaram nesta caminhada, me ensinando sobre pesquisa e tornando o ambiente acadêmico um espaço de relações fraternas;

À Márcia, Solange, Dirceu, Jeane e Iara pela amizade sincera e pela disposição em me ouvir, compartilhar as experiências, fazendo com que esta trajetória fosse menos solitária;

Aos amigos do GPMSE, da UPC, da Escola da Liberdade e os demais pesquisadores que integram ou integraram o grupo, pelas possibilidades educativas que a convivência com educadores populares me proporcionou;

A Laura, Angélica, Beto, Kátia, Terezinha, Solange, amigos e amigas especiais que foram “pontes” importantes para me integrar ao processo, mesmo à distância;

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação do IE/UFMT.

Explorar as brechas e contradições que abrem caminho para as rupturas e mudanças, eis o itinerário a ser percorrido pelo pesquisador que se quer deixar educar pela experiência e pelas situações vividas. (Carlos Rodrigues Brandão)

RESUMO

Compreendendo educação numa acepção ampla, como produto e produção de cultura e tendo como pressuposto a dimensão política e emancipatória da educação presente nos movimentos sociais, investigo neste trabalho o caráter educativo da prática social e política de ONG ambientalistas em Alta Floresta. O *locus* da pesquisa situa-se no extremo norte de Mato Grosso e surge no contexto das políticas governamentais de ocupação da Amazônia, na década de 1970. Este fator tem implicações na constituição histórica do lugar, complexificando a relação entre os seres humanos e a natureza. As bases teórico-epistemológicas compreendem os conceitos de movimento ecológico, educação, participação política e organizações da sociedade civil. A pesquisa tem um enfoque dialético. Os sujeitos são 06(seis) organizações não governamentais que atuam em Alta Floresta e entorno. Para a pesquisa empírica utilizei-me de instrumentos como: formulário para o mapeamento das ONG e atividades desenvolvidas nos anos de 2003 e 2004, observação, análise documental e entrevista com integrantes das organizações. Os resultados indicam que as organizações têm uma atuação em rede, no âmbito local, nacional e internacional. A maioria trabalha com recursos públicos em projetos de iniciativa da própria organização ou implementação de políticas socioambientais governamentais participativas. Os trabalhos comunitários são importantes iniciativas de socialização do saber, todavia, são pontuais e não nascem como resultado de uma consciência crítica dos grupos sociais envolvidos. No contexto pesquisado, as ONG são espaços privilegiados de compartilhamento de poder com as esferas político-administrativas, ampliando o espaço público de debate acerca dos problemas ambientais. Neste sentido, são sujeitos políticos importantes, pois, dão visibilidade ao conflito socioambiental.

Palavras-chave: movimento ecológico, educação, participação política.

ABSTRACT

I have understood education in a wide meaning, as a product and culture production and as presupposition the political dimension and emancipation of the present education in the social movements, In this work investigate the educational character of the social and political practice in environmental ONG in Alta Floresta. The locus of the research placed in the end north of Mato Grosso servant in the context of the government politics of occupation of Amazonia, in the decade of 1970. This factor has implications in the historical constitution from the place, making complex the relationship between the human beings and the nature. The theoretical-epistemological bases comprise the concepts of ecological movement, education, political participation, civil society. The research has a dialectic focus in the discussion of the object and in the analysis of the data. I was investigated by six organizations that act in Alta Floresta and I spill. For the empiric research I used instruments such as: form to map that ONG and activities developed in the years of 2003 and 2004, observation, documental analysis and glimpses with members of organizations. The results indicate that the organizations have a performance in net, in the local, national and international ambit. Most of them works with public resources in projects of initiative of the own organization or implementation of social-environmental governmental politic, addressed for a specific public or the whole community. The projects are important initiatives of socialization of the knowledge, though, in its majority they are punctual and linked to the existent budget. The communitarian works are important initiatives of socialization of the knowledge, but they are punctual and don't rise from a critical conscience of social groups. On the researched context, the ONG are privileged spaces of ruling sharing with political-administrative spheres, increasing the public space of discussion about the environmental problems. On this sense, are important political subjects, because they give visibility to the social-environmental conflict.

Key-words: ecological movement, education, political participation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONG
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEPEA	Centro Permanente de Educação Ambiental
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CODAM	Conselho para o Desenvolvimento da Amazônia Mato-grossense
COMDEMA	Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
CONTUR	Conselho Municipal de Turismo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMPAER	Empresa Matogrossense de Pesquisa e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FFI	Fauna & Flora International
FORMAD	Forum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FAO	Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEC	Fundação Ecológica Cristalino
FEMA	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FUNAM	Fundação Agroambiental da Amazônia Matogrossense
GPMSE	Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

INDECO	Integração, Desenvolvimento e Colonização
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IOV	Instituto Ouro Verde
ICV	Instituto Centro de Vida
IF	Instituto Floresta para o Desenvolvimento Sustentável
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEAD	Núcleo de Educação Aberta e a Distância
ONG	Organização Não-Governamental
ONGDS	Organização Não-Governamental de Desenvolvimento
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PIN	Programa de Integração Nacional
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
REMTEA	Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
SEMA-MT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SF	Sociedade Formigas
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

ÍNDICE

RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	09
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1.....	23
A CONSTRUÇÃO DO OBJETO, O RECORTE EPISTEMOLÓGICO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
1.1 Construindo o Objeto.....	23
1.2 Definindo o Recorte Teórico Epistemológico.....	26
1.2.1 Entre o Estado e o Movimento Social: o espaço educativo das ONG.....	26
1.2.2 O Movimento Ecológico: historicidade e tendências contemporâneas.....	34
1.3 A Problematização e os Caminhos da Pesquisa.....	40
1.4 Os Procedimentos Metodológicos.....	42
1.5 Os Instrumentos de Coleta de Dados, Sujeitos e Objeto da Pesquisa.....	43
CAPÍTULO 2.....	47
ALTA FLORESTA: DO SONHO DESENVOLVIMENTISTA AO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE.....	47
2.1 A Política de Ocupação da Amazônia Norte-Matogrossense na década de 1970 e as consequências socioambientais.....	50
2.2 Desmatamento é Progresso: A Emergência do Anti-ambientalismo em Alta Floresta.....	56
2.3 O Movimento Ecológico em Alta Floresta: alguns destaques históricos.....	60
CAPÍTULO 3.....	64
AS ONG NO BRASIL: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS.....	64
3.1 A trajetória das ONG no Brasil.....	64
3.2 As ONG Ambientalistas no Contexto da Consolidação Democrática do Brasil: Limites e Possibilidades de Atuação nas Políticas Públicas.....	69

CAPÍTULO 4.....	75
AS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS DE ALTA FLORESTA: UM PERFIL.....	75
4.1 As Organizações Ambientais de Alta Floresta: campo e forma de atuação.....	76
4.1.1 Abrangência Geográfica de Ação.....	81
4.1.2 Campo de Atuação das Organizações.....	82
4.1.3 Natureza das Atividades Desenvolvidas pelas Organizações.....	83
4.1.4 Fonte de Financiamento dos Projetos e Programas.....	85
4.1.5 Redes e Parcerias Locais e Globais entre as ONG.....	89
4.1.6 Integração das ONG nos Movimentos Sociais e Espaços Colegiados.....	92
4.2 As Atividades de Intervenção Social das ONG na Comunidade Local: Projetos e Programas Desenvolvidos.....	94
CAPÍTULO 5.....	96
A DIMENSÃO EDUCATIVA DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS EM ALTA FLORESTA, MT.....	96
5.1 As ONG Ambientalistas: oportunidades de participação política.....	97
5.2 O Lugar das ONG Ambientalistas na Co-gestão de Políticas Públicas em Alta Floresta e Região.....	106
5.2.1 A função das ONG no Programa de Difusão e Educação Ambiental para o Entorno do Parque Estadual Cristalino e no Programa de Gestão Ambiental Rural – GESTAR.....	107
5.2.2 O Programa de Controle de Queimadas na Amazônia: Limites e Possibilidades da Construção de uma Política Pública Municipal.....	116
5.3 Os projetos alternativos: redes submersas do movimento ecológico	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS E OUTROS HORIZONTES POSSÍVEIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	130
ANEXOS.....	137

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea do núcleo urbano e entorno de Alta Floresta, em 1978	49
Figura 2 – Dinâmica do Desmatamento da Vegetação Nativa em Mato Grosso	56
Figura 3 – Atividades Desenvolvidas pelas ONG em Alta Floresta, MT	84
Figura 4 – Fonte de Captação de Recursos Financeiros das ONG pesquisadas.	85
Figura 5 – População Envolvida nos Trabalhos Comunitários	87
Figura 6 – Articulações/Parcerias estabelecidas pelas ONG em Alta Floresta, MT	90
Figura 7 – Integração das ONG em Redes Socioambientais	93

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Distribuição Desigual das Terras em Mato Grosso	51
Quadro II – Identificação e Tempo de Existência das ONG em Alta Floresta	76
Quadro III – Número de Integrantes e Vinculação em Alta Floresta, MT	87

INTRODUÇÃO

Este estudo se insere no contexto das pesquisas desenvolvidas no Grupo Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT, mais especificamente na área temática Ação Coletiva, Educação e Política.

Nesta pesquisa me propus investigar as possibilidades educativas no âmbito do movimento ecológico, tendo como foco as ONG ambientalistas que atuam em Alta Floresta, Mato Grosso, como atores sociais da educação e gestão de políticas públicas socioambientais na região.

O movimento ecológico, como luta social, aponta possibilidades de mudanças na cultura, não só nas relações entre os seres humanos e a natureza, mas, sobretudo, no compartilhamento do poder entre a sociedade civil e o Estado nas políticas públicas.

As ONG ambientalistas têm emergido em Alta Floresta nos últimos anos e vêm protagonizando um conjunto de ações e trabalhos comunitários de iniciativa das próprias organizações ou ainda, desenvolvendo políticas governamentais. São institutos, fundações e associações que se caracterizam como organizações não-governamentais e não-lucrativas que empreendem a luta pela inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas e na cultura local.

Os trabalhos são desenvolvidos através de parceria com outros atores locais e globais, pressupondo a mobilização de um conjunto de colaboradores e envolvendo a população em

projetos e programas voltados ao “desenvolvimento sustentável”¹. O lugar ocupado pelas ONG evidencia as possibilidades educativas que emanam desse ator social, na medida em que se torna um agente importante na promoção da cidadania de todos os grupos envolvidos, através das possibilidades de compartilhamento de poder e da socialização do saber.

A educação aqui entendida, entretanto, não é o repasse de conhecimento daqueles que sabem para aqueles que não sabem, mas como saberes construídos na práxis das ações coletivas, saberes que são construídos em espaços reais, pressupondo contradições, dissenso, mas que educam na medida em que possibilita que todos sejam sujeitos, que todos os homens e mulheres, independente da condição social, econômica e cultural, tenham condições de interferir e desafiar os rumos da história.

Uma ação coletiva é educativa conforme a dimensão ético-política que ela evidencia. Este é o princípio educativo em Gramsci, em Paulo Freire. Uma educação que não visa somente à racionalidade econômica, mas que permite a construção de uma consciência crítica, que problematize as relações que alienam, levando à superação, à liberdade, à emancipação.

Comumente associamos a participação política ao voto, a escolha do representante. Esta compreensão está relacionada à cultura política vigente, da não participação ativa nos processos decisórios da sociedade, do não estímulo à participação do povo nas políticas públicas. Os longos regimes autoritários que marcaram a história política do Brasil fizeram com que a maioria da população internalizasse que é desnecessário participar, que sempre haverá um pai, um protetor que vai resolver as coisas para os outros.

¹ O termo encontra-se entre aspas pela complexidade que este conceito apresenta, tendo em vista que, desde o seu surgimento em 1987, através da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, não conseguiu romper com o produtivismo, dado a dificuldade de compatibilizar capitalismo e sustentabilidade ecológica. Michele Sato (2002: 115-126) contribui com esta discussão afirmando que o desenvolvimento sustentável “representa a velha ordem econômica, pasteurizada em seus conceitos que exclui a diversidade e a participação democrática na construção de sociedades mais responsáveis”.

A política está presente na vida em sociedade. Os partidos, os cargos políticos são agentes políticos por excelência, porém, existem outros espaços de participação onde se podem constituir agentes políticos através do exercício da cidadania ativa, como os movimentos sociais e os espaços associativos democráticos.

A mudança da cultura política é resultado da cidadania ativa, aquela que acontece via participação dos cidadãos que interferem, interagem e influenciam a construção de processos democráticos no espaço público, segundo os princípios da equidade da justiça social.

Ao longo do processo de redemocratização do Brasil, as ONG cidadãs e os movimentos populares têm grande relevância educativa, adquirindo um importante papel como pedagogos da sociedade civil, resgatando a cidadania de muitos através da tomada de consciência do papel de cada cidadão e cidadã nos rumos da história (GOHN, 1994).

Qualificar as relações educativas no interior dos movimentos sociais contemporâneos, entretanto, é um caminho pouco trilhado, já que os movimentos sociais apresentam novas formas, novos conteúdos e novas composições. São pluriclassistas e atuam em direitos sociais modernos como a questão ecológica, étnica e de gênero. São mais propositivos e têm uma atuação colaborativa com o Estado. As lutas sociais não se definem mais pelos possuidores e não possuidores dos meios de produção.

Entretanto, o princípio educativo que pode ser encontrado em Freire e Gramsci ainda é referencial importante, pois nos dá subsídio para perceber em que medida as ações coletivas apontam para a construção de conhecimentos que produzem outras hegemonias, que levam ao empoderamento de cidadãos e cidadãs que historicamente estiveram à margem dos processos decisórios, pela impossibilidade de uma participação ativa no espaço público.

A construção do sujeito ético-político, entretanto, não prescinde de uma base humanista e técnico-científica (FERNÁNDEZ BUEY, 2002), pois os assuntos públicos que debatemos na atualidade necessitam de conhecimento técnico-científico para se chegar a soluções razoáveis. Com relação aos problemas ambientais, a necessidade da preservação e conservação² do ambiente natural não será colada como um emplasto na cultura ocidental, industrialista e predatória, construída com base na natureza transformada. Só seremos cidadãos e cidadãs na medida em que nos tornarmos conscientes da crise ecológica, relacionando os aspectos políticos, econômicos, sociais, biofísicos e culturais dessa crise. Portanto, o processo educativo pressupõe o entendimento de que somos seres que fazemos parte de um todo maior, co-responsáveis pela crise, mas também pela sua superação.

Conhecer o contexto onde se dá este processo educativo é um elemento importante para compreender as ações coletivas no contexto dos movimentos sociais. Para Mellucci (1999), faz-se necessário identificar o campo de conflito onde estas ações acontecem e compreender a forma como os agentes sociais se comportam nesse campo. As ações coletivas, assim como os movimentos sociais, não estão dados, é sempre um processo em construção e nascem a partir de problemas gerados na própria dinâmica da sociedade local e global.

O norte mato-grossense, contexto de atuação das ONG pesquisadas, é uma região contida na área de influência da Amazônia Legal. Na análise de Galindo Santos (apud SATO, 1997, p.56) é identificada como sendo de fronteira capitalista, pois sua ocupação e utilização se deram segundo objetivos de expansão do capital nacional na região. Este modelo é

² O PCN- Meio Ambiente e Saúde (2001), diferencia estes dois conceitos definindo *conservação* como utilização racional de um recurso qualquer, conservar implica manejar, usar com cuidado a fim de garantir sua renovação ou auto-sustentação. *Preservação* tem um caráter mais restritivo e significa não permitir qualquer intervenção humana mais significativa em um determinado ecossistema.

marcado por injustiças, social e ambiental³ (ASCELARD H. apud FILIPPIN, R.F., 2005), pois os benefícios usufruídos da destruição ambiental não são distribuídos igualmente. As políticas públicas socioambientais nesta região necessariamente devem envolver os trabalhadores e pequenos proprietários do campo e da cidade, fruto das correntes migratórias do sul, sudeste e nordeste que vêm em busca de melhores condições de vida, e que, juntamente com a natureza sofrem um processo de degradação e ameaça.

É com este olhar que busco compreender a prática social, política e educativa das ONG ambientalistas em Alta Floresta, evidenciando os limites e possibilidades desta prática, tendo em vista o contexto local.

No primeiro capítulo deste trabalho apresento os elementos que orientam o recorte espaço-temporal, os pressupostos teóricos e metodológicos, os passos da pesquisa, evidenciando o lugar social, a janela pela qual olho e ouço meu universo de pesquisa. Este lugar está relacionado a uma leitura de mundo forjada na formação familiar camponesa e católica e na participação em movimentos populares. São estes referenciais que orientam a escolha dos pensadores que subsidiam minhas análises, citados neste capítulo.

O segundo capítulo apresenta o lócus da pesquisa em sua constituição histórica, desde a ocupação na década de 1970, os problemas sociais e ambientais advindos deste modelo de ocupação e os desafios para os dias atuais. Trago elementos históricos que evidenciam a mística do Bandeirantismo do século XX, o sonho desenvolvimentista que embalou milhares de famílias migrantes do sul e sudeste e a saga dos colonos migrantes, dos garimpeiros, dos

³ O conceito de *justiça ambiental*, que nasceu nos movimentos sociais nos EUA na década de 1960 em decorrência da percepção de que cidadãos pobres e grupos socialmente discriminados têm maior exposição aos riscos ambientais. No Brasil, o tema é reinterpretado e se amplia para além da relação discriminação/contaminação (ASCELARD, H. apud FILIPPIN, R.F., 2005), tendo em vista a existência de grandes injustiças que naturalizam e encobrem um conjunto de situações de distribuição desigual de poder sobre a base material do desenvolvimento, a apropriação elitista do território e dos recursos naturais, bem como, a exposição desigual da população aos custos ambientais do desenvolvimento.

trabalhadores do campo e da cidade que lutam pela sobrevivência na terra prometida.

Apresento nesse mesmo capítulo a emergência do movimento ecológico em Alta Floresta, as ações do poder público, da mídia e da população local. Analiso como este movimento foi se construindo em Alta Floresta, as forças contraditórias, destacando o papel da UNEMAT neste contexto.

No terceiro capítulo discorro sobre as ONG em sua historicidade no Brasil, na sua relação com o Estado e com os movimentos populares, destacando sua participação no contexto da democratização do Brasil e os limites e possibilidades de atuação nas políticas públicas socioambientais na contemporaneidade.

No quarto capítulo, demonstro o resultado de um perfilamento das 06 (seis) ONG ambientalistas que atuam em Alta Floresta, destacando a missão institucional, os objetivos históricos, o campo e abrangência de atuação, a população envolvida em seus projetos e programas, os principais colaboradores, financiadores, as redes e movimentos sociais que as organizações integram em nível local e global, a característica de seus integrantes e a natureza do trabalho desenvolvido. Faço ainda uma descrição dos projetos e programas desenvolvidos nos últimos dois anos (2003/2004) junto aos diferentes segmentos populacionais do município e região, destacando: origem da demanda, tempo de execução, objetivo, metodologia, população envolvida, agente financiador, papel desempenhado pela ONG e resultados alcançados.

No último capítulo, retomo os dados levantados e juntamente com base nos depoimentos de integrantes das organizações, faço uma análise daquilo que se constitui como o eixo norteador deste trabalho investigativo, que é compreender a prática social e política como ato educativo. As categorias construídas demonstram a força social que desencadeia o surgimento das organizações, os saberes que a participação cidadã propicia aos seus

trabalhadores e militantes, o lugar ocupado pelas ONG ambientalistas na co-gestão de políticas governamentais e as estratégias de mobilização comunitária para construção de políticas públicas participativas. Neste capítulo, procuro perceber as estratégias de sustentabilidade que os projetos e programas apontam, como se relacionam com as demais lutas populares, identificando possibilidades de convergência entre o ambientalismo e as lutas por outros direitos negados neste modelo de desenvolvimento capitalista, excludente e depredatório da natureza e da cultura.

Nas considerações finais faço alguns apontamentos acerca da dinâmica interna e externa das organizações, destacando seu potencial educativo na construção de uma cultura política participativa e apontando as limitações desta prática social no aspecto da sustentabilidade dos projetos que desenvolvem.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO, O RECORTE TEÓRICO EPISTEMOLÓGICO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto de investigação desta pesquisa é o papel social, político e educacional das ONG ambientalistas de Alta Floresta na relação com o Estado e com a população envolvida em seus trabalhos. Neste capítulo descrevo a construção do objeto, o recorte teórico-epistemológico no qual discuto alguns conceitos que se apresentam como centrais em minha pesquisa. Ao lado disso exponho os procedimentos metodológicos adotados.

1.1 Construindo o Objeto

Para discorrer sobre a construção de meu objeto de estudo, penso ser oportuno reportar-me a Max Weber, tendo em vista o destaque dado por este teórico ao papel dos valores do pesquisador das ciências sociais na construção do seu objeto de pesquisa.

Nessa mesma direção, Duarte (2002, p.140) afirma que uma pesquisa é sempre um relato de uma longa viagem empreendida por um sujeito que imprime um modo diferente de olhar e pensar uma realidade, mesmo que esta já tenha sido visitada por muitos, mas, que sempre vai ser apropriada de uma forma singular.

É na trajetória de vida e de luta em movimentos populares ligados às pastorais sociais da Igreja Católica, e na vivência e no debate acerca da ocupação humana na Amazônia Legal como agente social nos projetos de assentamento, que mobilizaram milhares de trabalhadores

migrantes de todas as partes do País no final da década de 1970, que fui me constituindo como educadora popular, e que lanço meu olhar, procurando compreender as implicações da ocupação desse espaço e as ações daqueles que hoje se preocupam em mantê-lo para uso de outras gerações.

A escolha das organizações ambientalistas como objeto de pesquisa se dá pelas possibilidades educativas que emanam deste ator social na consolidação da democracia no Brasil, em Mato Grosso e especificamente em Alta Floresta, através da ampliação do espaço público para o exercício da cidadania e na disseminação de práticas e valores ecológicos. O propósito desta pesquisa é conhecer como as organizações realizam tais possibilidades.

O avanço do capitalismo agrário na Amazônia mato-grossense foi um processo inevitável, dado o seu planejamento no contexto das políticas governamentais, que repete a história das frentes de fronteira agrícola no Brasil. Os desassistidos socialmente e a natureza sofrem um processo de degradação crescente nessas regiões marcadas pela grilagem de grandes extensões de terras públicas, pela pressão do agronegócio, das grandes áreas desmatadas e queimadas ilegalmente e da extração insustentável e ilegal de madeira.

A diversidade cultural produzida pelos agricultores e garimpeiros, pioneiros no processo de ocupação, assim como a biodiversidade biológica, sofre ameaça de extinção.

O estado de Mato Grosso tem se mostrado ineficiente na implementação de políticas socioambientais. As práticas assistencialistas e paternalistas, a corrupção, o clientelismo e a burocracia que imperam nas instituições públicas não têm conseguido conter a degradação ambiental e tampouco propiciado a inclusão social da população mais desassistida economicamente.

As mudanças nas políticas sociais e ambientais, entretanto, dependerão de uma sociedade civil organizada que dê visibilidade aos problemas e cujas lutas resultem em políticas públicas eficientes, justas e participativas. Romper com a cultura vigente, entretanto, supõem um processo educativo que faz emergirem seres humanos políticos, aqueles que têm consciência histórica, que sabem dos problemas e buscam soluções, que são atores e não expectadores da sua história (DEMO, 2001, p.17).

As organizações civis ambientalistas têm emergido em Alta Floresta, município mato-grossense, nos últimos anos, como atores sociais e políticos relevantes em projetos de educação ambiental e mobilização de coletivos para atuação nas políticas públicas.

São institutos, fundações e associações que se caracterizam como organizações da sociedade civil, não-governamentais e não lucrativas. Estas organizações são convencionalmente conhecidas como “ONG”, uma categoria do associativismo civil que, apesar dos distintos perfis com os quais se apresenta e que procuro discorrer no terceiro capítulo, tem sido um importante instrumento de participação da sociedade civil na condução das políticas públicas, nos últimos anos.

As ONG, por meio de suas ações e encaminhamentos, comportam um ideal de democracia participativa. São interlocutoras do Estado em políticas públicas, utiliza-se de estratégias de mobilização comunitária, têm recursos financeiros e profissionais qualificados para esta condução. Todavia, este potencial qualificação só se viabiliza se forem capazes de promover a inclusão de segmentos sociais historicamente excluídos das decisões de interesse da coletividade. É o lugar que ocupa nesta co-relação de forças que identificam o potencial educativo e transformador das organizações civis.

1.2 Definindo o recorte teórico epistemológico

Para discutir teoricamente as ONG com caráter sócio-educativo ambiental na sua relação com o Estado e com os movimentos sociais, utilizo os conceitos de sociedade civil e Estado formulados por Gramsci (1978). Busco compreender em que medida estes são espaços contra-hegemônicos, ou seja, pautados em compromissos que rompam com a lógica economicista do desenvolvimento sustentável e apontam para a construção de um campo ético político que alie proteção ambiental e justiça social.

Como atores e agentes educativos no contexto do movimento ecológico suas práticas serão analisadas com base em Paulo Freire, Michele Sato, Jorge Riechmann, Francisco Fernández Buey os quais nos dão subsídio para identificar as diferentes tendências do ambientalismo e a *tensividade*⁴ na relação entre as instituições/sujeitos que atuam neste campo.

1.2.1 Entre o Estado e o movimento social: o espaço educativo das ONG

O termo “organização não-governamental” traz em si uma contradição que é a negação/afirmação da relação com o Estado. Neste sentido, nos remete ao conceito de sociedade civil em Gramsci, para o qual esta só pode ser compreendida na sua relação com o Estado. Para Gramsci (1978), o Estado é a soma da sociedade política, representada pelo aparelho coercitivo, as leis, a burocracia e a sociedade civil, sendo esta o campo de atuação das organizações sociais que lutam e que dão uma direção política e cultural para o Estado.

⁴ Passos & Sato (2002), discutem a *tensividade* como algo inerente à realidade do universo, das sociedades e do ser humano. A história não é linear, é marcada por forças contraditórias as quais não significam retrocesso, mas, é condição para o movimento, a mudança, enfim, para o crescimento.

O campo da sociedade civil para Gramsci, portanto, é amplo, plural, contraditório, nele se evidencia a co-relação de forças entre as diferentes formas de ver e conceber a realidade. Não é um espaço de imposição de uma hegemonia, mas, um espaço pedagógico, que não oculta o dissenso e as contradições inerentes ao movimento da sociedade.

Segundo Gramsci (*idem*), a construção da hegemonia no campo da sociedade civil e também da sociedade política precisa ser considerada no contexto das relações sociais de produção. Nas sociedades com divisões de classe e desigualdades sociais como a sociedade capitalista, há aqueles que se beneficiam do modelo de organização política e econômica vigente, portanto, lutam pela sua manutenção, e aqueles que, por meio de movimentos de contra-hegemonia, denunciam a exclusão e a degradação e anunciam outras possibilidades de se relacionar com o mundo biofísico, social, cultural, político e econômico.

Para Vieira (2000), o conceito gramsciano de sociedade civil e sua utilização no Brasil precisam ser observados numa perspectiva histórica e na sua relação estreita com os movimentos sociais populares, ressaltando que com as mudanças conjunturais no Estado e o surgimento dos novos movimentos sociais, outros atores e outras bandeiras de lutas emergem na sociedade civil, com práticas e formas de ação que ocultam as contradições estruturais, como as desigualdades sociais e a exploração econômica.

Para o autor, a sociedade civil contemporânea é composta de todos aqueles que se organizam para defender a qualidade de vida e o interesse público. A construção da sociedade civil, portanto, implica a construção de um movimento social forte que faça valer o seu ponto de vista nas negociações com o Estado e não sofrer qualquer política, que contrarie os interesses da maioria.

Os movimentos sociais e as diversas formas de associativismo se constituem em atores que representam a sociedade civil no cenário sócio-político. Entretanto, suas ações devem ser

analisadas do ponto de vista da relação com o Estado e com o mercado, ressaltando que para serem instrumentos de transformação social necessitam desenvolver autonomia com relação a estas duas esferas, rompendo com práticas corporativas e mercadológicas e avançando na construção de uma *política como ética do coletivo* (FERNÁNDEZ BUEY, 2000).

As organizações da sociedade civil e os movimentos sociais têm papel relevante no processo de democratização do estado e da sociedade como um todo, possibilitando a construção do *espaço público* que, na concepção de Hannah Arendt (*apud* BERNARDO, 2001), é o espaço de exercício da cidadania, é o mundo onde indivíduos, como cidadãos livres, interagem em condições de igualdade, discutindo assuntos de interesse público.

Compreendendo política como participação cidadã que extrapola os limites da política institucionalizada, o espaço público é o espaço da política, de engajamento nas deliberações de interesse público, baseado nos princípios democráticos da igualdade, fraternidade, liberdade e justiça.

Uma democracia para além dos mecanismos formais de representação pressupõe a existência de um espaço público compartilhado que não pode coincidir com as instituições de governo, sendo esta uma condição para que as questões e dilemas de convivência em sociedade possam ser postos em visibilidade e discutidos por todos os sujeitos implicados (MELUCCI, 1999).

A consolidação democrática, portanto, pressupõe o alargamento do poder do povo, que, através da participação, se constitui como cidadão ativo. Thompson (*apud* BUFFA et al., 1991, p.23) afirma que a cidadania plena só é possível quando o povo é agente da sua constituição como sujeito histórico. A participação, portanto, é a essência da cidadania.

A cidadania da qual se faz menção é aquela conquistada através da participação política dos sujeitos, do empoderamento das classes subalternas. A cidadania não se concede, se conquista (ARROYO, 2002).

Numa sociedade marcada por desigualdades materiais e por mecanismos que geram e mantêm a exclusão, como no caso do Brasil e demais países latino-americanos, qualquer ação coletiva nessas sociedades implica necessariamente na mobilização de todos os grupos marginalizados e excluídos (FERNÁNDEZ BUEY, 2000).

Nesse sentido, as organizações civis ambientalistas, para se constituírem em agentes de transformação, precisam trazer à tona a crítica ao padrão societário. A educação ambiental tratada de forma reducionista pelos agentes formadores, como um conjunto de regras de convívio com a natureza, bem como a busca de soluções tecnocráticas, dentro do modelo capitalista/tecnocrático/moderno/industrial estabelecido, distancia-se do movimento histórico e social que o movimento ecológico pode significar.

A educação para o Desenvolvimento sustentável (DS) tem sido a tônica dos discursos e práticas de organizações governamentais e não governamentais comprometidas com a manutenção da ordem econômica mundial. Sato (2005) afirma que desde o seu surgimento em 1987, através da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, não se chegou a um consenso sobre o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que, apesar de contemplar a dimensão ambiental, não se conseguiu sair do que a autora chama de “enclausuramento econômico” e propor alternativas ao modelo de desenvolvimento causador da degradação ambiental.

Entendendo o processo educativo como prioridade na construção de um projeto civilizatório capaz de promover a democracia, a proteção ambiental e a justiça social, Michèle Sato (2004; 2005) propõe uma Educação Ambiental (EA) crítica, revolucionária, engajada na

construção de “sociedades sustentáveis” e desta forma romper com os valores mercadológicos que o “desenvolvimento sustentável” encerra.

A educação comprometida com mudanças nos remete a Paulo Freire que, assim como Gramsci, não separa educação e política. A não neutralidade da educação, a dialética entre o ensinar e o aprender, a educação como processo emancipatório nos leva a compreender a educação como prática social, portanto, como elemento da cultura que reforça (ou não) determinada perspectiva ou projeto social.

O princípio educativo para Freire e Gramsci reside na socialização do poder e do saber. Para Gramsci (*apud* COUTINHO E TEIXEIRA, 2003, p. 271), a política é a práxis constitutiva de sujeitos que se educam para socializar e dirigir o mundo. A política aqui é entendida como processos de participação ativa que provoca intervenções no curso da história de uma determinada sociedade, nos campos da sociedade civil e da sociedade política.

A escola, na condição de instituição por excelência educativa, tem traduzido o ideário individualista e utilitarista que permeia o modelo hegemônico de sociedade, comprometendo sua função instauradora de relações sociais efetivamente igualitárias, solidárias e livres, ou seja, um espaço que propicia uma absorção, reelaboração e transformação da cultura existente. O estado enquanto formulador de políticas educacionais tem atendido basicamente aos interesses da cultura dominante, traduzidos nas políticas neoliberais (GENTILI, 2000).

A educação como prática social e política encontra nas ações coletivas, nos movimentos sociais e no associativismo democrático grande relevância. A literatura destaca o importante papel destes no processo de democratização do País, como pedagogos da sociedade civil, resgatando a cidadania de muitos através da tomada de consciência do papel de cada cidadão e cidadã nos rumos da história (GOHN, 1994; TORRES, 1994).

Os saberes construídos na participação em espaços associativos extrapolam o aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico; não prescinde do saber institucionalizado, pois este representa o legado científico-cultural que possibilita a construção da consciência histórica, mas vai muito além do que isso.

Nesses espaços, aprende-se, sobretudo, a cidadania e a participação que são condição para democratizar o Estado, seus aparelhos e a sociedade como um todo, bem como apropriar-se de saberes relativos aos direitos e deveres da coletividade neste momento histórico em que surgem novas orientações para a cidadania, como os novos direitos sociais relacionados às questões ecológicas, étnicas, de gênero, entre outros. Gohn (1994; 2005) aponta como uma dimensão educativa nos movimentos sociais e nos processos participativos os espaços relevantes da construção de uma nova cultura política no país, a partir do entendimento do conceito de público e de poder.

Nesta mesma direção, Scherer-Warren (2002) destaca os processos educativos na reinvenção da democracia possibilitada pela participação cidadã no associativismo civil e nos movimentos sociais e dentre eles menciona: a vigília cidadã, a luta por novos e (velhos) direitos, o reconhecimento da diversidade e da subjetividade, a politização e socialização de novos valores a partir do cotidiano familiar e comunitário, a participação nas políticas públicas e o acesso à novos conhecimentos e informações, através de cursos e capacitações que são possibilitadas pela participação nesses espaços.

Nessa visão, as ONG podem se constituir em espaços que possibilitem a aprendizagem de novas informações, novos hábitos, valores, atitudes e comportamentos fundamentais para a geração de novas mentalidades e práticas sociais e políticas que permitem aos sujeitos problematizar a sua realidade e compreendê-la na sua totalidade.

Nos trabalhos comunitários, as organizações civis ambientalistas se constituem em instrumento de mudanças na mediada que contribuem para o empoderamento dos segmentos populacionais com os quais desenvolvem seus projetos e programas, sejam eles de iniciativa própria ou desdobramento de políticas públicas. Este é seu papel histórico, ser instrumento de apoio à cidadania e à participação popular, ser expoente e catalisador de uma participação social mais ampla.

Na condição de mediadores nestes processos coletivos podem contribuir para o processo de formação da cidadania dos sujeitos envolvidos no processo, desde que a educação seja feita *com* e não *para* a comunidade implicada.

Nesse sentido, me reporto a Arroyo (1991) que faz uma ressalva sobre as práticas educativas de construção da cidadania. Para ele, faz-se necessário “prestar atenção aos processos reais de constituição e de formação do povo como sujeito político, que processos são estes e onde se dão”, e acrescenta ainda que se faz necessário observar como a cidadania está sendo construída através de *intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou ao contrário, a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social* (Idem, 1991, p.46).

A educação como prática da liberdade tem como ponto de partida o “universo temático do povo” (FREIRE, 1978, p. 87), e “povo” aqui significa aquela parcela da população que historicamente foi espoliada dos direitos básicos, que sempre esteve sub-representada nas instancias políticas das democracias participativas e que tem suas vidas degradadas juntamente com a natureza.

Um projeto educativo emancipatório deve nascer nas entranhas do grupo implicado, a partir de representações, experiências e racionalidades que se formam nos marcos da cultura dos agrupamentos humanos. É um processo de politização, de entender-se enquanto sujeito e

grupo social ao qual pertence, de acessar os conhecimentos científicos acerca da dinâmica da natureza e confrontar com os seus próprios saberes, de compreender em que condições de produção a natureza é transformada, como e por quem são definidas as políticas públicas, enfim, vivenciar a relatividade do poder e do saber e a complexidade planetária.

Retomando Sato (2005), mais do que nunca se faz necessário marcar as diferenças e os múltiplos interesses que motiva as pessoas e grupos para a causa ecológica, no sentido de perceber as várias tendências do ambientalismo no mundo contemporâneo, ressaltando a necessidade de se definir as diferenças entre, de um lado, as identidades ecologistas forjadas na militância pela proteção ambiental e a justiça social e, de outro, os sujeitos e segmentos que se intitulam “ambientalistas”, mas que não têm compromisso ético-político com a inclusão social e a justiça ambiental.

Nesta mesma direção, Riechmann & Fernández Buey (1994) ressaltam a necessidade de se separar o *joi* do *trigo*, ou seja, distinguir o movimento ecológico, enquanto movimento transformador, do “ambientalismo” enquanto negócio (mercantil e político) de muitos em benefício de poucos.

Para elucidar estas diferenças, apresento na seção abaixo uma síntese da revisão bibliográfica sobre o movimento ecológico no Brasil e no mundo, numa perspectiva histórica e político-ideológica, destacando as diferentes tendências deste movimento na contemporaneidade.

1.2.2 O movimento ecológico: historicidade e tendências contemporâneas

Falar sobre movimento ecológico significa situar a luta ecológica no contexto dos movimentos sociais. Para Riechmann & Fernández Buey (1994, p.15) “movimento social é um agente coletivo que intervém no processo de transformação social, promovendo mudanças ou opondo-se a elas.”

Neste sentido, faz-se necessário depurar alguns conceitos e terminologias e buscar as raízes históricas deste movimento para compreendê-lo na contemporaneidade.

Riechmann & Fernández Buey (1994) distinguem três correntes sociais que antecederam o movimento ecológico no mundo: o *ambientalismo operário*, o *ambientalismo burguês* e o *preservacionismo aristocrático*, movimentos estes que denunciavam os efeitos destrutivos do processo de urbanização e industrialização da efervescente sociedade industrial, no século XIX.

O *ambientalismo operário* foi uma luta empreendida pelo movimento operário europeu, tendo em vista que a contaminação do ar, da água e dos alimentos pelos resíduos fabris e pela aglutinação de pessoas nas cidades, afetava fundamentalmente as classes trabalhadoras que viviam nestes centros, enquanto que as classes sociais mais abastadas desfrutavam de uma qualidade de vida infinitamente superior, residindo em bairros distantes.

A reivindicação por melhores condições de higiene e de vida foi um dos principais eixos de atuação do movimento operário europeu, um dos setores que forjou a consideração ambiental nas políticas públicas no século XIX.

O *ambientalismo burguês*, de inspiração higienista, era composto por grupos reformistas liberais, filantropos, médicos humanistas, procedentes das camadas médias e

burguesas e nasce do temor às epidemias que a contaminação das águas, principalmente, poderia causar. Na análise de Riechmann & Fernández Buey (2004) a preocupação ecológica estava ausente; a preocupação era de que os impactos não se estendessem às camadas médias da população, da qual faziam parte.

O *preservacionismo aristocrático*, por sua vez, nasce entre as classes altas européias e norte americanas na segunda metade do século XIX. Ao contrário das correntes higienistas que se preocupavam com a crescente contaminação das cidades industriais, eram contra as agressões às paisagens e a crescente exploração dos bosques públicos, comumente utilizados para esportes tradicionais entre os aristocratas.

Estas correntes contra as agressões das paisagens, em decorrência de revolução industrial, resultaram na fundação de associações de caráter conservacionista e preservacionista, assim como esforços de coordenação internacional para preservação ambiental, observada também na contemporaneidade.

Na segunda metade do século XX, mais especificamente por volta dos anos 1970, se forma no conjunto dos chamados Novos Movimentos Sociais (NMS)⁵, o *ecologismo*, que responde a uma situação socioecológica nova, dada pelo impacto humano sobre a biosfera, implementada pelas sociedades industriais avançadas. O otimismo produtivista e tecnológico, se vê cada vez mais desmentido pelos fatos e as críticas ao modelo civilizatório hegemônico se fazem ouvir.

⁵ Para Riechmann & Fernández Buey (1994), os novos movimentos sociais evidenciam-se à medida que avançam os anos 1970/80, tendo como exemplo emblemático os movimentos estudantis, feministas, pacifistas e o movimento ecológico. São movimentos sociais que não se identificam mais com a revolução dos marginalizados que caracterizou os movimentos dos trabalhadores. Não há um caráter unitário nestes movimentos, nem em termos de composição, de conteúdo ou de ideologia. São mais fluidos e amorfos e atuam em lutas de outra natureza que não seja a luta de classes, dos possuidores e não possuidores dos meios de produção. O que há de comum entre eles é que são movimentos pela sobrevivência e emancipação.

As primeiras análises ecologistas são oriundas do meio científico e vem dos países industrializados do hemisfério norte. Um exemplo emblemático é o lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, por Rachel Carson, em 1960. Em 1968, se funda o Clube de Roma, cujos informes *Os Limites do Crescimento* (1972) e *A Humanidade numa Encruzilhada* (1974) determinaram os debates subseqüentes. Em 1972, se celebra em Estocolmo a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, patrocinado pela ONU, que resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Os debates a respeito do “Desenvolvimento Sustentável” iniciaram-se com o relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado em 1987, pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em 1992, no Brasil, a realização da ECO-92 demonstra o notável crescimento da consciência ecológica na opinião pública mundial, apontando diretrizes para as políticas socioambientais futuras, a exemplo da Agenda 21, compromisso assinado por mais de 150 países com objetivo de promover em escala planetária um novo tipo de desenvolvimento, na tentativa de conciliar aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A Conferência do Rio de Janeiro em 1992 e o Fórum de Organizações Não-Governamentais, que ocorreram simultaneamente, são considerados por Riechmann & Fernández Buey (1994) como um marco importante nos rumos do movimento ecológico brasileiro e demais países do terceiro mundo, pois, a partir daí se fortaleceu a consciência ecológica contemporânea, consolidando-se a *ecologia política da pobreza* (Idem, p.135). Ou seja, evidenciou-se a aparição, na escala internacional, de um ecologismo social consciente dos limites do crescimento e de que vivemos em um planeta com enormes diferenças e desigualdades no que é essencial para a vida humana.

A ecologia política da pobreza (FERNÁNDEZ BUEY, 2000) é a face do movimento ecológico que denuncia simultaneamente às causas socioeconômicas do empobrecimento dos

países e a inter-relação que existe entre desigualdades sociais e desequilíbrios ambientais que afetam muitas regiões da América Latina, África, Ásia e Europa Oriental, cujos ecossistemas são particularmente frágeis.

Este movimento propõe uma revisão radical do conceito de progresso linear; descarta os pontos de vistas eurocêntrico e norte-americano que representam as opções econômicas e sociais mais avançadas; respeita as diferenças culturais e a natureza e reconsidera o laicismo que dominou a ciência moderna.

Leonardo Boff (2000) é um dos pensadores brasileiros que representa este movimento. Utilizando-se de princípios da Teologia da Libertação o autor não só se opõe ao industrialismo desenvolvimentista, mas, critica a utilização mercantil do ecologismo e propõe a ecologia como uma nova forma de organizar as relações humanas entre si e com o universo, criando possibilidades de libertação dos pobres e da Terra como um todo.

O *ecologismo político* também é defendido por Sato (2005) como um movimento que se propõe a marcar diferença entre aqueles que se intitulam “ambientalistas”, desde que seus trabalhos sejam de manejo florestal, *agrobusiness* “ambientalmente correto” daquelas identidades militantes construídas ao longo de anos de lutas sociais, de contribuição na formulação de políticas públicas socioambientais e da produção acadêmica.

Sato (2005, p.3) faz uma caracterização do ambientalismo contemporâneo em quatro grupos a fim de elucidar estas diferenças, destacando a proposta pedagógica de cada uma delas:

- a) *Ambientalismo Genérico*: discurso universal que surge a partir da Comissão de Brundtland, em 1987, na orientação do Desenvolvimento Sustentável e com ênfase aos sistemas econômicos. Enfatizam a densidade demográfica e apostam em tecnologias limpas que possam minimizar a degradação

ambiental. A proposta pedagógica pauta-se na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável;

- b) *Socioambientalismo*: embora mantenha uma face ambiental, se inscreve nas orientações da globalização, envolvendo elementos de clamor pela paz e a espiritualidade. Marcam uma nova racionalidade ambiental, na perspectiva integrada e holística, com proposta pedagógica da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável;
- c) *Ecologismo Político*: discursos que evidenciam os dilemas sociais conjugados com os impactos ambientais, não separando sociedade e natureza. Enfatizam a Justiça Ambiental, a democracia, a inclusão social e a proteção ecológica e valorizam diversos saberes à construção de sociedades sustentáveis. A proposta pedagógica pauta-se na Educação Ambiental crítica e emancipatória.
- d) *Ecologismo Ortodoxo*: oriundos das lutas radicais pela defesa da vida animal, enfatizando os sistemas naturais com profunda visão biocêntrica. A proposta pedagógica é orientada pela reivindicação, denúncias e intervenções que possam dramatizar a situação, como meio de criar consciências.

O modelo sócio-político e econômico que sustenta o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso mostra claramente suas fissuras e contradições do ponto de vista ambiental e social. Neste sentido, a dimensão ambiental neste contexto não pode ser tratada de forma isolada, tampouco encobrir o conflito e a tensividade que há entre os diversos atores que atuam nas políticas públicas socioambientais.

A Ecologia Política, a que se vincula Sato (2005), se apresenta como uma opção possível para distinguir dentro do “ambientalismo multissetorial⁶” o movimento ecológico

⁶ Viola (2001) chama de ambientalismo multissetorial todas as formas de envolvimento com a questão ecológica na sociedade contemporânea, independentemente da causa que mobiliza os diferentes segmentos sociais. O autor defende o ambientalismo do consenso entre os diversos atores e setores que estão implicados na questão ambiental (sociedade civil, mercado, escolas, universidade e governo), afirmando, que, através do diálogo é possível construir o que ele chama de coalizão sócio-política sustentabilista, no Brasil (VIOLA, 2001, p.144).

emancipatório, plural, de crítica e denúncia ao modelo de desenvolvimento com ênfase economicista.

Nesta mesma direção Loureiro (2003, p.19) afirma a necessidade de explicitar as diferenças entre os “ambientalistas” que defendem o modelo hegemônico daqueles que compõe o movimento histórico e transformador. Ressalta ainda que a perspectiva de análise de Eduardo Viola nega os interesses diversos e as determinações de classe que permeiam os diferentes setores da sociedade.

A sua crítica também se estende à concepção pró-ativa das ONG que atuam na promoção do “desenvolvimento sustentável” nos moldes compatíveis com a lógica do mercado. Para o autor, esta concepção desqualifica as organizações que mantêm uma prática política militante, comprometida com mudanças sistêmicas.

Na perspectiva da construção do movimento ecológico crítico e emancipatório, Waldmann (1992) defende a aproximação das ONG ambientalistas com os movimentos populares:

O fato do ambientalismo brasileiro atuar numa realidade que conjuga a depredação de uma sociedade industrial avançada com mazelas sociais típicas do Terceiro ou Quarto mundo, coloca para ele um duplo desafio, discutir tanto a questão ambiental propriamente dita quanto a questão social mais ampla, perspectiva que orientaria uma aproximação com os diferentes segmentos do movimento popular (WALDMAN,1992, p. 27).

O enfrentamento simultâneo dos problemas sociais e ambientais é desenvolvido no Brasil por organizações não-governamentais, como o IBASE e a FASE, que articulam redes de solidariedade entre diversos atores que lutam por causas socioambientais. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental, criada pelo IBASE, desenvolve o Programa Brasil Sustentável e Democrático (PBSD), com o apoio institucional de várias organizações não governamentais, universidades e movimentos sociais em diferentes estados do País.

O movimento ecológico de base crítica é resultado e produção da educação crítica e emancipatória, por isso faço a opção por este conceito, por compreender este movimento como possibilidade na construção de um projeto civilizatório que se contrapõe à cultura hegemônica, marcada por práticas antidemocráticas e degradantes tanto do ponto de vista social quanto ambiental.

Para estabelecer a relação entre o movimento ecológico e as organizações ambientalistas, utilizo o conceito de rede proposto por Scherer-Warren (1999), que designa as novas formas de relacionamento interorganizacionais e pressupõe uma nova utopia de democracia e um outro entendimento de movimento social plural, aberto às diferentes lutas empreendidas para mudar as estruturas políticas, econômicas e culturais que oprimem, degradam e excluem.

Movimento social é um conjunto mais abrangente de práticas sóciopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político (SCHERER-WARREN, 1999, p.15).

1.3 A Problematização e os Caminhos da Pesquisa

Para proceder a escolha dos sujeitos desta pesquisa, dada a inexistência de registros sobre o associativismo civil em nível local, tomei como parâmetro as ONG que se destacaram pelos trabalhos desenvolvidos no município com a participação de segmentos da sociedade, nos últimos dois anos (2003/2004); organizações que fazem parte do Fórum da Agenda 21 Local⁷, criado no início de 2004, e aquelas que têm ou que tiveram assento no segmento

⁷ A Agenda 21 Local é uma política participativa da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e nasce como desdobramento da Agenda 2, um compromisso sócio-ambiental global em prol da sustentabilidade firmado na Rio-92. Em Alta Floresta-MT, a parceria entre poder público municipal e diferentes segmentos da sociedade, com protagonismo das ONG ambientalistas, garantiu que o Projeto para Construção da Agenda 21 Local fosse aprovado no FNMA/MMA, para ser desenvolvido nos anos de 2004 a 2006 no município.

entidade ambientalista no Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Alta Floresta (CONDEMA).

Foram selecionadas e investigadas 06 (seis) organizações civis ambientalistas de Alta Floresta: Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Floresta (IF), Instituto Ouro Verde (IOV), Sociedade Formigas (SF) e Fundação Agroambiental da Amazônia mato-grossense (FUNAM).

Para se discutir o papel das ONG na transformação social não só no âmbito do discurso, mas na prática efetiva, Scherer-Warren (2001, p.175) destaca que se faz necessário analisar como se dão as relações entre as agências de manutenção, o Estado e as populações-beneficiárias de seus trabalhos, bem como o contexto de sua atuação.

Compreender essas relações enquanto ato educativo é o que me proponho neste trabalho de pesquisa, sem a pretensão de conclusões generalizáveis, mas apontando possibilidades e limites desta prática social e política.

As questões que orientam este processo investigativo são as seguintes:

1. Em que contexto as ONG emergem em Alta Floresta e qual a força social que desencadeia o seu surgimento?

2. Como e onde elas atuam, quem são seus interlocutores?

3. Como elas se articulam com outras entidades da sociedade e com o campo popular? Face às populações beneficiárias, apontam para o empoderamento dos grupos com os quais trabalham?

5. Como as organizações participam das políticas governamentais: apontam para um fortalecimento da sociedade ou atuam como prestadores de serviço do Estado na comunidade?

6. Qual a avaliação dos integrantes das ONG a respeito das relações, os conteúdos e os métodos utilizados nos trabalhos comunitários e nas relações com o Estado? Quais os saberes gerados nesse processo?

Procurando responder as questões apontadas, defino como caminho para o desenvolvimento desta pesquisa os seguintes passos:

- Mapear as organizações não-governamentais que atuam em Alta Floresta, tomando como base às entidades ambientalistas que têm ou tiveram assento no CONDEMA e que também compõem o Fórum da Agenda 21 Local, instituído no final do ano de 2003.
- Analisar o contexto em que se deu o nascimento e a inserção das organizações ambientalistas em Alta Floresta.
- Traçar um perfil das organizações, bem como as atividades desenvolvidas nos últimos dois anos (2003/2004).
- Observar como as organizações se relacionam com o Estado e com o campo popular e compreender as dimensões educativas desse processo, tanto do ponto de vista dos aspectos internos quanto externos às organizações.

1.4 Os Procedimentos Metodológicos

Neste trabalho, utilizo a metodologia que tem suas bases na pesquisa qualitativa. Entendendo a educação como processo, não busco resultados prontos e acabados, mas em construção, daí focar o meu olhar sobre um recorte espaço-temporal de uma história que se

encontra em constituição, que é complexa por natureza, por estar afeta às dimensões política, cultural, econômica e biofísica.

Diante disso, a discussão do objeto de pesquisa e a análise dos dados serão feitas através da abordagem dialética. Segundo Minayo (1994, p.77), a proposta dialética se baseia em dois pressupostos:

a) A idéia de que não há consenso nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento;

b) Ao fato de que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta.

Esses pressupostos nos levam a convencionar que o resultado de uma pesquisa em ciências sociais é sempre uma aproximação. A realidade social é histórica e dinâmica, assim como é singular o olhar do pesquisador para esta realidade.

Como vimos, não apresento um quadro teórico em separado, optando pelo encadeamento de idéias a partir das referências bibliográficas e dados empíricos que estão circunscritas ao objeto de estudo, situando-as no contexto brasileiro e no contexto local.

1.5 Os Instrumentos de Coleta de Dados, Sujeitos e Objeto da Pesquisa

Para coleta dos dados empíricos utilizei-me de procedimentos e instrumentos diferenciados, tendo em vista as especificidades de cada momento da pesquisa.

Para construir o contexto histórico de inserção das organizações em Alta Floresta, busquei, além da literatura, documentos históricos como jornais e revistas que retratam o aspecto sócio-ambiental apresentado na primeira parte.

Foi aplicado também um formulário (Anexos I, II e IV)⁸ a cada uma das 06 (seis) organizações pesquisadas, o que me permitiu traçar um perfil com relação às seguintes questões: o que fazem, como, com quem e para quem desenvolvem suas ações.

O contato para a aplicação do formulário foi realizado prioritariamente com os dirigentes das organizações, tendo em vista a necessidade de documentos como estatutos e informações acerca dos espaços colegiados, redes que participam e outros dados técnicos.

Os dados obtidos foram sistematizados através de representações gráficas possibilitando uma análise da tendência das organizações do ponto de vista dos objetivos e finalidades, do trabalho que desenvolvem, das redes de que participa, dos órgãos financiadores de suas ações, a população envolvida em seus projetos, dentre outros dados relevantes.

A entrevista semi-estruturada (Anexo III) com integrantes das ONG também foi um instrumento utilizado que me permitiu conhecer melhor a dinâmica interna das organizações, os limites e possibilidades de uma educação emancipatória nesta prática social e política.

Como critério para a escolha dos sujeitos, observei os requisitos apontados por Sprandley (*apud* TRIVIÑOS, 1987, p.144), no que se refere:

- Ao conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que envolvem o foco em análise;
- À capacidade para expressar o detalhe vital, fruto da experiência vivida, que enriquece a compreensão do objeto em estudo.

^{8 9} Estudos realizados por Rosane Duarte Rosa (2000) sobre a ocupação do espaço onde está localizado o município de Alta Floresta, demonstram indícios da presença de comunidades indígenas (Kreen-Akarôre, Munduruku, Apiaká e Kayabis), além de posseiros que adentraram a floresta Amazônica no ciclo da borracha.

Desta forma, escolhi os sujeitos que atuam na “vida pública” da organização como mediadores dos trabalhos comunitários e que participam mais ativamente dos espaços colegiados dos qual a organização faz parte.

O roteiro de entrevista busca levantar dados referentes à:

- a) O que motivou a inserção da organização no município;
- b) A dinâmica interna da organização;
- c) A atuação da organização nos projetos desenvolvidos junto à comunidade;
- d) Como a organização participa das políticas governamentais.

As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, que é compreender o cunho educativo e pedagógico desenvolvido pelas ONG para a população envolvida, tomo uma linha de investigação que me permite fazer uma depuração dos depoimentos.

O termo “depuração” é sugerido por Giorgi (*apud* SZYMANSKI, 2000, p.65) e prevê os seguintes momentos:

- leitura do depoimento para captar a essência do que foi descrito;
- buscar a unidade de significado, tendo em vista o fenômeno que está se investigando;
- extração do que tem valor psicossocial nos depoimentos.

A depuração dos depoimentos se deu com base nos objetivos e questões norteadoras da pesquisa.

O capítulo subsequente apresenta dados históricos do *locus* da pesquisa observando aspectos políticos, sócio-ambientais e culturais do processo de ocupação deste espaço.

CAPÍTULO 2

ALTA FLORESTA: DO SONHO DESENVOLVIMENTISTA AO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

A formulação do problema da inserção e prática social das organizações ambientalistas em Alta Floresta e entorno nos remete a uma incursão nas transformações advindas do processo histórico de ocupação do espaço e da luta que se trava neste local por estar intrinsecamente ligada à relação ser humano e natureza e determinada pelos aspectos político, econômico e cultural.

Milton Santos, geógrafo crítico, define espaço como movimento, como construção dos seres humanos, que passa por transformações provocadas pelo trabalho humano sob condições sociais e culturais específicas de cada agrupamento humano. Entendo que se trata de um conceito que precisa ser compreendido em sua historicidade.

Conforme Santos *apud* Oliveira (2002, p.13):

O espaço não é só formado de coisas, de objetos geográficos, naturais. O espaço é tudo isso, mais a sociedade. É necessário discutir o espaço social e ver este como resultado da ação humana, obra do trabalho, enfim, uma natureza socializada.

Paulo Suess (*apud* PASSOS, 1998), por outro lado, aborda a relação natureza e cultura destacando que a dimensão espaço/temporal é singular e construída no âmbito da cultura, como uma segunda natureza. Para o autor

Sem esse segundo meio ambiente não conseguiríamos viver (...). Cultura, portanto, é um ecossistema historicamente construído. Na cultura guardamos

codificadas as nossas experiências históricas de ontem e o nosso projeto histórico de amanhã (SUESS, P. *apud* PASSOS, L. A., 1998, p.09).

É com base neste entendimento de espaço/tempo que me proponho a construir uma contextualização histórica da relação ser humano e natureza e as conseqüentes lutas sociais que se travam no local, destacando que o recorte da realidade que faço e o olhar que lanço sobre este estão intimamente ligados a uma identificação pessoal com objeto a ser estudado.

Um dos princípios weberianos é de que nunca seria possível deduzir de um estudo empírico algo que não tivesse uma significação para o pesquisador, destacando a singularidade da escolha do objeto de estudo.

Alta Floresta, situada na Amazônia mato-grossense, a 800 km da capital Cuiabá, nasceu em meados da década de 1970, por meio de um programa de colonização privada. A história de Alta Floresta, entretanto, se inicia muito antes de sua fundação e se relaciona ao Programa de Integração Nacional (PIN), política de ocupação dos “espaços vazios”⁹ da Amazônia empreendida pelos governos militares, com o intuito implícito de integrar a região ao processo de desenvolvimento capitalista, através da expansão da fronteira agrícola.

⁹ Estudos realizados por Rosane Duarte Rosa (2000) sobre a ocupação do espaço onde está localizado o município de Alta Floresta, demonstram indícios da presença de comunidades indígenas (Kreen-Akarôre, Munduruku, Apiaká e Kayabis), além de posseiros que adentraram a floresta Amazônica no ciclo da borracha.

Figura 1 – Vista aérea do núcleo urbano e entorno de Alta Floresta, em 1978.



Fonte: Acervo do Instituto Centro de Vida (ICV).

Nessa década, brasileiros e brasileiras de todas as partes vieram para construir na Amazônia as cidades e as plantações, símbolo de suas esperanças. Sobre a mata e rompendo com estruturas seculares de sobrevivência dos povos indígenas e extrativistas que aqui viviam, as cidades e as plantações foram surgindo, pautadas num padrão tecnológico-produtivo que vinha sendo implantado no centro-sul do Brasil.

A minha história de vida está organicamente ligada a esse processo de colonização. Cheguei à região em 1978 e, ainda criança, vivenciei a atribulação de muitas famílias que vieram para terras tão distantes, trazendo na bagagem o sonho de ascender economicamente através da aquisição de um pedaço de terra para criar os filhos e trabalhar. Com as práticas culturais do sul do país, o espaço foi sendo transformado. A floresta densa significava uma barreira a ser vencida na construção do espaço familiar e comunitário destas famílias.

O sonho da grande maioria dos migrantes tornou-se pesadelo, pois, o avanço do capitalismo agrário foi inevitável e a história nos mostra que este se dá em detrimento de sacrifícios humanos e ambientais.

2.1 A Política de Ocupação da Amazônia Norte Mato-grossense na Década de 1970 e as Conseqüências Socioambientais

A expansão da fronteira agrícola e econômica para a Amazônia Legal, de acordo com Oliveira (2002, p.25), é resultado de políticas implícitas e explícitas que o Estado, estrategicamente, promoveu através dos projetos de colonização oficial e privado. Com o discurso da “integração nacional” e da “segurança nacional”, trazia a conotação social de atendimento às famílias de agricultores procedentes do Nordeste e do Sul, graças à introdução de programas de assentamento nitidamente familiares, através de parcerias com cooperativas ou com grandes empresas colonizadoras, como estratégia de ocupação.

Porém, na história brasileira, o deslocamento de fronteiras sempre se deu em razão da expansão de grandes propriedades agropecuárias que exigem grandes concentrações de terra. Os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários são chamados com o objetivo de prepararem o terreno para a especulação imobiliária e o conseqüente desenvolvimento do capitalismo agrário nessas regiões. O quadro abaixo demonstra a concentração de terras no Estado do Mato Grosso, com base no Censo Agropecuário de 1985. De acordo com a análise de Oliveira (2002) a tendência para os anos subseqüentes é o agravamento do problema.

Quadro I – Distribuição Desigual das Terras em Mato Grosso

Nº de ordem	Grupo de área total	Nº de estabelecimentos	Área (ha)
1	Menos de 10	25.705	113.735
2	10 a menos de 100	29.368	1.099.282
3	100 a menos de 1.000	17.280	5.033.008
4	1.000 a menos de 10.000	4.195	14.148.827
5	10.000 a mais	645	17.440.566
6	100.000 a mais	18	3.548.566
	Totais do Estado	77.921	37.835.653

Fonte: Censo Agropecuario, 1971-1972.

Sobre as ações colonizatórias, Schaefer (1985, p.37) destaca:

constatamos que a ação colonizadora no Brasil deixou de preencher seu papel de ocupação do espaço e de integração do território: a colonização se tornou uma arma política, utilizada a fim de cortar o nó górdio das tensões agrárias surgidas em regiões perfeitamente integradas aos circuitos comerciais. A população, agora “excedentária” devido ao jogo de mudanças da política agrícola, é constantemente empurrada para terras a serem desmatadas, onde se reproduzem as condições desfavoráveis à instalação da propriedade camponesa familiar.

Alta Floresta é fruto de uma aliança entre o governo militar e a empresa colonizadora Integração de Desenvolvimento do Centro-Oeste (INDECO S/A) que selam a política de colonização considerada por Siqueira (2002), Guimarães Neto (2002) e Castro *et al* (1994), dentre outros autores, como um projeto de consolidação da ‘Marcha para o Oeste’, implementado pelo governo de Getúlio Vargas na década de 1930. Sob a égide de um ideal nacionalista, os governos militares na década de 1970 ressuscitam o espírito bandeirante, convocando a nação para participar do esforço heróico na conquista da Amazônia.

A ocupação via iniciativa privada, através das empresas colonizadoras, traz implicitamente a estratégia de controle do espaço amazônico. Por trás da bandeira do

desenvolvimento e da distribuição de terra aos colonos do sul desassistidos economicamente, consolidava-se um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, através de grandes projetos agropecuários, agroindustriais e mineradores (GUIMARÃES NETO, 2002, p.88).

Sob o comando do colonizador Ariosto da Riva, proprietário da Empresa Colonizadora Indeco S/A, colonos do sul e do sudeste foram atraídos pelo intenso aparato propagandístico empreendido pela Colonizadora e pela disseminação na imprensa da época da figura carismática do colonizador, considerando como o típico bandeirante do século XX, conforme se pode observar no texto abaixo:

Ariosto da Riva, extraordinário bandeirante moderno, apóstolo do trabalho, defensor incondicional da livre empresa, que arrastou com sua força moral e sua bandeira de progresso e de participação, o que o Brasil, especialmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham de melhor em matéria de colonizadores e desbravadores de terras desconhecidas e ainda não civilizadas (...) Alta Floresta é uma resposta serena e convincente ao desânimo e ao pessimismo. Deus há de colocar outros Ariostos da Riva por este país afora, para acordar e reanimar este gigante nocauteado (GUIA SERV. EDIÇÃO CENTRO OESTE, 1984 apud GUIMARÃES NETO, 2002).

O carisma e o paternalismo do colonizador se transformaram em uma condição para o estabelecimento de uma relação de dominação clientelística sobre os colonos.

O “papel civilizador”, que é atribuído ao colonizador como representante legítimo das políticas governamentais na região, tem na sagrada união escola-família-igreja o esteio de seu projeto. A organização social da comunidade nascente esteve marcada pela presença da escola e da Igreja católica. Ao lado do Sr. Ariosto da Riva, duas figuras se destacaram no acolhimento dos colonos recém-chegados, o Pe. Geraldo e o Prof. Benjamim Pádoa.

Rosa (2001), em sua dissertação de mestrado sob o título *A Constituição da Escola Como um Espaço de Formação do Colono Junto aos Projetos de Colonização do Norte Mato-grossense: Alta Floresta, 1976 a 1996*, demonstra muito bem esta interligação na

construção do colono ideal, empreendedor, que tem como centro de sua vida o trabalho; a escola e a igreja como instrumentos de sua formação.

A organização social em vários níveis era definida pelo colonizador, desde a prática econômica ao delineamento dos espaços públicos e privados, tendo em vista que ele era o proprietário das terras e o condutor do processo de ocupação.

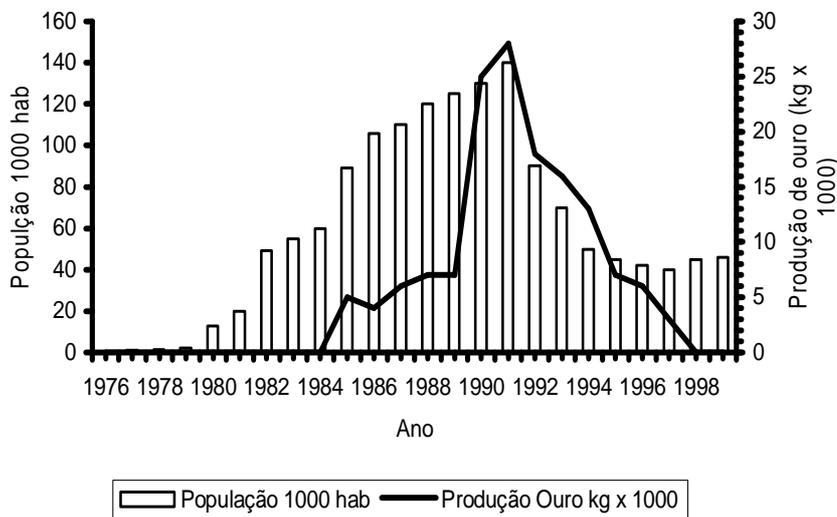
Qualquer prática econômica fora do esquema prescrito pela Colonizadora provoca represália, e, para exemplificar, cito o embate entre colonizador, colonos e garimpeiros no início da década de 1980 que marcou a descoberta de ouro na região, cuja proibição se deu de forma violenta, em que muitos garimpeiros foram espancados até a morte (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 202).

O colono ideal nas políticas de colonização, na análise de Tavares dos Santos (1993), será aquele que é tecnicamente moderno e politicamente conformista, portador de uma passividade conservadora, ou seja, aquele que é levado a desenvolver a política do colonizador.

Nesse aspecto, pode-se inferir que o paternalismo e o carisma do colonizador impediram um processo participativo de fato na definição das diretrizes de desenvolvimento local, principalmente para os colonos desprovidos de recursos financeiros, os mais impactados negativamente nos projetos de colonização, tanto no âmbito oficial quanto privado.

Os pequenos colonos foram vencidos. O sonho da terra prometida se transformou na *Lenda do Ouro Verde* (GUIMARÃES NETO, 2002). Depois de várias tentativas de produção como do café, do cacau e do guaraná, os colonos cada vez mais empobrecidos e desmotivados, buscaram outros caminhos, dentre eles, o emprego na cidade e o garimpo, que emerge na região no início da década de 1980.

A década do ouro transformou Alta Floresta no maior centro de apoio para os garimpeiros migrantes da região. A migração de garimpeiros, principalmente os provenientes dos estados do Maranhão e Pará, acarretou vertiginoso crescimento populacional. O município passou a encabeçar o maior crescimento demográfico do Brasil durante a década de 80 e meados dos anos 90. No auge da corrida do ouro, a população chegou a 140.000 habitantes, e na atualidade conta com aproximadamente 50.000, de acordo com o gráfico apresentado por Rosa (1999).



Fonte: Rosa, 1999; IBGE, 2000.

A corrida do ouro passou. Porém, os problemas sociais e ambientais persistem até os dias de hoje. Com o fim do ciclo do ouro, no início da década de 90, a indústria madeireira e a pecuária extensiva de corte se destacam nas atividades econômicas do município. Contudo, tais atividades não conseguem trazer soluções para os desafios sociais que a região enfrenta, uma vez que a extração madeireira, em maior parte ainda predatória, tende a migrar para novas fronteiras, ao passo que a pecuária extensiva necessita de grandes áreas, inviabilizando e absorvendo as pequenas propriedades, além da prática de empregar quantidade muito pequena de mão-de-obra.

O município enfrenta atualmente sérios desafios na área social, sendo os maiores e mais significativos o êxodo rural, com o conseqüente crescimento da periferia pobre da cidade; a falta de emprego e de oportunidades; a falta de estrutura familiar em muitos lares resultado do final precipitado do período de garimpo na década de 90.

Atualmente com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, de acordo com diagnóstico realizado para envio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) da Proposta da Agenda 21 Local, em março de 2004, 80% está concentrada na área urbana, e apenas 20% na área rural, sendo estas distribuídas em comunidades rurais e em assentamentos de reforma agrária nos limites do município.

O crescente aniquilamento da agricultura familiar de subsistência, pela concentração de terra para os empreendimentos agropecuários, vai se tornando visível pela baixa produtividade e o conseqüente empobrecimento das famílias camponesas:

Segundo os cálculos (por estimativa) dos órgãos de assistência técnica e extensão rural, o rendimento bruto da agricultura em Alta Floresta está em 8 milhões de reais por ano, para uma população rural estimada entre 18 mil habitantes, o que significa uma baixa renda "per capita". De fato, as dificuldades encontradas com cultivos que foram fortemente incentivados pelo governo, como o cacau, coco e acerola, desestimularam muitos proprietários (PROPOSTA DA AGENDA 21 LOCAL, 2004).

Entretanto, a agricultura familiar é uma das atividades de maior importância sócio-econômica, sejam pelos seus potenciais efeitos sobre a distribuição de renda, seja pela geração de oportunidades para incentivar a permanência do trabalhador no campo e por se constituir em elemento fundamental para a sustentabilidade ecológica, econômica e social.

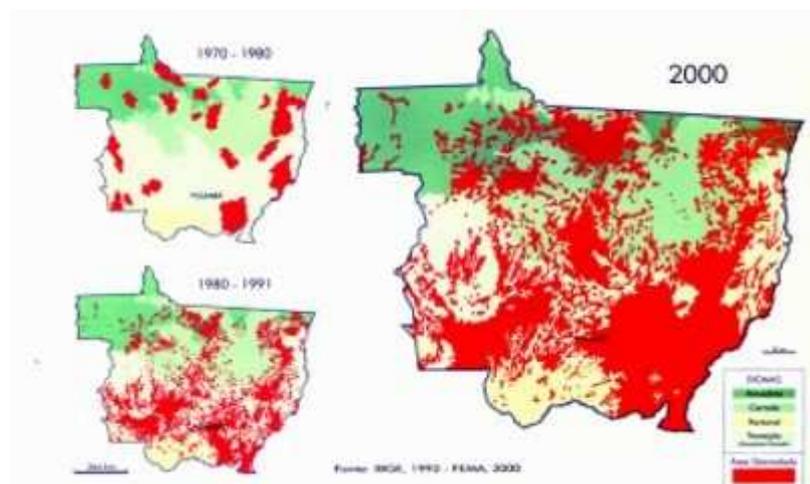
Todavia, o avanço da monocultura da soja e da agropecuária extensiva se constitui numa ameaça à continuidade do modelo de produção agrícola de subsistência na região.

2.2 Desmatamento é progresso: a emergência do anti-ambientalismo em Alta Floresta

O modelo de desenvolvimento adotado que orientou a política de ocupação em Alta Floresta e também o seu entorno, não prima por uma preocupação com as etnias indígenas, os garimpeiros, os pequenos agricultores, tampouco com uma adequação às características ambientais regionais, tendo em vista as peculiaridades do bioma amazônico, onde Alta Floresta se insere.

Entre as principais ameaças e fatores de degradação do meio ambiente destacam-se os desmatamentos, especialmente para fins de implantação de pastagens; o uso indiscriminado do fogo; a extração madeireira predatória (ainda amplamente difundida). A contaminação por agrotóxicos também está se tornando uma preocupação, devido ao uso de produtos altamente tóxicos no combate às pragas da pastagem e no início da implantação de grandes monoculturas de soja e arroz, principalmente.

Figura 2 – Dinâmica de Desmatamento da Vegetação Nativa em Mato Grosso



A cultura que vai se desenvolvendo localmente é de que a destruição da natureza é sinônima de progresso. As vozes que se fazem ouvir são de representantes políticos que, aliados aos detentores do capital, defendem a destruição. Por outro lado, a imprensa nacional e internacional, na sua grande maioria, desconhecendo a realidade local e com uma visão naturalista e preservacionista, defende o “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2001), sem discutir a preservação e conservação da Floresta Amazônica num contexto social, político, econômico e cultural, de modo a não contribuir com a formação de uma consciência ecológica crítica, que sintetize a justiça social e a justiça ambiental.

As classes populares vão sendo educadas pelo discurso que defende a degradação ambiental em nome do progresso econômico. Pelo próprio desconhecimento das condições históricas e sociais da transformação do espaço e na luta por sobrevivência e melhores condições de vida, as classes populares prosseguem na manutenção do modelo, como co-responsáveis pela crescente degradação social e ambiental que se observa na região.

Em uma reportagem realizada na região norte do Mato Grosso, publicada na revista *Veja*, de 07 de abril de 1999, o repórter apresenta seu ponto de vista sobre a falta de consciência ecológica das pessoas e a manipulação dos grandes proprietários da Floresta:

(...) políticos, fiscais corruptos, grandes fazendeiros manipulam a opinião pública local para defender as práticas atrasadas de pecuária extensiva. Enquanto todo o resto do Brasil condena a destruição da Floresta Amazônica, nos municípios em que os fazendeiros e madeireiros dão as ordens, a população vai às ruas em favor do desmatamento (KLESTER CAVALCANTI, 1999, p. 112).

Na mesma reportagem, o suplente de senador Eloi Luiz de Almeida (PMDB-MT), ex-prefeito de Alta Floresta, vocalizou num protesto realizado naqueles dias: *Se nosso desenvolvimento exige a derrubada da floresta, vamos derrubá-la.*

Nesse protesto, cerca de 5000 agricultores, trabalhadores assalariados de fazendas e de madeiras, invadiram o aeroporto da cidade e impediram pousos e decolagens durante três horas, em manifesto contra as ações restritivas dos órgãos ambientais na região. O movimento, contrário às ações políticas que coíbiam o desmatamento, queimadas e comercialização de madeiras de forma ilegal, congregou todos os segmentos da sociedade, inclusive aqueles que têm suas vidas degradadas juntamente com o ambiente nessas frentes de fronteira pioneira, como os trabalhadores do campo e da cidade.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ligado ao Ministério do Meio Ambiente, é o órgão público responsável pelo controle do desmatamento e queimadas na região, cujas atribuições são monitoramento, avaliação de áreas críticas, fiscalização e prevenção, à exemplo do Programa de Prevenção e controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (PROARCO), atuante na região por esta pertencer ao chamado Arco de Desflorestamento da Amazônia¹⁰. Possui escritório local desde 1994, todavia, suas ações não são efetivas tendo em vista os entraves burocráticos, a falta de pessoal e, ainda, as práticas de corrupção noticiadas constantemente na mídia.

Evidencia-se neste contexto, a predominância de um processo educativo (ou contra-educativo) engendrado por aqueles que fazem da terra e de tudo o que nela há um capital especulativo. A cultura política que se perpetua, tanto em nível da organização estatal quanto da sociedade como um todo, tem foco na produtividade econômica e não na formação de outra sociabilidade entre os seres humanos e destes com a natureza.

As políticas governamentais, na sua maioria, voltadas para a grande produção e com o objetivo maior de atender as macropolíticas econômicas, contribuem para manutenção das

¹⁰ Região de limite entre a floresta e as áreas ocupadas nos estados que compõem a Amazônia Legal, considerada crítica pelo PROARCO, pelo alto índice de desflorestamento e queimadas.

injustiças sociais e ambientais e conseqüentemente do modelo hegemônico de produção e consumo. As estratégias utilizadas para manutenção deste modelo econômico, disseminadas pelos meios de comunicação em massa, produzem a homogeneização do pensamento dominante junto às classes populares, dificultando iniciativas de resistência e mudança.

A fala de um dirigente e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores de Colíder, no Seminário Interministerial de Implantação do Programa de Gestão Ambiental Rural, em Guarantã do Norte, em junho de 2004, mostra a dificuldade de imprimir um movimento de resistência contra o pensamento hegemônico: *o problema é que muitos de nós temos o corpo de lambari, mas a cabeça de tubarão.*

Percebe-se, portanto, no modo de organização das sociedades, que é a cultura que comanda as relações sociais e as interferências do ser humano sobre a natureza. A questão ambiental é uma categoria social, configurada como um problema que se materializa à medida que grupos com diversos interesses agem na sociedade e na natureza.

Observamos que a consciência ecológica não é um dado *a priori* da população local, constituída em sua maioria de famílias que migraram em busca de melhores condições de vida e de trabalho, que garantissem um padrão de consumo maior do que tinham na terra de origem.

A busca de alternativa aos processos produtivos e o modo de consumir passa obrigatoriamente pela mudança de hábitos culturais e, acima de tudo, por mudança na própria organização social e política da sociedade, ou seja, é uma questão, sobretudo educativa.

Para isso, faz-se necessário discutir os problemas ambientais do processo histórico, social, cultural, econômico, entendendo ambiente como um espaço de luta social e fortalecimento da democracia, cujas dimensões da justiça social e da justiça ambiental se

aproximam, convergem. O ambiente representa nada mais do que a síntese histórica das relações dinâmicas entre ser humano e natureza, ressaltando que o projeto de dominação do ser humano pelo ser humano, engendrado pela modernidade capitalista, é o mesmo de dominação destrutiva da natureza.

O meu enraizamento neste processo de colonização e a experiência vivida e refletida me conduzem à convicção de que a tomada de consciência sobre os problemas ambientais perpassa não só pelo conhecimento acadêmico acerca dos aspectos físicos, químicos e biológicos, mas, pela tomada de consciência sobre em que condições sociais, econômicas e políticas a natureza está sendo transformada e qual o papel de cada um neste processo, ou seja, entendendo-se como sujeito na construção da história. É uma questão educativa e política por excelência.

O conhecimento técnico-científico sobre os aspectos biofísicos do ecossistema amazônico, da importância da biodiversidade, da necessidade de preservação dos rios é elemento indispensável, mas, não se cola como emplasto na consciência das pessoas. A consciência ecológica é antes de tudo uma consciência crítica do modelo de sociedade consumista e predatória. Um entendimento de que a proteção ambiental e a justiça social são indissociáveis.

2.3 O movimento ecológico em Alta Floresta: alguns destaques históricos

Na revisão de literatura sobre ambientalismo e educação em Alta Floresta, encontrei o que talvez tenha sido o princípio da discussão sobre Educação Ambiental junto às instituições públicas de ensino em Alta Floresta. Trata-se do artigo “Uma Estratégia Latino-Americana Para a Amazônia”, de Nana Mininni Medina, publicado em 1996, nos anais da Conferência

Internacional, e que fala sobre uma experiência de Educação Ambiental em Alta Floresta, nos anos de 1990 e 1991. O público foi os professores de 1º e 2º graus de escolas do município, com o objetivo de, paulatinamente, incorporar a dimensão ambiental nos currículos das escolas locais. O projeto foi pensado e implementado pela equipe da Divisão de Educação Indígena e Ambiental da Secretaria do Estado (SEDUC-MT). Nesse artigo, a autora faz uma autocrítica e uma reflexão sobre os erros cometidos pela equipe a qual integrava, por ter desconsiderado a realidade social do espaço, por não considerar as raízes culturais, costumes e atitudes que vêm na floresta um empecilho para o desenvolvimento, e complementa:

Desde as etapas de definição de objetivos, planejamento e implementação de atividades de educação ambiental formal ou não-formal, o conjunto de atores sociais aos quais esta educação for dirigida, deverá estar envolvido (MEDINA, 1996, p. 333).

Observa-se nesse relato a indissociabilidade entre educação e democracia para o desencadeamento de uma consciência crítica. A construção da consciência crítica é uma tarefa educativa que exige participação e ação em conjunto engajadas e contínuas a partir da realidade local. Por isso, o comprometimento ético e político constituem as bases de qualquer prática educativa, intencional ou não.

Estabelecendo uma relação com as categorias que Paulo Freire constrói e utiliza na *Pedagogia do Oprimido*, é preciso que os problemas ambientais sejam “percebidos” e “destacados” pelos sujeitos envolvidos, para que sejam tomados como “situações-limites” a serem vencidas, levando à superação dos comportamentos alienados e aceitação passiva das coisas, passando a ser um tema-problema à espera do seu enfrentamento. Este enfrentamento é sempre uma ação intencional, é fruto de uma consciência crítica.

A mudança de postura com relação ao meio ambiente não vai acontecer através de práticas impostas. Sem negar a presença de agentes educativos mediadores, há que ser gestada no útero das populações envolvidas a partir da problematização que fazem de sua realidade.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 que trouxe o Meio Ambiente como tema transversal, a dimensão ambiental foi introduzida nos currículos escolares. Todavia, há uma tendência de “biologização” da Educação Ambiental, e isso é possível perceber nas Feiras de Ciências e Mostras de Educação Ambiental que acontecem anualmente e de cujo corpo avaliativo já fiz parte.

No ano de 1993, um campus da UNEMAT foi criado em Alta Floresta, oferecendo o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Por estar atuando em bioma amazônico, as diretrizes curriculares deste curso estavam voltadas para a preservação e conservação desse ecossistema. Como acadêmica da terceira turma de licenciados em Biologia, a leitura que faço do processo formativo dos licenciados é que a ênfase sobre aos conteúdos técnicos-científicos em detrimento dos fundamentos da educação, contribuíram mais para a formação de biólogos do que educadores.

A universidade é um espaço democrático, a conflitividade de idéias e ideais sempre esteve presente, todavia, o debate e as ações se restringiam ao ambiente acadêmico, isoladas e desarticuladas do restante da sociedade local. Não havia uma cultura sólida de integração Universidade e Comunidade. É como se a universidade tivesse que se constituir por partes: primeiro o ensino, depois a pesquisa e por último a extensão.

Todavia, na medida em que foi se consolidando enquanto instituição de ensino, algumas ações de pesquisa e extensão foram acontecendo através de projetos de integração universidade e comunidade, contemplando a dimensão ambiental.

A universidade ampliou sua oferta de cursos, todos voltados para as áreas agroambientais. Atualmente oferece os cursos de Engenharia Florestal, Agronomia e Bacharelado em Biologia.

A presença de outros personagens advindos de outros contextos e áreas do conhecimento, dado pela ampliação da oferta de cursos têm possibilitado a ampliação do debate acerca do contexto regional e a criação de espaços de discussão de idéias e ideais, por vezes divergentes e tensivas, porém, necessárias para compreensão e mudanças no cenário sóciopolítico e cultural local.

Foi criado pela UNEMAT (Campus Universitário de Alta Floresta) o Centro Permanente de Educação Ambiental (CEPEA), que desenvolve projetos pontuais junto à comunidade escolar, principalmente, desenvolvido por estagiários dos referidos cursos.

Há dois anos vem realizando o Seminário de Educação para a Sustentabilidade, sendo que no ano de 2004 a temática foi *Agricultura Familiar e Sustentabilidade*, e vem se fortalecendo dentro da instituição movimentos de resistência contra o avanço do agronegócio na região, como o Grupo pela Agroecologia, formado por alunos e professores do Curso de Agronomia, principalmente.

Nos dias 09 a 11 de Julho de 2005, Alta Floresta foi sede do Festival Ecológico e Cultural das Águas do Mato Grosso – Edição Águas da Amazônia, organizado pela UNEMAT com apoio de diversas entidades civis e o poder público das diferentes esferas para discutir políticas públicas ambientais, sociais e culturais para a região.

CAPÍTULO 3

AS ONG NO BRASIL: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

Para compreender as possibilidades educativas no contexto das organizações não-governamentais, é necessário compreendê-las em sua historicidade. Apresento neste capítulo uma revisão da literatura sobre a trajetória das ONG no Brasil, as mudanças e variações desta categoria do associativismo civil, destacando a sua interface com o Estado e com o movimento social.

Ao lado disso exponho uma revisão bibliográfica sobre a atuação das ONG ambientalistas nas políticas públicas socioambientais no Brasil, enfatizando os limites e as possibilidades deste ator social na consolidação democrática e no fortalecimento dos movimentos sociais emancipatórios.

3.1 A trajetória histórica das ONG no Brasil

A denominação ONG caracteriza uma série de instituições, entidades, organizações que compõem o tecido social e são espaços significativos de participação na sociedade brasileira atual, articulando-se em torno do que Gohn (1997) chama de “direitos sociais modernos”, criadas pelas pressões de movimentos sociais como o ecologismo, o feminismo, as questões étnicas, etc.

Scherer-Warren (1995) traz uma definição de ONG tendo em vista o lugar ocupado na teia de relações sociais na contemporaneidade. Segundo a autora, as ONG são:

(...) organizações formais, privadas, porém com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro ou ao nível macro (SCHERER-WARREN, 1995, p.165).

As ONG precisam ser compreendidas na sua historicidade, pois, vão assumindo diferentes papéis de acordo com a conjuntura social, política e cultural dos lugares em que emergem. No caso latino-americano, especificamente o brasileiro, as ONG surgem na década de 60 como um campo de práticas comuns a entidades que interagiram no sentido de apoiar atores sociais emergentes na luta por seus direitos (FRAGA, 1995).

Tendo em vista o regime militar que imperava, as ONG apresentavam uma postura contrária às práticas autoritárias e assistencialistas desenvolvidas no país. O trabalho dessas organizações se constituía em assessoria aos movimentos populares rurais e urbanos, principalmente através de práticas de educação popular.

Nas décadas de 1960 e 1970, as ONG estabeleceram o importante papel de mediadoras dos movimentos sociais e de apoio às causas populares, no sentido da luta pela democratização da sociedade brasileira. Instituições como a FASE, CEDI, CEAS, ASSESSOAR são citadas por Fraga (2004) como agentes fundamentais para a qualificação dos conflitos sociais nesse período, apesar de não se identificarem como ONG. Esta denominação é recente, mais especificamente dos anos 80. O perfil destas organizações, pela forma de atuação política na relação com o Estado, é caracterizada por Gohn (1999) como ONG *cidadãs militantes* e por Montenegro (1994) como ONG *progressistas*.

Com a abertura democrática no país e a implementação das políticas neoliberais, criam-se condições para o fortalecimento da sociedade civil através de novos espaços de participação constitucionalmente criados como conselhos, fóruns. A Constituição de 1988 abre espaço institucionalizado para a participação popular na administração pública, redimensionando a relação entre Estado e sociedade civil.

No caso específico das ONG, Gohn (1994) acrescenta que a mudança da conjuntura nacional e internacional, principalmente no aspecto do financiamento, contribuiu para o processo de mudança dessas instituições. Na década de 90, as atenções das agências financiadoras e do pessoal de trabalho de base, geralmente articulados às igrejas, voltaram-se para os processos de redemocratização do leste europeu.

Nesse novo cenário, a forma de atuação e os quadros das ONG foram alterados, pois,

(...) levou a necessidade de elas gerarem recursos próprios e lutarem pelo acesso aos fundos públicos, tiveram então que proceder reengenharias internas e externas para sobreviver, (...) com isso o trabalho de militância política via pressões sociais, passaram para segundo lugar, e as atividades produtivas, ganharam centralidade no dia a dia das ONG (GOHN, 1994).

Dá a necessidade de um quadro de profissionais qualificados, principalmente no ramo de elaboração de projetos, para captação de recursos, garantindo assim, a sobrevivência das organizações e dos respectivos profissionais.

Com a crise nas ONG *cidadãs militantes*, que se posicionavam contra o Estado, e a emergência de ONG que encontraram neste um parceiro em potencial., Gohn (1994) destaca que as ONG dos anos 90, voltaram-se para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, se inscrevendo no universo do *terceiro setor*.

O terceiro setor é uma caracterização dada para as iniciativas privadas com sentido público. Fernandes (1994) conceitua ‘terceiro setor’ basicamente como todas as organizações da sociedade civil que não se orientam pelo lucro e nem se limitam a atos do governo, ou seja:

(...) um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos (...) caracteriza-se por ser não-governamental (portanto não é Estado) e não-lucrativo (portanto não é Mercado), no entanto, organizado, independente e mobiliza particularmente a dimensão voluntária das pessoas (FERNANDES, 1994, p.19-21).

Montaña (1999) é um crítico da expansão do terceiro setor, considerando esta uma estratégia do projeto neoliberal que tem seu fundamento político na minimização do Estado, que se caracteriza pela privatização das políticas sociais, transferindo à sociedade civil a iniciativa de assisti-las. Para este autor, os fundamentos do estado mínimo e a expansão do terceiro setor significam a separação radical das relações políticas dos fenômenos econômicos e sociais, ou seja, a separação e autonomização do estado em relação à sociedade civil:

(...) procura-se a des-economização das relações políticas e a des-politização dos fenômenos econômicos e sociais e com isso, obtém-se a des-historicização do real (MONTAÑA, 1999, p. 57).

De acordo com Gohn (1999), o terceiro setor tem sentidos históricos diferenciados e precisa ser analisado nas diferentes realidades sociais. Nos Estados Unidos, está inserido no mundo do mercado, no qual empresários criam fundações e investem no associativismo voluntário como forma de diminuir o pagamento de impostos e taxas. Já na Inglaterra, o terceiro setor vem da tradição da caridade, com bases religiosas; desenvolve a noção de filantropia, introduzindo elementos humanistas e, numa articulação com o modelo norte-americano, origina a também *filantropia empresarial*, também observada no Brasil.

A autora faz uma leitura pró-ativa da atuação do terceiro setor, considerando também a sua relevância enquanto espaço associativo que possibilita a produção de mudanças sociais.

Se de um lado elas reforçam as políticas sociais compensatória ao intermediarem as ações assistenciais do governo, de outro lado, elas atuam em espaços associativos geradores de solidariedade e que exercem um papel educativo junto às populações, aumentando sua consciência quanto aos problemas sociais e políticos da atualidade (Idem, 1999, p. 74).

Percebe-se que para discorrer sobre ONG é preciso fazê-lo numa perspectiva histórica, tendo em vista que as mudanças conjunturais da sociedade também provocam mudanças na forma de atuação das ONG e também as diferenças de orientação político-ideológica que as ONG têm. Não há uma condição unívoca, natural, nestas organizações.

O conceito propositivo de rede (SCHERER-WARREN, 1999, 2001, 2002) pode auxiliar na análise da relação entre as ONG e os movimentos ecológicos. Este conceito tem sido proposto como método de análise das estratégias de ação dos atores sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva, como uma forma de organização e relacionamento entre os diferentes atores sociais.

No conceito de rede, uma organização pode se constituir em elo de uma rede de movimento quando participa de uma luta coletiva pela cidadania, por transformações sociais que vão além das reivindicações por causas específicas.

O movimento transcende a prática localizada e temporal das organizações e surge quando começa a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e de movimentos (Idem, 2002, p. 140).

Tomando como base a relação das ONG ambientalistas com o movimento ecológico, pode-se dizer que este último representa um conjunto de práticas e valores que transcende as ONG e repercute em todo o tecido social. As ONG, portanto, não são protagonistas exclusivas, mas sim um dos atores de uma nova concepção de movimento social, enquanto rede que conecta sujeitos e organizações que buscam seu reconhecimento na esfera pública.

A forma de rede vem sendo apontada cada vez mais como uma estratégia válida para responder aos desafios do processo de democratização em escala mundial. Para Sanchez (1987):

As redes expressam uma nova política baseada na comunicação e na produção de conhecimentos, métodos e alternativas. As redes não se submetem a fronteiras e podem se interconectar superando os esquemas dicotômicos Norte-Sul, Leste-Oeste, base-assessoria. De qualquer forma, o conceito de redes implica sempre um caráter de comunicação horizontal (SANCHEZ, 1987, apud SCHERER-WARREN, 2001, p. 78).

No contexto do movimento ecológico, a Rede Matogrossense de Educação Ambiental (REMTEA) é um exemplo de rede de comunicação/informação horizontal, na qual participam pessoas e instituições que alimentam cotidianamente este espaço de produção e troca de conhecimentos acerca da Educação Ambiental. Os contatos são feitos pela rede de comunicação mundial, mas, também se dão em tempo real, em encontros presenciais com os integrantes da rede, em diferentes espaços educativos, considerando que a internet ainda não é um meio de comunicação democrático.

Para compreender as ações das ONG como prática transformadora, portanto, faz-se necessário analisar e refletir sobre que redes estão integrando, quem são seus interlocutores e quais as estratégias de ação, tendo em vista os contextos de sua atuação, lembrando que para ser agente de transformação social, as ONG precisam ser de apoio à cidadania e à participação popular, ser expoente e catalisador de uma participação social ativa.

3.2 As ONG ambientalistas no Contexto da Consolidação Democrática do Brasil: Limites e Possibilidades de Atuação nas Políticas Públicas

O Brasil populista e ditatorial não favoreceu a organização da sociedade civil em torno de causas ambientais. A política desenvolvimentista deste período, associada à estratégia de

perpetuação da hegemonia presente nas formas de organização estatal, são os principais fatores responsáveis por esta desmobilização.

Os poucos avanços na legislação ambiental e também na consciência ecológica desse período se deram a partir de iniciativas governamentais. A participação da sociedade civil, segundo estudos feitos por Drummond (1997), foi bastante incipiente e se limita a algumas organizações como a ‘Sociedade Amigos de Alberto Torres’ e ‘Sociedade Amigos das Árvores’. Marcadas pelas idéias do jurista carioca, Alberto Torres, essas organizações eram constituídas principalmente por pessoas do meio científico, mais especificamente da área das Ciências Naturais.

A legislação ambiental brasileira vai sendo construída com grande influência das políticas ambientais preservacionistas dos EUA, todavia, avanços significativos na legislação e gestão ambiental foram implantadas na Constituição de 1934, como a criação do Código Florestal Brasileiro, o Código das Águas, a criação do Serviço Florestal Federal, Serviço de Saúde Vegetal e Animal do Ministério da Agricultura, Código de Caça e Pesca e o Serviço de Irrigação e Reflorestamento.

Na década de 60, observa-se mais uma onda de produção legislativa como o novo Código Florestal, Lei de Proteção aos Animais e criação de vários Parques Nacionais e Estaduais.

Ressalta-se que, nesse período, o que prevaleceu foi a ideologia progressista, alimentada pelos aparelhos ideológicos do estado, inclusive a escola, onde todas as políticas convergiam para o incentivo à urbanização e à industrialização, com o objetivo de colocar o Brasil nos trilhos do capitalismo internacional. Para isso, não houve nenhum pudor ambiental, em que poluição era sinônimo de progresso. A ênfase econômica garantiu a legitimação do modelo de desenvolvimento econômico empreendido pelos governos populista e militar.

A década de 80 marca uma ruptura tanto na organização política do país quanto na sua história econômica. O movimento pela democratização do país conquista uma Constituição que garantem a todos os cidadãos os mesmos direitos e deveres. A questão ambiental é reconhecida, e o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, trata especificamente da questão do Meio Ambiente, conclama toda a sociedade civil e os órgãos públicos a se responsabilizarem pela questão, tendo em vista a mesma ser considerada um direito difuso, do ponto de vista jurídico e uma problemática que atinge a todos independentes de espaço físico ou classe social.

A questão ambiental, segundo Drummond (1997) passou a ter importância bem maior através da participação da sociedade civil, a partir da década de 80, com a Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

O processo de democratização do Brasil, pós-ditadura militar, proporcionou significativas alterações na sociedade civil no que se refere aos espaços de participação política não só na questão ambiental. A Constituição Brasileira de 1988 cria mecanismos de participação de instituições não governamentais em conselhos, execução de atividades e fiscalização da coisa pública. Apesar das críticas de desmobilização dos movimentos populares, criam-se possibilidades objetivas de participação de cidadãos no espaço público.

No caso específico das ONG no Brasil, houve um crescimento considerável do número de entidades civis envolvidas em questões ecológicas, direitos humanos, gênero, desenvolvimento sustentável, defesa das minorias, educação, saúde, filantropia, etc., com formatos e estratégia de ação distintas.

A participação da sociedade nas políticas públicas ambientais, através das ONG, tem sido considerada por vários autores como um avanço na cultura política do país. A própria

formação do setor público ambiental e a legislação vigente hoje no país são marcadas por pressões de organizações não governamentais (TREVISOL, 2000; BERNARDO, 2001).

A locação de recursos financeiros é um ponto nevrálgico para atuação das ONG. No Brasil, a proximidade das ONG com o Estado se dá, principalmente, por este ser um importante colaborador e fonte de fomento.

A rede para o desenvolvimento de políticas ambientais globais e a interdependência econômica entre os países faz com que as instituições públicas ambientais, têm sua expansão ligada a recursos externos. O próprio Ministério do Meio Ambiente brasileiro desenvolve suas políticas em parceria e com recursos financeiros advindos de organizações governamentais e não governamentais internacionais.

Estas parcerias têm como condição a participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas ambientais, que passa a ser uma exigência das agências financiadoras internacionais. De acordo com Bernardo (2001):

A consolidação de mecanismos de consulta e participação social como requisitos para os financiamentos internacionais na área ambiental, deu-se, inicialmente, por meio de indução e pressão de instituições internacionais, especialmente bancos (Idem, p.51).

O fortalecimento de mecanismos democráticos vem sendo estimulado por organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e mais recentemente o Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que enfatizam o fortalecimento da sociedade civil como imperativo nos programas que financiam, consagrando expressões como *empowerment* (empoderamento) e o conceito de *stakeholder* (atores envolvidos no processo) como referência indispensável na elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável (BURSTZYN, 2001, p.71). A sociedade é então representada por entidades que possuem

maior capacidade de organização, mas nem todos conseguem se fazer representar dadas as condições materiais de acesso a essas políticas.

A “sociedade civil” acaba sendo representada por segmentos da classe média, com formação acadêmica e com uma agenda de contatos e recursos tecnológicos que permitem o acesso às informações e intervenções políticas.

Especificamente na região que se constitui no *locus* desta pesquisa, a atuação das ONG na co-gestão de políticas públicas socioambientais é legitimada e estimulada pelo governo federal atual, mais especificamente por intermédio do Ministério do Meio Ambiente. Como exemplo cito uma das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável Para a Região de Influência da BR-163 (Plano Cuiabá-Santarém Sustentável), implantado em fevereiro de 2004, como desdobramento do Plano Amazônia Sustentável que define como ação estruturante do Plano:

Apoiar o fortalecimento das organizações da sociedade civil para participar na formulação e atuarem como controladores das políticas públicas, seja aportando recursos financeiros para que estas organizações realizem projetos na região, por intermédio de fundos setoriais, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente, ou na criação de mecanismos efetivos de participação, dentre eles, as permanentes consultas à população, grupos de trabalhos paritários, fóruns de concentração social e comitês de articulação federativa (PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DA BR -163/ Plano Cuiabá-Santarém Sustentável, 2004, p. 23).

Percebe-se, todavia, que este é um espaço privilegiado para as ONG que possuem em seus quadros profissionais técnicos em elaboração de projetos para captação de recursos disponíveis e capacidade de articulação política. As organizações de base, que não têm o conhecimento técnico e nem capacidade articulatória, têm suas ações limitadas nestas parcerias.

Bernardo (2001, p.52) ressalta que nessa conjuntura não só surgem espaços para atuação das ONG mais profissionalizadas como criam-se entidades com a finalidade de ser instrumental de política pública para atuação na ponta do processo, junto às comunidades onde nem as financiadoras e nem o governo têm condições de estar.

Uma questão que se coloca, portanto, é como garantir uma ética pública para que as entidades da sociedade civil contribuam efetivamente para uma destinação mais democrática dos recursos públicos e também para a democratização do Estado, quando se colocam a serviço do próprio Estado? Como fica seu papel histórico de controlador social?

Para integrar-se ao “sujeito histórico emancipatório” representado pela ação dos movimentos sociais populares, estes novos atores sociais têm como desafio construir uma autonomia em relação ao estado e ao mercado e sua atuação deve ser no sentido de alcançar direitos que são coletivos, promovendo a cidadania de todos.

Caccia Bava (2000) é um crítico da forma de atuação das organizações não governamentais no Brasil, que falam e agem em nome de uma cidadania que atende à lógica da sociedade de mercado e não tem contribuído para uma educação libertadora, que possibilite àqueles cidadãos destituídos de direitos a construção de uma consciência crítica deste modelo excludente e depredatório de organização social e política.

Segundo o autor, a luta pela cidadania necessita de novos conteúdos e formas, que apontem para a negação da sociedade de mercado como modelo de sociabilidade e pela instituição de um novo contrato social, no qual a realização das potencialidades humanas e a questão social determinem as novas esferas públicas e as relações com a economia e a política.

CAPÍTULO 4

AS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS DE ALTA FLORESTA: UM PERFIL

Este capítulo apresenta um perfil das ONG ambientalistas de Alta Floresta no que se refere aos objetivos históricos, campo de atuação, composição, agências de fomento, redes locais e globais que integram e aos trabalhos comunitários desenvolvidos nos anos de 2003 e 2004.

Os atores sociais que se constituem no objeto desta pesquisa são institutos, fundações e associações caracterizadas como “ONG”. Landim (2002) afirma que ONG não é um conceito sociológico, mas uma categoria construída socialmente para designar organizações da sociedade civil que têm características peculiares que as diferenciam de outras formas de associativismo.

Atuando na questão ambiental, identifiquei 06(seis) organizações, sendo 03 (três) Institutos, 02 (duas) fundações e uma associação, que foram mapeadas através de um formulário (Anexo I) o que permitiu traçar um perfil destas organizações no sentido de responder o que fazem, como, com quem e para quem desenvolvem suas ações.

4.1 As Organizações Ambientalistas de Alta Floresta: campo e forma de ação

A partir das informações contidas no formulário, e de seus documentos estatutários, passo a apresentar cada organização, destacando o tempo de existência, missão e objetivos, bem como o argumento que motivou o seu nascimento ou a sua inserção em Alta Floresta.

Quadro II – Identificação e Tempo de Existência das ONG em Alta Floresta, MT.

NOME DA ORGANIZAÇÃO¹¹	TEMPO DE EXISTÊNCIA E ATUAÇÃO
Fundação Ecológica Cristalino (FEC)	5 anos
Instituto Centro de Vida (ICV)	5 anos
Fundação Agroambiental da Amazônia (FUNAM)	2 anos
Sociedade Formigas (SF)	2 anos
Instituto Floresta (IF)	1 ano
Instituto Ouro Verde (IOV)	1 ano

Dados coletados em Outubro/2004.

Todas as organizações pesquisadas têm um caráter formal, possuem uma estrutura física de referência, são constituídas por um agrupamento de indivíduos com diferentes papéis: assessores, conselheiros, profissionais técnicos. São regidas por um estatuto próprio que define a missão institucional e o campo de atuação.

¹¹ Opto por utilizar a denominação sintética da organização, usualmente adotada pela população local e integrantes das ONG, seguida da abreviatura.

No conjunto dessas organizações, a Fundação Ecológica Cristalino é a mais antiga em Alta Floresta. Criada em 1999 está ligada a uma empresa de ecoturismo da região e à Reserva Particular de Patrimônio Natural Cristalino (RPPN), uma Unidade de Conservação no ecossistema amazônico, nas proximidades dos rios Cristalino e Teles Pires.

A Fundação tem como objetivo estatutário:

Contribuir para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas amazônicos; (...) desenvolver ações de interesse público; (...) promover a educação ambiental; (...) identificar, criar e gerenciar áreas protegidas; (...) trabalhar pelo melhor relacionamento e sobrevivência das diversas etnias humanas (ESTATUTO SOCIAL DA FUNDAÇÃO, 2004, p.1).

Apesar de ter sido criada em 1999, ganha visibilidade somente em 2004, a partir de um projeto que passa a desenvolver com a comunidade, o Projeto ‘Escola da Amazônia Regional’, dirigida aos alunos da rede pública de ensino. Este projeto é também um “produto” da empresa de ecoturismo à qual a Fundação encontra-se ligada, dirigido principalmente aos alunos de escolas e universidades particulares que vêm de todos os lugares do Brasil e do exterior para conhecer a Amazônia. O projeto ‘Escola da Amazônia Regional’ é direcionado aos alunos da rede pública e se caracteriza pela dimensão do trabalho de educação ambiental realizado pela Fundação.

O Instituto Centro de Vida, por sua vez, é uma organização fundada em 14 de abril de 1999, com sede em Cuiabá e atuação nos três biomas de Mato Grosso: Pantanal, Amazônia e Cerrado. É uma das mais antigas na região, atuando desde 1999. De acordo com a apresentação do Diretor Adjunto, o Instituto Centro de Vida nasce por iniciativa de militantes do movimento ambientalista de Mato Grosso à exemplo do seu Coordenador, Sérgio Guimarães. Iniciou seus trabalhos na região através do Programa Fogo: Emergência Crônica, que esteve sob sua responsabilidade de execução até o ano de 2003.

A organização é concebida pelo informante como de caráter *científico-cultural* e tem como missão:

Desenvolver estudos e ações visando a proteção do meio ambiente, a conscientização do ser humano, o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (APRESENTAÇÃO DO ICV, 2004, p.1).

O Instituto Centro de Vida tem se destacado na articulação de políticas públicas, em parceria com os órgãos públicos ambientais tanto em nível estadual quanto federal. É uma das ONG que tem maior visibilidade local pelo tempo que atua e pelos projetos e eventos desenvolvidos em parceria com diversos atores locais como a Expoambiente Amazônia – Feira de Iniciativas Sustentáveis da Amazônia Mato-grossense¹², realizada em 2002 e 2003, reunindo uma pluralidade de atores nacionais e internacionais como políticos, jornalistas, artesãos, produtores agroecológicos e empresários do ramo madeireiro.

Esta organização, em parceria com a FEMA, atuou na mobilização local para constituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (CONDEMA) de Alta Floresta, no ano de 1999.

A Fundação Agroambiental da Amazônia nasce a partir da mobilização de lideranças rurais, poder público e Universidade, à partir de experiências-piloto de controle biológico, implementadas pela Secretaria de Agricultura e UNEMAT, assessorados tecnicamente pelo Prof. Ms. Vander de Freitas Rocha, importante difusor da agroecologia na região. É composta por várias instituições, como: Prefeitura Municipal de Alta Floresta, UNEMAT – *Campus* de Alta Floresta, Cooperativa de Produtores Rurais do Setor Ouro Verde, Cooperativa de

¹² A Expoambiente Amazônia é uma iniciativa do Programa Fogo: A Amazônia Encontrando Soluções, que visa promover as alternativas ao uso do fogo e o desmatamento. É um evento que mobiliza os diversos segmentos da sociedade amazônica: órgãos públicos, empresários, setores da sociedade e ONG's, na busca de soluções concretas para assegurar um desenvolvimento econômico durável, com equidade social e conservação do meio ambiente. A Expoambiente Amazônia tem por objetivos: a) Promover, divulgar e fortalecer iniciativas que visem o desenvolvimento sustentável; b) Sensibilizar e informar a comunidade local e regional sobre os temas da sustentabilidade, a partir de experiências e demonstrações concretas; c) Contribuir para a redução do desmatamento e da utilização do fogo na região.

Produtores Rurais do Setor Santa Lúcia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Patronal Rural de Alta Floresta, e desenvolve projetos de controle biológico, como alternativa ao uso de agrotóxicos.

A sede e o patrimônio da Fundação se encontram instalados no Laboratório de Biocontroladores de Doenças de Plantas, situado na Comunidade Ouro Verde, zona rural do município. De acordo com o relato de um dos idealizadores e atual coordenador do Projeto, a Fundação tem por objetivo:

Implementar práticas conservacionistas criando e disponibilizando aos produtores agentes biocontroladores de doenças e pragas de plantas como alternativa às práticas tradicionais, impactantes e insustentáveis e se dirige aos pequenos, médios e grandes produtores rurais (APRESENTAÇÃO DA FUNAM, 2004).

De acordo com dados fornecidos pelo coordenador da Fundação, através do Projeto Laboratório, envolvem todas as comunidades circunvizinhas, principalmente os jovens, na divulgação, conscientização e trabalhos de campo, buscando disseminar a agricultura ecológica junto aos produtores rurais.

A Sociedade Civil para o Desenvolvimento Socioambiental e Cultural – Sociedade Formigas – é uma organização que nasce a partir de um grupo de universitários do curso de Ciências Biológicas e do curso de Agronomia da UNEMAT local. Nasceu em 22/04/2003 e um mês depois foi registrada. Possui como missão, de acordo com o Regimento Interno da organização

Desenvolver ações que conservem os recursos naturais e prestigie as famílias e comunidades de baixa renda, através da utilização dos valores universais e da formação de novos multiplicadores (REGIMENTO INTERNO, 2004, p.1).

A organização apresenta em seu regimento preocupação com aspectos sociais, culturais e ambientais, bem como o olhar voltado às classes populares. A organização foi criada por

iniciativa de jovens universitários do meio popular que estão inseridos nesse contexto sócio-cultural.

O Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável nasce no ano de 2004, especificamente para implementar o Programa Fogo em desenvolvimento na região há quatro anos pelo Instituto Centro de Vida. A organização recém-criada é caracterizada como:

Entidade ambientalista de pesquisa e educação ambiental para o desenvolvimento sustentável na Amazônia mato-grossense e foi criada especificamente para executar o Programa Fogo – Programa de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais na Amazônia (APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO FLORESTA, 2004).

Cabe ressaltar que essa organização tem como Coordenadora e uma das fundadoras, uma pessoa egressa do Instituto Centro de Vida, portanto, já possuía um vínculo com o Programa Fogo.

O Instituto Ouro Verde nasceu em Pirassununga-SP, em 1999, para atuar no desenvolvimento rural. A mudança para Alta Floresta se deu pela possibilidade que uma região de fronteira agrícola com problemas socioambientais concretos, apresenta para projetos de desenvolvimento alternativo,

O Instituto Fernando Costa participou em julho de 2003 da Expoambiente, a partir deste evento todas as especulações sobre o potencial da região foram confirmadas, sendo que o Instituto, já com o nome Ouro Verde estabeleceu-se em Alta Floresta em fevereiro de 2004. A mudança de nome ocorreu pela própria ampliação da área de atuação do Instituto, que passou a trabalhar não apenas com questões produtivas mas também com questões ambientais (APRESENTAÇÃO DO IOV, 2004).

A readequação da entidade para trabalhar com as questões ambientais, também facilita o acesso aos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), tendo em vista que este tem como uma das exigências em suas demandas para cooperação com entidades da sociedade civil, que apresentem a dimensão ambiental como missão estatutária.

4.1.1 Abrangência Geográfica de Ação

Os dados referentes à abrangência geográfica da ação confirmam uma tendência e uma necessidade no que se refere à questão ecológica que é a inter-relação entre o local e o global. E, ainda, demonstram essa tendência no desenvolvimento de trabalho das organizações pesquisadas, pois, todas as organizações têm uma atuação focalizada, mas também estão conectadas às redes nacionais, transnacionais e globais.

As ações comunitárias das organizações são desenvolvidas prioritariamente através de projetos e programas implementados no âmbito regional. A abrangência nacional e internacional se dá no âmbito das parcerias com outras organizações governamentais e não governamentais.

As ações globais se efetivam principalmente pela constituição do que Scherer-Warren (2002, p.142) chama de “redes de comunidades virtuais identitárias”, que são comunidades ou grupos identitários que fazem uso de meios de comunicação disponíveis na era da informática para trocar informações e fortalecer-se mutuamente.

A via alternativa de comunicação dada pela internet potencializa o diálogo entre o local e global, porém, há que se ressaltar as limitações desta forma de comunicação, tendo em vista que este não é um meio de comunicação democrático. A dificuldade de aquisição e acesso a este aparato tecnológico exclui desta rede as organizações populares, tornando-se ainda uma rede elitista.

Com relação às ações locais, não se dão somente nos limites do município. Percebe-se uma tendência de atuação regionalizada, facilitada pela política de reordenamento territorial implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no extremo norte de Mato Grosso

que criou o “Território Portal da Amazônia”, no início de 2004, integrando 16 (dezesesseis) municípios da região com o objetivo de integrar os programas e projetos governamentais e não-governamentais para o fortalecimento da agricultura familiar nesse espaço.

A atuação prioritária no Portal da Amazônia é citada pelas organizações Instituto Ouro Verde, Instituto Centro de Vida e Instituto Floresta, como área preferencial de suas ações, tendo em vista que a atuação vem ao encontro do que as organizações se propõem, enquanto missão, que é a atuação nas políticas públicas.

A Fundação Ecológica Cristalino, Fundação Agroambiental da Amazônia e Sociedade Formigas desenvolvem seus projetos comunitários no município de Alta Floresta e municípios limítrofes.

4.1.2 Campo de Atuação das Organizações

Percebe-se que o campo de atuação das organizações pesquisadas é bastante amplo, por vezes difuso, abrindo várias possibilidades de ação. Alguns elementos que aparecem na missão institucional, entretanto, permitem uma categorização mais detalhada sobre as frentes prioritárias de ação:

- a) realização de pesquisas e ações visando à conservação ambiental;
- b) promoção da educação ambiental;
- c) influência e implementação das políticas públicas de desenvolvimento.

Em estudo sobre o campo de atuação, Scherer-Warren (1999, p.45) divide o campo de atuação das ONG em três categorias: *assistencialismo*, *fortalecimento da cidadania* e *desenvolvimento*. A primeira categoria se refere às organizações cujas ações são mais

caritativas do que políticas. A segunda caracteriza as organizações que atuam como mediadoras na educação das classes populares e na organização comunitária para que se aproprie de sua condição cidadã. E a terceira se refere àquelas que atuam principalmente na proposição e implementações de políticas públicas, visando dar rumos para o desenvolvimento.

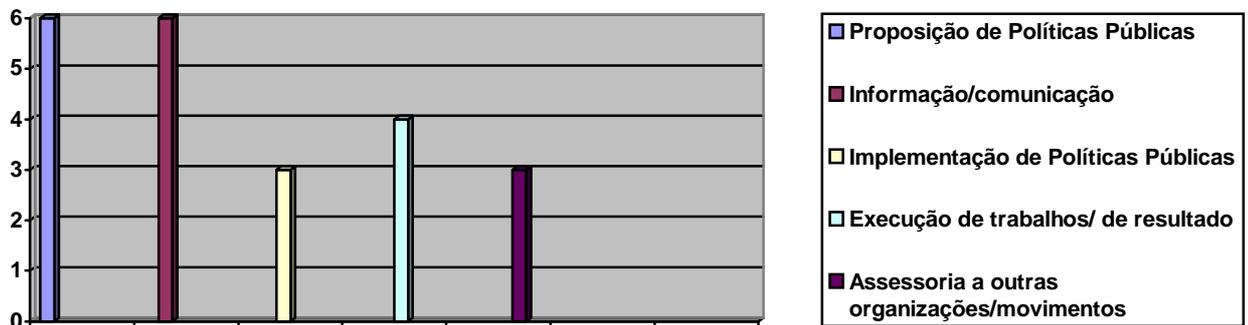
Todas as ONG têm como objetivos históricos a atuação no fortalecimento da cidadania. A missão institucional das ONG pesquisadas apresentam este componente através de termos como “conscientizar”, “promover”, “mobilizar” , juntamente com a atuação no desenvolvimento regional

Cabe ressaltar que esta análise refere-se ao que consta nos documentos institucionais das organizações, portanto, trata-se de práticas discursivas. Somente uma análise empírica das formas como suas práticas são encaminhadas, possibilitará perceber o projeto político pedagógico que orienta a atuação das organizações em estudo.

4.1.3 Natureza das Atividades Desenvolvidas pelas Organizações

A natureza das atividades desenvolvidas e a forma como a organização concebe o trabalho que desenvolve, aponta indícios do seu projeto político pedagógico. Os itens que aparecem no gráfico foram pré-selecionados por mim, permitindo assinalar mais que uma resposta, sem o intuito de classificação em ordem de importância.

Figura 3 – Atividades Desenvolvidas pelas ONG pesquisadas em Alta Floresta, MT.



Fonte: Formulário, 2004.

Pelo gráfico observa-se que há uma tendência em definir as atividades como informativas, de comunicação e de implementação de políticas públicas.

A ênfase ao aspecto informativo e comunicativo do trabalho, bem como a atuação nas políticas públicas, demonstra a dimensão pedagógica de suas ações e encaminhamentos. Todas elas apresentam uma intencionalidade de intervenção na cultura local.

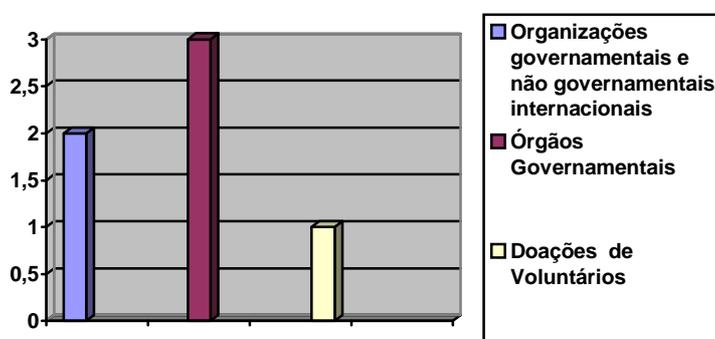
A atuação prioritária na implementação de políticas públicas, destacada pela maioria das organizações, demonstra a forma propositiva e colaborativa na relação com o Estado, confirmando uma tendência da contemporaneidade. A atuação em parceria com o Estado nos mais diferentes níveis é uma tendência das organizações da sociedade civil após o fim do regime ditatorial e a abertura democrática.

No caso específico do governo Lula, o Ministério do Meio Ambiente é formado por pessoas oriundas de movimentos sociais e ambientalistas, a exemplo da Ministra Marina Silva que tem uma trajetória de militância no movimento ecológico. Diante disso, as políticas ambientais do Ministério, principalmente na Amazônia, as metas se desenvolvem através de ações integradas com outros Ministérios, com as organizações da sociedade civil e com movimentos sociais que lutam por direitos historicamente negados.

4.1.4 Fonte de Financiamento dos Projetos e Programas

A maioria das organizações pesquisada desenvolve seus programas e projetos com recursos captados em agências de fomento no âmbito governamental e não governamental, nacional e internacional, conforme observamos no gráfico abaixo.

Figura 4 – Fontes de Captação de Recurso das ONG Pesquisadas



Fonte: Formulário, 2004.

Percebe-se que a maioria das organizações trabalha com recursos oriundos de fundos públicos. Essa também é uma tendência das ONG na contemporaneidade, já discutida no item 3.2 do terceiro capítulo, que versa sobre a relação das ONG com as agências de fomento e principalmente com o Estado.

Para manter a infra-estrutura e os quadros de profissionais, as ONG encontram nos recursos públicos uma possibilidade de continuar trabalhando. O Estado, por sua vez, encontra nessas organizações um parceiro ideal, com conhecimento técnico-científico e atuação na ponta do processo, criando a estrutura necessária para desenvolvimento de políticas governamentais participativas. Neste sentido, há uma convergência de interesses entre Estado e ONG.

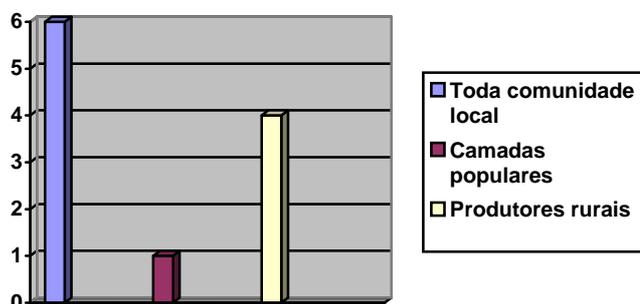
O Instituto Centro de Vida é um exemplo de organização que se legitimou como parceiro e cooperador do Estado na implementação das políticas socioambientais, ao ser transformado numa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A Lei das OSCIP foi criada no Brasil, através do Decreto nº 3.100, de 30/06/99, acentuando a responsabilidade privada de cidadãos associados a operarem em áreas de interesse público, através de parceria com o Estado.

Esse modelo é objeto de críticas de muitos autores, pois, quando estabelecem uma parceria nesses moldes, seu papel histórico de denúncia de possíveis ingerências das macropolíticas estatais fica comprometido.

Sobre essa relação, Montañó (2002) faz a seguinte observação:

O fato de estarem tendencialmente integradas à política de governo, estão condicionando sua sobrevivência, seus projetos, suas prioridades pela política governamental, não desenvolvendo autonomia, nem prática, nem ideológica e muito menos financeiro (IDEM, 2002: 57 e 58).

Trata-se de um risco que, eventualmente, as ONG podem correr, quando se distanciam do seu papel histórico de transformação social, ou seja, ser uma força promotora da cidadania e de novas sociabilidades no campo da sociedade civil e não ser mero instrumento à disposição do aparelho político-administrativo do Estado, tão intrinsecamente ligado à ordem econômica mundial, movida pela produtividade e lucro.

Figura 5 - População Envolvida nas Atividades de Intervenção

Fonte: Formulário, 2004.

A questão da população envolvida é bastante difusa nas ONG. Percebe-se que a mesma está relacionada à natureza dos “projetos”. Diferente de uma associação ou cooperativa, as ONG não têm um grupo específico que representa.

A maioria dos trabalhos envolve e é direcionada a toda população local. Se, por um lado, a questão ambiental entra no campo dos direitos difusos, ou seja, é de responsabilidade de todos, por outro, as ações abrangentes e pulverizadas podem comprometer a sustentabilidade dos projetos e programas, pela descontinuidade e falta de organicidade nas demandas.

Quadro III - Número de Integrantes e Vinculação, em Alta Floresta-MT

Nome das Organizações	Integrantes Fixos (Exceto Conselheiros)	Profissionais remunerados (possui ou não)	Estagiários (número)	Voluntários (número)
Fundação Ecológica Cristalino (FEC)	2	Sim	Não declarado	Variável
Instituto Centro de Vida (ICV)	3	Sim	Não declarado	Variável
Fundação Agroambiental da Amazônia (FUNAM)	9	Sim	Variável	Variável
Sociedade Formigas (SF)	6	Não	Variável	Variável
Instituto Floresta (IF)	4	Sim	Variável	Variável
Instituto Ouro Verde (IOV)	4	Sim	Não declarado	Não declarado

Fonte: Formulário, 2004.

As organizações trabalham com equipe variável, de acordo com os projetos em andamento. São quadros relativamente pequenos e, por sua vez, as estruturas físicas também são pequenas. Esta é uma tendência das ONG da atualidade destacada por Fernandes (2002), o qual ressalta que as estruturas pequenas têm suas vantagens porque o custo e a complexidade burocrática pesam menos. Por outro lado, a tendência de trabalhar articulada a outras organizações, movimentos sociais, Universidade, órgãos do governo, etc, possibilita a construção de redes que extrapolam o âmbito da organização em si.

A Fundação Ecológica Cristalino tem dois integrantes fixos remunerados que trabalham na elaboração e implementação de projetos, além dos conselheiros. Como voluntários destacam-se os educadores ambientais do município, os turistas que visitam o empreendimento ecoturístico ligado à Fundação e também integrantes de ONG internacionais que prestam assessoria aos trabalhos, como a Fauna & Flora International (FFI), uma ONG inglesa.

O Instituto Centro de Vida, Instituto Ouro Verde e Instituto Floresta contam com profissionais variados em seus quadros: são professores, biólogos, administradores de empresa, médicos veterinários e engenheiros agrônomos. Todos recebem remuneração através dos projetos e programas em parcerias com agências de fomento que desenvolvem na região. Neste sentido, essas ONG se caracterizam como instituições técnico-profissionais, cuja força mobilizadora são os projetos e programas com disponibilidade de recursos.

A Fundação Agroambiental da Amazônia, através de parceria com a UNEMAT, trabalha com um grupo de estagiários, jovens acadêmicos dos cursos de Biologia e Ciências Agroambientais, em seus próprios laboratórios. Esta Fundação está legalmente vinculada à Prefeitura Municipal, têm uma coordenação remunerada pela mesma, e conta com um grande

número de voluntários em seus projetos que são os jovens da Pastoral da Juventude Rural de diversas comunidades camponesas de Alta Floresta. Os jovens, ao mesmo tempo em que recebem do coordenador e sua equipe de trabalho um processo formativo sobre agroecologia, fazem o trabalho de campo no laboratório.

A Fundação também é um espaço de aprendizagem e trabalho de estagiários dos cursos de Agronomia, Biologia e Engenharia Florestal da UNEMAT, *campus* de Alta Floresta.

A única organização que conta somente com trabalho voluntário é a Sociedade Formigas, cuja organização têm um caráter mais militante do que técnico-profissional. Seus integrantes, jovens universitários, estão envolvidas em outras lutas e movimentos. Muitos deles têm trabalhos remunerados em outros espaços sociais e dividem seu tempo entre este e o trabalho comunitário, através dos projetos das organizações.

Há uma unanimidade nas organizações no que se refere à necessidade de elaboração de projetos para captação de recursos para manutenção da própria organização e o seu respectivo quadro. A ONG se estrutura em torno destes projetos e das parcerias, conforme se pode observar na fala do Diretor da Fundação Ecológica Cristalino:

Se não tiver projeto encaminhando, a instituição pára se não tivermos parceiros, ela pára, porque não temos recursos próprios, a força nossa está nas outras instituições que trabalham com a questão da conservação e preservação ambiental (RENATO, FEC, 2004).

4.1.5 Redes e Parcerias Locais e Globais entre as ONG

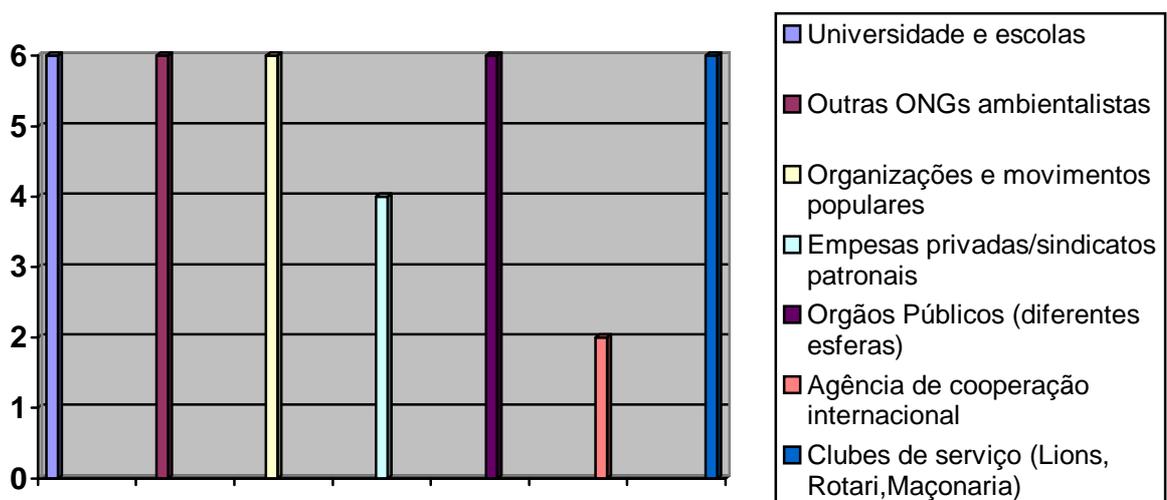
As organizações pesquisadas apresentam-se com grande capacidade de intercâmbio e articulação com outras organizações, definindo-se pela prática social em redes e parcerias.

As redes têm sido amplamente estudadas por Scherer-Warren (1999, p. 24) como uma nova forma organizativa e interativa dos movimentos sociais na contemporaneidade, ou seja, um entendimento de movimento social como rede de movimentos, organizações governamentais e não-governamentais, cidadãos e cidadãs que se articulam em torno de causas de interesse de toda a coletividade.

Em estudo sobre as ações coletivas no contexto atual, Melucci (1999) diz que as redes e as parcerias vêm emergindo como modelo de funcionamento das ações coletivas na contemporaneidade, buscando atender problemas específicos, construindo um circuito de intercâmbios culturais na sociedade.

As articulações e parcerias que as ONG estabelecem para a realização dos trabalhos comunitários em âmbito local apontam a capacidade de mobilização social das organizações pesquisadas, quais os grupos sociais que se constituem em parceiros potenciais e que contribuem para o seu desenvolvimento e legitimidade no espaço público.

Figura 6 – Articulações/Parceriais estabelecidas pelas ONG nas Atividades Desenvolvidas em Alta Floresta, MT.



Percebe-se a predominância de um trabalho integrado das ONG pesquisadas com os diferentes segmentos da comunidade: órgãos públicos, universidade, clubes de serviço, organizações populares, indicam a construção do *ambientalismo multissetorial*, discutido e defendido por Viola (2001), como o caminho para a construção de uma coalização sociopolítica para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Esta política do consenso, preconizada pelas ONG, entretanto, despolitiza o debate ecológico, pois, há interesses político radicalmente divergente entre os segmentos populares, produtivos-econômicos, político-administrativo com relação à questão ambiental. Alexandre (2003), em sua tese de doutorado, denuncia a diversidade e a profunda tensão que há no movimento ambientalista no Brasil. O autor destaca que esta tensão está relacionada à cultura, mas, também sofre uma seleção e diferenciação pelos imperativos do mercado e da ordem estatal.

Scherer-Warren (1999) destaca que uma das idéias-forças que vêm orientando a participação dos sujeitos coletivos na presente década é a *solidariedade*, definindo-a como

o princípio de responsabilidade individual e coletiva com o social e o bem comum, cujas implicações práticas são a busca da cooperação e da complementaridade na ação coletiva e, portanto, para o trabalho em parceria (IDEM, 1999, p.62).

Todavia, considerando a tensividade que há neste campo, é difícil perceber se as redes são de solidariedade ou de interesses outros. Viana (2004, p.18) chama atenção para as parcerias desenvolvidas pelas organizações, que podem adquirir diferentes formas de atuação e possuir diversos objetivos. Elas tanto podem auxiliar e fortalecer uma organização quanto “enredá-la” através de uma simples troca de favores ou submetê-la a interesses de outros. A autora classifica estas articulações em:

a) – *parcerias e redes horizontalizadas* > redes políticas, solidárias, estratégicas e sociais, nas quais todos os integrantes da rede possuem o mesmo espaço político de decisão e influência; estas redes são criadas pelas associações para consolidar suas reivindicações e objetivos e não vantagens ou recursos materiais para a organização;

b) – *parcerias e redes verticalizadas* > redes também políticas, solidárias, estratégicas e sociais, manifestadas dentro do associativismo civil, cujas formas de organização não garantem aos integrantes da rede a igualdade de espaços políticos de decisão e influência. Geralmente as parcerias entre as ONG, órgãos públicos e as empresas privadas são desta natureza, pois, a organização não dispõe do mesmo peso político de decisão. Os objetivos destas redes geralmente se reduzem a um benefício financeiro imediato para a organização e não um comprometimento ético-político com uma causa coletiva.

Todas as organizações mapeadas estabelecem alguma relação com a universidade local, a UNEMAT. Os trabalhos de extensão da UNEMAT preconizam essa relação, bem como os cursos que desenvolve localmente, todos voltados para a área agroambiental.

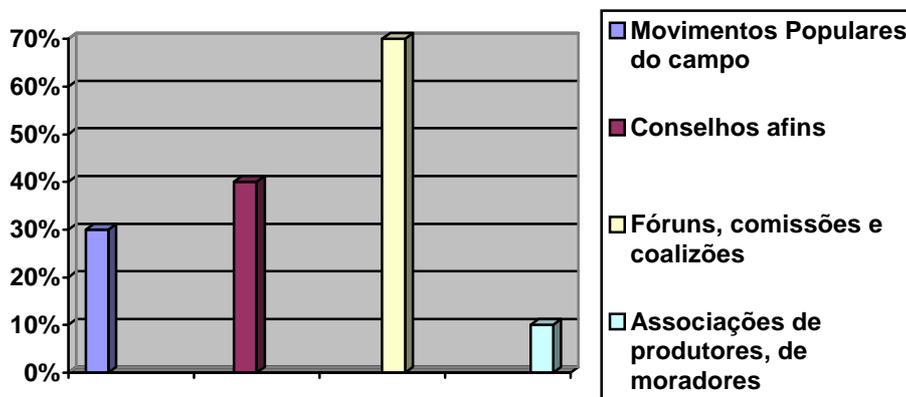
Com relação aos movimentos populares, a maioria das organizações pesquisadas desenvolvem parcerias com sindicatos de trabalhadores, associações de produtores rurais e de moradores, Pastorais da Igreja Católica, cooperativas locais e escolas públicas. Geralmente os grupos populares são o “público-alvo” para os quais as ações educativas são dirigidas.

4.1.6 Integração das ONG nos Movimentos Sociais e Espaços Colegiados

De acordo com o gráfico abaixo, pode-se observar as redes de movimentos sociais nas quais as ONG pesquisadas participam: Movimentos Populares, Conselhos e Fóruns, entre outras.

O mapeamento possibilita perceber em que medida as organizações se integram aos movimentos sociais mais amplos, plurais não só na região como no contexto nacional. A participação em conselhos demonstra o potencial político participativo das organizações, e a participação em fóruns mostra o seu engajamento participativo nos espaços de discussão acerca de questões socioambientais na região.

Figura 7 – Integração das ONG em Redes Socioambientais



A participação pode ser institucional ou pela presença de integrantes das organizações em outros espaços de mobilização em torno de questões de interesse público.

O Instituto Centro de Vida por ser uma organização que já tem uma história solidificada no Estado e na região, é que tem maior participação em espaços colegiados afins. É membro da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais, do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), Coalizão Rios Vivos e Rede Cerrado, agrupamentos estes que têm grande influência nas políticas públicas socioambientais.

Em nível local, todas as organizações fazem parte do Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente (COMDEMA) e integram o Fórum da Agenda 21 Local. Algumas organizações têm assento no Conselho de Turismo (CONTUR) e também no Conselho de

Desenvolvimento da Amazônia Mato-grossense (CODAM), um conselho nascido da articulação do setor produtivo-econômico local.

A Sociedade Formigas e a FUNAM estão integradas às organizações camponesas, demonstrando um intercâmbio entre ONG, Universidade e os movimentos populares do campo. Integrantes destas organizações prestam assessoria ou ainda têm participação ativa nos Movimentos dos Pequenos Agricultores, Pastoral da Juventude Rural e Comissão Pastoral da Terra, em âmbito regional.

A participação em fóruns e comissões sociambientais são espaços públicos ideais para que as organizações coloquem suas proposições, compartilhem experiências e tencionem os poderes constituídos a implementar políticas públicas que atendem aos seus objetivos. O gráfico mostra claramente que esta é uma forma de atuação significativa na prática das organizações pesquisadas.

4.2 As Atividades de Intervenção Social das ONG na Comunidade Local: Projetos e Programas Desenvolvidos

As informações sobre as atividades desenvolvidas pelas ONG junto à comunidade local são oriundas de um formulário intitulado PROGRAMAS/PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO LOCAL NO PERÍODO DE 2003/2004 (Anexos II e IV), preenchido com base em informações fornecidas pelos dirigentes das organizações, e também de materiais produzidos pelas organizações.

Cabe ressaltar que em alguns deles participei como grupo beneficiário ou representando instituição parceira, no caso, a Secretaria Municipal de Educação ou o grupo Guardiões da Cidadania.¹³

A informação do formulário vem confirmar que as ONG atuam no tecido social através de projetos e programas. Fernandes (1994) considera o projeto como a principal característica do processo de inovação institucional que as ONG militantes da década de 1970 sofreram. A necessidade de buscar financiamento faz com que os ativistas sociais das ONG adotem a lógica pragmática do cronograma, orçamento, prestação de contas como meio de sobrevivência institucional. Esta característica é perceptível nas ONG pesquisadas. O que difere são as origens, a temática e a forma de desenvolvê-lo.

Nesta pesquisa procurei perceber alguns aspectos relevantes sobre o trabalho desenvolvido, como: origem do projeto, objetivo, população envolvida, tempo de execução, instituições envolvidas, agente financiador, função da organização, metodologia e resultados alcançados.

Esses dados estão apresentados de forma esquemática no Anexo IV, e no capítulo seguinte desenvolvo uma análise mais aprofundada sobre a dimensão educativa das práticas e encaminhamentos das organizações em estudo, tomando alguns projetos e programas como instrumentos de análise.

¹³ Guardiões da Cidadania é um grupo constituído de cidadãos e cidadãs altaflorestenses que nasceu no ano de 1999, com o objetivo principal de participar ativamente da política local, através do acompanhamento e fiscalização dos poderes executivo e legislativo. Sobre este grupo consultar PASUCH, Márcia Cristina Machado. **Um estudo sobre a pedagogia política do grupo Guardiões da Cidadania de Alta Floresta – MT**: Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso.

CAPÍTULO 5

A DIMENSÃO EDUCATIVA DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS EM ALTA FLORESTA, MT

Compreender as ações e os encaminhamentos das organizações civis ambientalistas de Alta Floresta na sua dinâmica interna, nas relações com o Estado e com o campo popular como *ato educativo* é o desafio a que me proponho neste capítulo.

Para proceder às análises, me apoio em Gramsci, Paulo Freire, Roseli Caldart, Miguel Gonzáles Arroyo, Pedro Demo, e autores que discutem a perspectiva política da educação nos processos sociais.

A educação, para esses autores, é um processo de formação política que se dá pela participação ativa no espaço público, ou seja, espaço de socialização da cultura e de compartilhamento do poder.

As organizações pesquisadas do ponto de vista global tecem redes identitárias (SCHERER-WARREN, 1999; 2001), integrando um movimento cidadão e político para conservação e preservação do ambiente amazônico, através de projetos de educação ambiental e participação nas políticas públicas socioambientais.

Do ponto de vista local, as organizações têm nos projetos desenvolvidos a sua forma mais característica de incorporar os demais atores implicados, tornando efetivamente públicas

suas ações. É nestes processos de intervenção que os objetivos históricos de fortalecimento da cidadania podem se concretizar.

A cidadania plena requer conhecimento, ninguém participa ativamente daquilo que não conhece. Neste sentido, tanto o desenvolvimento de um outro olhar sobre a natureza e suas transformações quanto à participação social na condução das políticas públicas são aprendizagens necessárias para uma cidadania ativa e plena.

É com base nesses pressupostos que busco compreender a dimensão educativa nas ações e encaminhamentos das ONG ambientalistas em Alta Floresta, destacando as organizações como espaço de participação política, a relação trabalho/militância no contexto das organizações, o lugar ocupado pelas organizações nas políticas públicas e a relação com o campo popular.

Os dados empíricos com os quais dialogo são resultado de observações participantes dos projetos e programas e de entrevistas realizadas com integrantes das organizações.

5.1 As ONG Ambientalistas: oportunidades de participação política

Para compreender a atuação em organizações civis ambientalistas como espaço/tempo educativo, busco responder algumas questões, tais como: Que forças sociais desencadeiam o surgimento das ONG em Alta Floresta? Que saberes esta forma de atuação no espaço público propicia aos integrantes das organizações?

Para responder essas questões, entrevistei 06 integrantes das diferentes organizações pesquisadas, que atuam na vida pública das organizações.

Os sujeitos pesquisados têm sua inserção nas ONG de diferentes formas: alguns são sócios fundadores e outros foram integrados a partir de um projeto específico. São graduados ou graduandos nas ciências humanas e agroambientais.

O perfil de formação dos integrantes das organizações pesquisadas confirma uma tendência da composição dos novos movimentos sociais. Segundo Riechmann & Fernández Buey (1994, p.80), os integrantes são formados também pelas novas camadas médias da sociedade, a classe dos intelectuais, técnicos e humanistas. Não é uma categoria que se diferencia pelo critério de possuidores ou não dos meios de produção, mas pela existência de um projeto comum de luta por direitos historicamente negados ou por novos direitos.

Do ponto de vista da força social que as origina, percebe-se que o ambientalismo é uma opção de participação política em Alta Floresta e região, dada pela necessidade de inserir a dimensão ambiental nas políticas públicas.

Raschke (*apud* RIECHMANN; FERNÁNDEZ BUEY, 1994, p. 90) atribui o surgimento dos novos movimentos sociais a um conjunto de combinações que se dá em vários planos. O primeiro plano é estrutural, constituído pelos problemas objetivos de fato; o segundo se dá no plano sociopsicológico que seria a tomada de consciência dos problemas, e o último plano é a existência do que o autor chama de “estrutura de oportunidades políticas”, ou seja, as possibilidades criadas pela própria conjuntura local e global, que possibilitam a publicização dos conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento.

A região de Alta Floresta, por ser uma frente de fronteira agrícola na Amazônia com tensões sobre o meio natural, torna-se um substrato fértil para intervenções. Há problemas socioambientais concretos que precisam de soluções alternativas, como queimadas descontroladas, desmatamentos irregulares, má utilização e desperdício dos recursos naturais

oriundos da extração madeireira com práticas rudimentares e da pecuária extensiva de corte, uso intensivo de agrotóxicos, poluição das águas, entre outros.

Neste contexto de oportunidades políticas, o Instituto Centro de Vida e Instituto Ouro Verde tem se destacado na articulação com as diferentes esferas de governo. São entidades classificadas por Gohn (2001, p.79) como Organização Não Governamental de Desenvolvimento Social - ONGDS, cujo princípio que mobiliza os atores a participarem, é a possibilidade de implementar políticas públicas que prevêm a participação da sociedade civil.

É válido ressaltar, entretanto, que a denominação ONGDS não desqualifica as organizações, tendo em vista que são constituídas de profissionais que colocam seus conhecimentos técnicos a serviço da luta pelos direitos difusos que são de responsabilidade de toda a sociedade, mas que, por falta de informação, não se reconhece nas políticas ambientais.

No contexto da implementação de políticas ambientais nasce também o Instituto Floresta, constituído principalmente por funcionários públicos, sindicalistas e profissionais liberais, moradores de Alta Floresta e região.

Nós éramos um grupo que já trabalhávamos juntos nas atividades da primeira versão do Programa Fogo, e a gente sentia falta porque às vezes nós desenvolvemos um trabalho aqui na ponta e na hora de apresentar os avanços que trouxe para a sustentabilidade local, outras pessoas que nem são daqui acabam indo representar a região, então, a partir do momento que você está na base, que você sabe onde estão as dificuldades, você consegue levar esta discussão adiante, em nível estadual nacional, aí eu acredito que a gente pode mudar alguma coisa (MARILIA, IF, 2004).

A entrevistada, que também é coordenadora do Instituto, já vinha de experiências anteriores, como agente de mobilização da comunidade local no Programa Fogo, desenvolvido pelas ONG Amigos da Terra e Instituto Centro de Vida, de São Paulo e Cuiabá, respectivamente. A organização foi criada para implementar o Programa de Combate às Queimadas na Amazônia, financiado pela Cooperação Italiana no Brasil, em parceria com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

A atitude de organizar-se para participar da vida pública é um alvo a ser atingido na construção democrática. Pedro Demo (2001, p. 23) diz que é politicamente omissos o cidadão que não se organiza para reagir, não se associa para reivindicar, não se congrega para influir.

A participação é uma aprendizagem que se constrói na práxis. Militão (2003, p. 46) destaca que uma educação para a submissão e não participação tem agido por longos anos em nosso país, matando quase por completo a criatividade humana.

Tendo em vista o contexto de oportunidades de participação política que o ambientalismo oferece, não é fácil perceber, por detrás do surgimento de novas organizações, entretanto, as forças que a sustentam. Até que ponto as organizações nascem como resultado de uma vontade coletiva, de um momento “ético-político” ou são atravessadas por interesses corporativos? Ou ainda, é resultado de uma militância política ou uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho?

O nascimento da organização Sociedade Formigas é resultado de uma mobilização de jovens acadêmicos dos cursos de Biologia, Agronomia e Engenharia Florestal que procuram também a inserção no espaço público, conforme observamos no relato de um integrante sócio-fundador:

A gente vê que há uma tendência das pessoas esperar que tudo caia do governo federal, que venha tudo de cima para baixo ,então a ONG tem esta possibilidade de você estar se colocando como instrumento de mudança, interferindo dentro de um problema, mostrando alternativas e soluções possíveis(...) a ONG cria esta possibilidade de você mexer nas estruturas que antes eram de responsabilidade dos governos federal, estadual, municipal, então a ONG cria esta possibilidade de você promover mudanças, porque se nós entendemos que queremos viver num regime democrático, a primeira coisa que devemos saber é nossos direitos e deveres, não só ser ciente disso, mas fazer com que eles aconteçam (ROGÉRIO, SF, 2004).

Percebe-se que a iniciativa de criar uma organização se dá pela tomada de consciência de que se trata de um mecanismo importante de participação política. Neste caso, a pré-

existência de outras organizações já atuando no contexto local propicia a construção de uma cultura participativa através de ONG.

A porta de entrada de outra integrante e a aglutinação de voluntários e de simpatizantes acontece no desenvolvimento dos projetos e geralmente são indivíduos que já desenvolvem trabalhos similares em outras frentes. Percebe-se nos relatos e na própria observação empírica que as ONG desempenham um papel aglutinador de experiências e de trabalhos desenvolvidos na sociedade local, principalmente no campo da educação ambiental.

A integração voluntária nas ONG se dá, sobretudo, por sujeitos que já têm uma história de militância em outros movimentos sociais e populares. Podemos perceber isso no relato de um integrante da Sociedade Formigas, que desenvolve o Projeto Escola Camponesa, um trabalho de disseminação da agroecologia junto aos jovens da Pastoral da Juventude Rural:

Nós, enquanto acadêmicos de agronomia, já realizávamos este trabalho nos acampamentos do MST, na própria CPT, então nós tínhamos esta vontade de estar fazendo alguma coisa só que faltava uma entidade, um rosto pra gente, então na época a ONG estava precisando de gente, de projeto, e aí juntou as idéias, juntou os ideais e a gente acabou entrando na Sociedade Formigas (MARCELO, SF, 2004).

Percebe-se nesse relato o papel aglutinador de experiências que as ONG ambientalistas podem desempenhar. É através desses mecanismos que as redes vão sendo tecidas, ampliando a esfera de ação da organização.

A força social das organizações, entretanto, está menos na capacidade de aglutinação massiva e na apresentação de soluções aos problemas ambientais, mas, principalmente na visibilidade que dá às problemáticas ambientais e na ampliação do espaço público de debate acerca dos rumos da história local, questionando, propondo alternativas.

Melucci (1999, p.92) diz que a visibilidade dos conflitos depende da disponibilidade de um espaço público, no qual os processos possam tornar-se visíveis para todos. A eficácia dos conflitos está no fato de eles se tornarem visíveis, pois no momento em que aparecem, já alcançam seu objetivo. Esta é a função das ações coletivas, tornarem visíveis os conflitos, mais do que propor soluções.

Em síntese, o número significativo de organizações civis ambientalistas que emergem e atuam em Alta Floresta evidencia a construção de uma cultura de participação política local, tendo como elemento motivador a questão ambiental.

Tendo em vista o contexto onde a região se insere, há um protagonismo neste momento da história local, possibilitando aos integrantes e voluntários das organizações, um processo educativo dado pela experiência da democracia participativa, em detrimento das formas convencionais de participação via representação político partidária.

As entrevistas realizadas com os trabalhadores e voluntários, integrados às organizações para atuar nos processos de mobilização em seus projetos e programas, demonstra a dimensão educativa desta forma de agir social.

O *habitus*¹⁴ desenvolvido pelos integrantes das ONG possibilita aos seus profissionais a incorporação de novos valores estéticos e éticos com relação ao meio ambiente que são incorporados à vida privada desses indivíduos, conforme observamos no relato que segue:

Acho que trabalhar na ONG me fez um ser humano melhor, com mais sensibilidade diante da natureza, do meio ambiente porque eu sou pedagoga, centrada nos pensadores da educação, com o foco na aprendizagem da criança e de repente você passa a ver como Piaget, Vigotski podem contribuir para a educação ambiental, então pra mim foi uma aprendizagem riquíssima poder confrontar a minha pedagogia com a educação ambiental,

¹⁴ O *habitus* para Bordieu (1992) é o princípio que regula o ato. Na análise da relação entre sistema de ensino e sistema de pensamento o autor chama de *habitus* cultivado o sistema de esquemas consciente e inconsciente que constitui a cultura de uma sociedade ou agrupamento social. São esquemas de pensamentos adquiridos no meio cultural que organizam o real.

com a educação para a sustentabilidade. É uma mudança de percepção mesmo, de como me relacionar com a natureza e com os seres humanos, então é uma grande escola (IRENE, ICV, 2004).

No planejamento e execução dos projetos, a possibilidade de imersão na realidade empírica para confrontar com o conhecimento científico, é uma dimensão educativa importante destacada pelos profissionais envolvidos, conforme destaca esta integrante

Quando você vai à área rural, a partir do momento que você anda pelas comunidades, você vai conhecendo a realidade, os problemas sociais, ambientais e econômicos, quando você vai lá e senta com a comunidade, você passa a conhecer in loco esta realidade; também a gente busca confrontar dados científicos do IBGE que fala do rebanho bovino do município, a área plantada de soja para ver como está o avanço da soja, o avanço das culturas perenes e também pela Secretaria de Agricultura do município, então a gente passa a conhecer in loco as fontes dos dados científicos (MARÍLIA, IF, 2004).

A atividade de pesquisa para conhecer a realidade é condição para o planejamento de qualquer projeto de intervenção. A pesquisa é um dos campos de atuação de todas as organizações pesquisadas, como instrumento de diagnóstico e também de intervenção. Esta é uma dimensão relevante do trabalho das/nas organizações pela natureza educativa da pesquisa.

Paulo Freire, no seu livro *Pedagogia da Autonomia* aborda a relação ensino/pesquisa.

Diz ele:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei; porque indago e me indigno. Pesquiso para constatar e constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar uma novidade (1997, p.32).

O trabalho nas ONG tem se constituído em espaços de profissionalização, de capacitação de seus integrantes e voluntários. A articulação com os diversos atores sociais com os quais as organizações dialogam e as redes das quais participam são “atividades

instituidoras de sujeitos políticos” (SEMERARO, 2004, p.58), conforme podemos constatar no seguinte depoimento:

Na verdade a ONG é um espaço de profissionalização. Quando você vem, tipo a minha formação, você sai da universidade e a gente sabe que a universidade te dá um conhecimento básico prático, você acaba entrando numa linha de pesquisa, aí você se especializa nela e tem todo um mundo lá fora que você desconhece ainda, que é esse mundo de articulação, de estabelecer contatos, assim, eu estou construindo este perfil mais político aqui na ONG, e está tendo espaço para isso que é o envolvimento com outras instituições, não só de Alta Floresta mas do Brasil, do mundo, através da participação nas ações diretas que estão sendo aplicadas, tipo congresso, reuniões, então esta identidade está sendo criada aos poucos (RENATO, FEC, 2004).

Como o Estado tem sido um parceiro importante no desenvolvimento de programas e projetos, principalmente para as ONGD, os integrantes aprendem na prática cotidiana os caminhos de negociação e compartilhamento de poder com a “sociedade política” que dirige o Estado, revêem metodologias de ação, aprendem a recuar e retomar novos caminhos:

A gente vai desenvolvendo a habilidade de se relacionar com os poderes instituídos, porque senão você não consegue o que quer, você não consegue o seu objetivo maior que é o porquê de existirmos mesmo, e às vezes até cede ali para avançar de outra forma, então eu participei de reuniões que saíamos achando que tudo ia por água abaixo, aí a gente sentava e replanejava aquela mesma reunião com outro foco, de outra forma e a coisa daí fluía, realmente são passos que você vai dando de conquista, você vai conquistando este espaço, reelaborando estratégia, montando estratégia e vai alcançando este espaço (IRENE, ICV, 2004).

Nesses espaços aprende-se, sobretudo, a negociar, a convencer, a fim de que as parcerias sejam realizadas, que suas reivindicações sejam atendidas. Percebe-se que a luta empreendida por estes profissionais é pela conquista de espaço da organização junto aos parceiros vitais como o poder público, por exemplo. A formação do sujeito político competente, que sabe dialogar com os poderes instituídos, é uma necessidade das organizações para a sua própria permanência e legitimidade no espaço público.

As formas organizativas promovem a construção de uma nova cultura política em detrimento das formas tradicionais de participação na vida pública. Esta cultura política é caracterizada por Gohn (2005, p.34) como:

(...) um conjunto de valores, crenças, atitudes, comportamentos sobre a política, entendida como algo além daquela que se desenrola nos parlamentos, no governo, ou no ato de votar. Política com “P” maiúsculo relativa a arte de argumentação e do debate dos temas e problemas públicos.

Os conselhos, as audiências e consultas públicas no campo do meio ambiente têm sido espaços relevantes nos quais os grupos organizados exercem o poder de pressão para que suas reivindicações sejam atendidas e inscritas nas agendas governamentais. Aos integrantes das organizações trata-se de um espaço de atuação política relevante:

A gente participa das políticas públicas desde as discussões, por exemplo, eu venho participando da Política Nacional de Floresta, desde antes de ser votada a Lei que vem regularizando esta política, então eu venho acompanhando este trabalho desde que ele começou, no ano passado eu estive em Cuiabá como representante da sociedade civil em uma audiência pública, ajudando dar o parecer da sociedade nesta lei, então o momento de participar das políticas públicas é quando ela vai ser votada, ajudando com a nossa experiência, nosso conhecimento, é o momento certo que você tem seu espaço para participar (MARÍLIA, IF, 2004).

No relato apresentado, percebe-se que há uma possibilidade de aprendizagens significativas para a própria educação nos movimentos sociais. Para Scherer-Warren (2002), a participação nas políticas públicas é uma oportunidade para o cidadão ou o sujeito coletivo avaliar as políticas, colocando os interesses que defendem no contexto mais amplo das políticas governamentais.

Maria da Glória Gohn (2005, p.96) destacando o caráter educativo das ONG, defende que nesses espaços aprende-se a descobrir os direitos, agregar interesses, reconhecer os opositores, conhecer os caminhos por onde passam as políticas públicas dentro da máquina burocrática.

Nesse sentido, as ONG ambientalistas em Alta Floresta podem se constituir em escolas de cidadania para os voluntários, estagiários e profissionais de diferentes áreas que atuam nesses espaços, pela possibilidade de uma participação efetiva e não só instrumental no espaço público.

5.2 O Lugar das ONG Ambientalistas na Co-gestão de Políticas Públicas em Alta Floresta e Região

As políticas governamentais são formas de intervenção do Estado diante dos problemas de uma determinada sociedade. Uma política pública, no sentido amplo, deve emergir a partir de um problema específico e de um segmento social que se torna problematizador, que se organiza e articula forças, exigindo a atuação do Estado (SILVA, 2004, p.184). Neste sentido, a sociedade civil tenciona o Estado a assumir suas reivindicações como uma política pública. Esta é uma forma de participação legítima, pois, há participação ativa em todo o processo.

A luta pela preservação da Amazônia é um exemplo emblemático de abertura de possibilidade de co-gestão pública, de partilha do poder público com entidades da sociedade civil, garantido por mecanismos constitucionais e, no caso das políticas no campo ambiental, pela pressão do movimento ecológico nacional e global.

Nesta seção exponho elementos de três (03) programas desenvolvidos em Alta Floresta e região nos anos de 2003 e 2004 pelas ONG: Instituto Centro de Vida, Instituto Ouro Verde e Instituto Floresta em parceria com os diferentes entes federados: União, Estado e Município, a fim de discutir a função social, política e pedagógica das ONG.

5.2.1 – A função das ONG no Programa de Difusão e Educação Ambiental para o Entorno do Parque Estadual Cristalino e no Programa de Gestão Ambiental Rural – GESTAR

A escolha destes Programas se dão pelo fato de estarem vinculados à macropolíticas estatais, sendo um de nível estadual e outro federal, cujas ONG atuam na vertente comunitária dos mesmos, na mobilização e implementação destes programas junto aos grupos beneficiários.

O Programa de Difusão e Educação Ambiental para o Entorno do Parque Estadual Cristalino é um exemplo de uma política governamental no âmbito estadual, desenvolvida pelo Instituto Centro de Vida, em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA-MT) Ex-FEMA-MT .

O Parque Estadual Cristalino é uma Unidade de Conservação criada por decreto governamental no ano de 2000, numa área em litígio situada entre os municípios de Alta Floresta, Carlinda e Novo Mundo, no extremo norte do estado de Mato Grosso.

No Programa citado acima, o Instituto Centro de Vida teve participação em todas as fases do processo, desde a formulação até a execução. O Programa foi desenvolvido no ano de 2003, em parceria com as Prefeituras Municipais do entorno do Parque Estadual Cristalino, e teve como grupo beneficiário os professores da rede pública, lideranças rurais e integrantes do poder público.

O Programa de Gestão Ambiental Rural, por sua vez, é uma política interministerial do governo federal, tendo à frente os Ministérios do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Agrário, é um desdobramento do Plano de Desenvolvimento Amazônia Sustentável (PAS).

Conforme consta no documento ‘Realizações do Governo Federal (2003)’, o Plano Amazônia Sustentável recebeu R\$ 7 milhões da FAO via Programa Fome Zero, dos quais R\$ 3 milhões foram repassados às instituições para execução de projetos de caráter produtivo em parceria com ONG da região amazônica.

O Programa de Gestão Territorial Ambiental Rural tem como grupo beneficiário os agricultores familiares dos municípios do extremo norte mato-grossense que compõem o entorno da BR-163, na divisa entre os estados do Pará e Mato Grosso. A implementação do Programa na região é coordenada por profissionais do Instituto Centro de Vida e Instituto Ouro Verde, que se constituem na vertente comunitária do programa e profissionais da UNEMAT como vertente técnica.

Do ponto de vista das possibilidades de ampliação do Estado discutido por Gramsci (1989) em sua teoria do Estado Ampliado, a participação das organizações da sociedade civil em todo o processo, desde a formulação até a implementação junto às bases da sociedade das políticas públicas, aponta para a ocupação de espaço da sociedade civil no espaço tradicionalmente ocupado pela estrutura político-administrativa do Estado, atravessado pelo fisiologismo.

Todavia, ambas não nascem como resultado de uma mobilização consciente, dos grupos implicados diretamente, ou seja, os moradores do entorno do Parque e os agricultores familiares se constituem na “população-alvo” de programas idealizados por profissionais-técnicos, políticos e funcionários públicos.

Observa-se que as parcerias entre as ONG e o aparelho político-administrativo são vitais. Os profissionais transitam nestas esferas. Esta situação é perceptível na fala da integrante do Instituto Centro de Vida que coordenou o Programa na região:

As parcerias com o poder público são muito fortes, porque vamos falar ao nível do município, a forma como eu fui para o ICV foi por conta de uma parceria com a PMAF, com a Secretaria de Educação, se não fosse isso, a ONG ficaria isolada, então, o olhar das ONG para as parcerias é um olhar forte mesmo, pela necessidade de ter o poder público junto, na esfera estadual e federal também, haja visto que a ONG capta recurso nestas esferas, então é uma parceria vital, a exemplo do ICV mesmo, vários projetos são desenvolvidos com recursos públicos. Então, o ICV não trabalha isolado, eu vejo até que nem teria como uma ONG que quer realmente fazer um trabalho na comunidade ficar isolada, porque senão ela acaba se perdendo no objetivo maior dela que é a transformação social (IRENE, ICV, 2004).

O destaque dado para a parceria vital com o Estado, entretanto, põe em dúvida a autonomia da ONG na condução de seus objetivos históricos. Historicamente, a intervenção do Estado se deu em defesa dos interesses do capital e de grupos corporativos que tem acesso privilegiado e capacidade de pressão política. O povo, por sua vez, tem sido mero instrumento.

Com as políticas ambientais não tem sido diferente. A descontinuidade dos dirigentes, a inoperância dos órgãos públicos de controle e fiscalização não tem contido a exploração dos recursos naturais na Amazônia. Diante disso, em que medida estas parcerias vitais permitem que as ONG exerçam o controle social, ou socioambiental?

As estratégias de mobilização social, a forma como o povo é envolvido nas políticas, entretanto, podem contribuir para efetivação do controle social. É na análise desse aspecto específico que se pode perceber em quais bases os novos atores oriundos da sociedade civil ampliam o processo democrático em curso.

A mobilização social na concepção de Toro (1997, p.1) se constitui em *convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob a interpretação de um sentido também compartilhados.*

Uma mobilização social, portanto, não é só uma aglutinação de pessoas eventualmente num espaço e tempo determinados, mas é resultado de uma escolha racional, uma convicção da relevância da causa pela qual se mobiliza.

A estratégia de mobilização social do Programa de Difusão e Educação Ambiental para o entorno do Parque Cristalino se deu através de um curso pontual, com duração de 40 horas para formação de multiplicadores, dirigidas aos professores da rede pública dos municípios de Alta Floresta, Carlinda e Mundo Novo, região onde se situa o Parque; e um Curso de Introdução a Agroecologia e Leis Ambientais para gestores públicos e lideranças do meio rural.

O projeto teve uma etapa de capacitações e seminários para o grupo específico, e como estratégia de continuidade foi desencadeada a Campanha SOS Cristalino, de monitoramento da ação antrópica no Parque, bem como a criação da Associação dos Amigos do Parque Cristalino.

As duas iniciativas resultam de uma mobilização de integrantes do Instituto Centro de Vida, funcionários públicos, universitários e professores da UNEMAT e biólogos-educadores que participaram da capacitação.

Percebe-se que o alcance político da mobilização se concretiza nessas ações. Todavia, a forma como o processo é conduzido e a natureza da questão pela qual se luta, provocam o engajamento de atores políticos competentes, que já tem uma trajetória de militância em defesa do meio ambiente. Os encaminhamentos dados pelo Instituto Centro de Vida são no sentido de ampliar o grupo que pode participar com competência na gestão ambiental do Parque e não uma mobilização de massa.

Com relação ao curso de Educação Ambiental para os professores da rede pública, a estratégia utilizada foi a formação de multiplicadores num curso de 40 horas. As vagas foram oferecidas aos professores de Ciências Naturais, o que de certa forma reforça uma tendência de restringir a Educação Ambiental em sua dimensão biofísica.

A formação de multiplicadores não garante por si só o desdobramento no interior das instituições escolares, por isso, o alcance educativo do programa junto às classes populares dependerá do engajamento dos professores. Estes foram instrumentalizados com materiais didático-pedagógico que o Programa possibilitou como cartilhas, vídeos, etc. Os materiais áudios-visuais e as visitas possibilitadas pelo Programa são atrativos que a escola pública geralmente não tem, possibilitando uma apropriação de fatos e informações pelos alunos, que são destacados e servem como avaliação dos trabalhos realizados pelos integrantes das ONG.

O projeto do Parque Estadual Cristalino foi um trabalho forte, foram feitos vários encontros com os professores da rede, da área de Ciências Naturais e eles foram os multiplicadores na escola, então a gente tem produção de aluno, por exemplo, que hoje corre o Brasil inteiro, produções divulgando o Parque, a gente tem alguns poemas, músicas, alguns textos belíssimos que são resultados deste trabalho junto com os professores e hoje o Parque Cristalino é conhecido junto às escolas, porque os professores fizeram um trabalho grande, um trabalho que foi acompanhado pelo ICV que deu toda uma estrutura pedagógica, didática para os professores, com materiais didáticos mesmo de apoio (...), nós tivemos até em Brasília, na Conferência Infante-Juvenil do Meio Ambiente, uma criança falando do trabalho dela no Parque Estadual Cristalino, ele falou para uma platéia grande, que ouviu da boca de uma criança o que significava este parque (IRENE, ICV, 2004).

Evidencia-se no relato a busca das organizações por uma educação ambiental de resultados, demonstrando uma lógica pragmática em seus encaminhamentos. A relevância é que, de alguma forma, a questão “ambiental” está sendo trabalhada, discutida, trazida para o interior das escolas e dos órgãos públicos. A informação é entendida como a base para construção de novos conhecimentos e atitudes.

A criação da Associação dos Amigos do Parque Cristalino também foi uma estratégia legítima com o objetivo de envolver e despertar a comunidade, para que ela mesma conduza o processo e as políticas para o Parque e seu entorno.

Todavia, como sua constituição é predominantemente de profissionais tecnólogos da área ambiental, indica uma dificuldade de ampliação do debate ecológico para outros grupos que não sejam aqueles já mobilizados para a causa ambiental. Atores importantes que estão implicados no processo, como os assentados do entorno do Parque, não tomam parte.

O Programa de Gestão Territorial Ambiental Rural para o Portal da Amazônia (GESTAR), por sua vez, é uma política governamental que se propõe participativa, apontando uma possibilidade de construção de uma política pública no sentido mais amplo da palavra, uma política do povo, de todos.

O Programa está em curso na região e tem como objetivo integrar as políticas públicas e as iniciativas de sustentabilidade, a fim de fortalecer a agricultura familiar e ao mesmo tempo impedir o avanço da fronteira agrícola para o sul do Pará, diante da iminência do asfaltamento da BR-163 que liga Cuiabá – Santarém e da pressão do agronegócio para esta região.

Dagnino (2004, p.12) afirma que quanto mais diversificado for o público incluído na construção de políticas públicas, argumentando, negociando e pactuando, legitimando seus interesses, maior o seu grau de publicidade e maior a possibilidade de avanço democrático no processo, que pode criar o terreno propício à construção de novas hegemonias.

A construção de uma nova hegemonia na implementação de políticas governamentais voltada para os agricultores familiares, entretanto, pressupõe a inclusão deste segmento social historicamente excluído da política, da cidadania, dos bens culturais da humanidade.

Um fenômeno participativo legítimo na análise de Pedro Demo (1994, p.50) requer a *participação consciente e organizada das bases*. A presença de técnicos, do Estado e da Universidade são instrumentos na condução das políticas públicas. Decisiva é a presença consciente e organizada das classes populares.

Os pequenos proprietários rurais, que se constituem no grupo beneficiário do Programa de Gestão Territorial Ambiental Rural, geralmente são desassistidos pelas políticas agrícolas governamentais que estão voltadas para a grande produção. Portanto, qualquer trabalho de intervenção social com essa população precisa levar em conta a realidade com a qual defronta os conhecimentos e informações que promovem o empoderamento do segmento da população, no sentido de possibilitar a participação social na condução das políticas, e de melhorar as perspectivas de distribuição de renda, de qualidade de vida, entre outros.

As políticas ambientais para os pequenos proprietários rurais também têm o compromisso de inclusão social. Como diria Frei Betto: *a questão ecológica aqui, portanto, não pode ser tratada de maneira idealista ou burguesa, mas sim de maneira libertadora e revolucionária* (2002, p.10).

Esses novos atores das políticas públicas oriundos do movimento social, mesmo na condição de agentes externos, têm possibilidades de contribuir na formação política do grupo social, na medida em que propiciam um espaço democrático onde todos são sujeitos das políticas, numa ação de compartilhamento do poder até então concentrado nas estruturas estatais.

Percebe-se, entretanto, que a postura adotada por estas organizações é de uma atuação independente, de ser mais um ator no processo que se distancia da condição de um agente de educação popular, comprometido com um processo emancipatório mais amplo desse grupo social.

Quando a gente foi criada, tinha muito mais esta preocupação de levar a voz da população pro governo, mas não funcionar como um intermediário ativo, da gente estar construindo as propostas, mas aí vimos que existia um espaço para isso, existia uma demanda, aí a gente foi se conscientizando de que era mais um ator neste processo. (...) é difícil para o Instituto assumir um cargo de representatividade dos produtores, por exemplo, o Instituto não é, ele não tende a ser representante dos produtores, então fica complicado pra gente sozinho elaborar uma política voltada para essa classe (ALEXANDRE, IOV, 2004).

As ONG participam das políticas públicas como um ator social autônomo, pela dificuldade de colocar-se como representante de uma classe ou de uma categoria social da qual não faz parte e pelo reconhecimento de que dispõe de recursos para influenciar as políticas públicas.

Diante desta tendência tecnicista, a legitimidade das organizações na implementação das políticas governamentais dependerá da eficácia nas ações que realizam, o que vai exigir cada vez mais a capacidade técnica de seus quadros e a capacidade política de identificar parceiros e opositores.

A fala de um informante demonstra o dilema vivido pelas organizações: *temos que ser extremamente eficazes e técnicos em nossas ações, a nós não é permitido errar.* (JOSÉ ALESANDO, ICV, 2004).

Maria da Glória Gohn contribui para esta discussão, ressaltando as limitações para o fortalecimento da cidadania coletiva que um trabalho comunitário com ênfase tecnicista apresenta:

Nos locais onde não há movimento organizado nem população minimamente aglutinada em torno de interesses coletivos, os novos programas sociais em parceria com as ONG têm se implantado não como direitos mas como prestação de serviços, despolitizando totalmente os programas, desvinculando-os de qualquer conteúdo político, retrocedendo à problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual (IDEM, 1997, p. 316).

Um aspecto relevante da atuação dos atores sociais na implementação das políticas governamentais, entretanto, é uma maior possibilidade de que os recursos sejam aplicados com base em pesquisa diagnóstica, com observância na legislação ambiental, nas regras de mercado, na eficiência e otimização de recursos.

Em todo trabalho de mobilização que a gente faz com a comunidade existe sempre uma etapa de reflexão, de análise crítica dos programas passados, quais foram as dificuldades encontradas, por que os programas passados não deram certo e isso é uma reflexão feita junto com a população e quando a gente retorna com estes dados, analisa, faz um resumo e apresenta para os órgãos governamentais. Isto é um *feed-back* muito importante que a gente leva para o governo, para eles entenderem por que não deram certo algumas ações e o que poderia ser feito para construir uma política pública mais eficiente, ou uma ação junto às comunidades mais eficiente (ALEXANDRE, IOV, 2004).

A pesquisa é uma das linhas de ação das organizações que possibilitam aos seus integrantes uma aprendizagem sobre a realidade em que vão intervir. A pesquisa já é uma forma de intervenção que tem uma natureza educativa para os sujeitos implicados, tanto dos integrantes das organizações quanto dos grupos beneficiários.

É na competência técnica de seus quadros que as organizações apostam para a realização de uma política pública de resultados, em detrimento das formas tradicionais de implementação de políticas governamentais construídas no âmbito dos parlamentos, marcado por práticas de corrupção e clientelismo.

Neste trabalho de diagnóstico e contato com os agricultores familiares você vai vendo quanto desperdício do dinheiro público em políticas que não respondem às necessidades daquela comunidade. Fica muito clara a prática dos políticos de presentear os agricultores na época de campanha, então, nós temos uma maior possibilidade de fazer isso, com técnica, buscando ver junto com os agricultores as possibilidades para aquela região, não só pensando no retorno financeiro imediato, mas trazendo a questão ambiental, a qualidade de vida. O compromisso ético e a transparência nas ações da organização são fundamentais para se alcançar este objetivo (JOSÉ ALESANDO, ICV, 2005).

A denúncia do mau uso do dinheiro público é um indicativo de *vigilância cidadã* (SCHERER-WARREN, 2002), cujo saber é construído nos processos participativos democráticos, que propiciam mudanças na cultura política do país possibilitada pela existência de outros atores não-políticos partidários que apontam as fragilidades na implementação de políticas governamentais nos espaços micros da sociedade.

5.2.2 O Programa de Controle de Queimadas na Amazônia: Limites e Possibilidades da Construção de uma Política Pública no âmbito Municipal

Uma tentativa de mobilização comunitária para o enfrentamento do problema das queimadas na região é o Protocolo Municipal de Intenções para Redução das Queimadas Urbanas e Rurais, funcionando como parte do Programa de Controle de Queimadas na Amazônia¹⁵ e desenvolvido em Alta Floresta pelo Instituto Floresta.

Para Toro (1997, p.1)

uma mobilização pressupõe uma convicção coletiva de relevância, um sentido do público do que convém a todos. Para que ela seja útil a um grupo social, tem que ter um horizonte onde todos sejam motivados a participar, caso contrário, converte-se num evento passageiro.

O Protocolo de Intenções para Redução das Queimadas consiste de um chamamento aos setores organizados da sociedade, às instituições públicas e privadas para a

¹⁵ O Programa de Controle de Queimadas na Amazônia nasceu com a denominação de Programa Fogo: Emergência Crônica, em outubro de 1999, com implantação em vinte e nove municípios da Amazônia brasileira mais especificamente no Arco do Desflorestamento, região de expansão de fronteira agropecuária na Floresta Amazônica, que compreende os estados do Acre, Mato Grosso e Pará, dentre eles o município de Alta Floresta. O Programa está sediado na Embaixada da Itália em Brasília, mas tem atuação direta nos municípios através das ONG. No caso específico de Alta Floresta, instalou-se, inicialmente, a Amigos da Terra, sediada em São Paulo, posteriormente o ICV, sediado em Cuiabá e, mais recentemente, em 2004, o Instituto Floresta, com sede em Alta Floresta.

responsabilidade de redução dos índices de queimada, através da adesão voluntária dos atores para assinatura de um protocolo de intenções.

O Protocolo aglutina as intenções que as diversas organizações governamentais e não governamentais assumem, voluntariamente, para reduzir os problemas relacionados ao uso descontrolado do fogo como manejo do solo e limpeza urbana. É um documento formal constituído de propostas de cada segmento e da respectiva assinatura das lideranças.

O protocolo nasceu no ano de 2000 e vem sendo renovado anualmente. No ano de 2003, por exemplo, o protocolo aglutinou intenções de 59 entidades governamentais e não governamentais, dentre elas: escolas públicas, universidades, associações de moradores, associações de produtores rurais, igrejas católica e evangélica, clubes de serviços como Lions, Rotary, Maçonaria, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos patronais de madeireiros, representações do setor produtivo-econômico, todas as Secretarias Municipais, CONDEMA, Câmara de Vereadores, Corpo de Bombeiros, movimentos populares e outras ONG ambientalistas.

A assinatura do Protocolo de Intenções tem sempre a característica de um grande evento, que aglutina outras iniciativas de sustentabilidade da região, como palestras com profissionais diversos, a exemplo da Expoambiente Amazônica nos anos 2002 e 2003, uma iniciativa do Instituto Centro de Vida, sob a coordenação do ambientalista Sergio Guimarães, em parceria com a Prefeitura e outras entidades locais. A Expoambiente Amazônica e a assinatura do Protocolo de Intenções para o Controle de Queimadas no ano de 2003 contaram com a presença e assinatura da Ministra Marina Silva, o Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, Gilney Viana, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, representantes da Cooperação Italiana e Embaixada da Itália no Brasil que são os agentes financiadores, dentre outros políticos influentes na região.

No momento da assinatura do protocolo, todas as lideranças e representações de entidades que firmaram compromissos são chamadas nominalmente para o ato de assinatura. Na prática, a tentativa de construção de uma política socioambiental participativa, não foge à regra da história das políticas públicas, que é o caráter da efemeridade e a descontinuidade no acompanhamento e avaliação das propostas definidas por cada um dos parceiros.

A participação das organizações restringe-se a uma “intencionalidade” que nem sempre condiz com uma possibilidade real. Os dirigentes da organização, por sua vez, não têm como acompanhar o desenvolvimento de inúmeras intenções, pulverizadas em toda a extensão do município, em cada escola, em cada associação de produtores, em cada órgão público.

A Prefeitura e a Câmara Municipal de Vereadores não têm assumido o protocolo como uma política municipal. As escolas, igrejas e o associativismo que compõem os grupos populares têm participação pontual no desenvolvimento do programa, pois, não se entendem como protagonistas neste processo, e o setor produtivo-econômico, por sua vez, não é um parceiro natural do movimento ecológico.

Na atualidade, o Protocolo de Intenções tem sido absorvido pelo MMA através da Secretaria de Política de Desenvolvimento Sustentável, tornando-se uma política do governo federal, de cunho participativo para a região. Todavia, na base da sociedade, o protocolo é um ato simbólico e pontual. A utilização deste como instrumento político para subsidiar a elaboração de outros projetos ou outras políticas públicas alternativas ao uso do fogo tem pouca ressonância junto à comunidade, que fica na dependência das diretrizes e encaminhamentos dados pela organização, anualmente.

Alvarez (*apud* GOHN, 2005, p.103) chama atenção para um ponto crítico da atuação das ONG nas parcerias com agências de cooperação internacional. Estas entidades se limitam

a executar projetos que têm começo, meio e fim ao invés de se engajarem em processos mais amplos e diversos, desde a conscientização, politização e debate, diálogo junto à sociedade, correndo o risco de perder um pouco da sua capacidade crítica.

Este é um fator limitante na atuação das ONG da contemporaneidade, também discutido por Grzybowski (2000). A respeito dos trabalhos limítrofes de certas entidades, o diretor do IBASE, uma ONG com longa história de assessoria aos movimentos populares, diz:

Minha sensação é que quem nos planeja é quem nos dá a passagem para viajar e não nossa carta de princípios (...) acredito que a circulação de idéias e de pessoas ocorre ainda dentro de um circuito tradicional de circulação de mercadorias, de relações econômicas e de poder (IDEM).

Por outro lado, há que se considerar o contexto cultural e o modelo de produção onde os programas de educação ambiental estão sendo desenvolvidos.

A motivação para participar de uma luta que tem a preservação da natureza como causa imediata é um desafio que se apresenta para as organizações local, reconhecido pelos próprios integrantes.

Nós não somos um povo amazônico, então não é de uma hora para outra que você sensibiliza, até pra nós é difícil entender que estamos na Amazônia, então este trabalho é um trabalho lento, é um passo atrás do outro, é um desafio (RENATO FARIAS, FEC, 2004).

Percebe-se nesse relato uma dificuldade enfrentada pelas organizações na disseminação dos valores ecológicos preservacionistas e conservacionistas junto a uma população cuja cultura é a da natureza transformada.

É inegável a capacidade técnica para analisar a realidade e sistematizar conhecimentos que os profissionais das ONG têm, todavia, há que se ter em conta às representações, as experiências, as racionalidades do povo que são forjadas dentro de uma cultura.

No caso específico de Alta Floresta, a população é constituída de trabalhadores migrantes que vieram para as frentes de fronteira com o sonho de construir riquezas, progresso material e melhorar a qualidade de vida sua e de seus filhos. A organização social, política e econômica da região se dão em torno do que a natureza oferece. Ressalta-se que 60% dos empregos urbanos diretos e indiretos em Alta Floresta estão na indústria madeireira e na zona rural, a possibilidade de trabalho está na agropecuária, além da agricultura familiar.

A política de restrição às queimadas desenvolvidas pelo Programa em questão tem um sentido educativo porque envolve a população para repensar o uso do fogo, conhecer e propor alternativas. Todavia, na prática os índices de queimadas na região continuam altos. Apesar das intenções afirmadas e o Programa ter se tornado uma política do Ministério do Meio Ambiente para a região, estudos realizados pelo PROARCO indicam um aumento significativo dos Focos de Calor¹⁶ no estado de Mato Grosso, nos últimos anos, demonstrando a dificuldade de uma mobilização efetiva e uma possibilidade prática para a redução das queimadas.

5.3 Os projetos alternativos: redes submersas do movimento ecológico

Tanto na implementação de políticas públicas quanto nas outras formas de disseminação do movimento ecológico, a legitimidade das ONG como sujeito histórico emancipatórios será dado, sobretudo pelo projeto societário que defendem, pela capacidade de aglutinação de novos sujeitos nessa luta e pela postura que adotam diante das lutas populares.

¹⁶ No relatório **Totais Mensais de Focos de Calor** para os Estados da Amazônia Legal/MMA/IBAMA/PROARCO/MCT/INPE, o estado de Mato Grosso apresenta os seguintes índices anuais: 2000: 26.168 focos de calor; 2001: 33.053 focos; 2002: 58.650 focos; 2003: 55.524 e 2004: 75.548 focos de calor, demonstrando um aumento significativo nos últimos 03 anos.

A consciência da necessidade de conservação da natureza é um aprendizado, pois, *a priori*, vai à contramão da história local que nasce sob o prisma do empreendedorismo. A ilusão de que o progresso e o desenvolvimento são para todos perpassa a formação da cultura societária nas regiões de colonização recente.

O movimento ecológico de base crítica, necessariamente, deve problematizar o modo de produção e de consumo e orientar a construção de alternativas ao desenvolvimento.

A educação ambiental pode ser um instrumento político-pedagógico de problematização do projeto societário vigente e de construção de outros valores que orientam a relação entre os seres humanos e destes com a natureza.

Portanto, o papel das ONG ambientalistas, sejam elas militantes ou técnico-científicas, têm papel fundamental no sentido de organizar ações e viabilizar projetos que possibilitem o acesso a informações acerca de alternativas de apropriação dos recursos naturais, através da criação de espaços de reflexão sobre a relativização do poder, das leis, do papel de cada um na construção de sua história, da história de povos migrantes na Amazônia.

Nessa perspectiva, os projetos e encaminhamentos das organizações têm um sentido educativo político quando partem de problemas reais, explicitando conflitos e contradições à comunidade em que se desenvolvem.

Os problemas sentidos pela comunidade aparecem como reais quando tomam a forma de um conflito, de uma necessidade premente, de um anseio e demanda, de um interesse concreto. É em torno de necessidades e interesses vitais que o povo pode se mexer e não a partir de esquemas e propostas de cima ou de fora, por melhores que sejam (BOFF, 1986, p.56).

Um projeto educativo emancipatório na sociedade civil deve nascer nas entranhas do grupo implicado, a partir de representações, de experiências vivenciadas nos marcos da cultura dos agrupamentos humanos. Como estas ONG atuam em questões relativas aos

problemas ambientais, é preciso compreender a questão ambiental como um problema social antes de tudo. A tomada de consciência acerca dos problemas ambientais perpassa pela aquisição e re-avaliação de vários saberes construídos ao longo da história da humanidade sobre as relações ser humano/natureza. É um processo de educação política, de entender-se enquanto sujeito histórico, que compreende em que condições de produção a natureza é transformada, o lugar que cada um ocupa nas relações de poder nessa sociedade.

Assim, alguns autores defendem a aliança das ONG ambientalistas com o campo popular e suas respectivas lutas.

Brandão (2004, p.110) defende a aliança, não para se colocar a serviço, mas em uma relação orgânica e persistente de trocas de serviços com os movimentos populares,

Sobretudo em sociedades como as do Terceiro Mundo, a possibilidade mais realista e verdadeira de construção de um terceiro setor de fato condutor de transformações sociais está no fortalecimento das ações e das alianças das frentes populares e de suas causas. É a partir deste lugar social, que não se esgota dentro de uma dimensão classista, que as causas e frentes de estudos e de lutas em favor dos direitos humanos, da natureza e da paz, conquistam um efetivo poder (BRANDÃO, 2004, p.110).

Nesta mesma direção, Waldmann (1997, p.36) também faz um alerta para as ONG que se colocam como interlocutores do movimento ecológico pela necessidade de elaboração de uma política de alianças com o campo popular, que está em contradição com um sistema depredador. As classes dominantes são as que menos podem contribuir para superar uma crise de um modelo do qual são beneficiárias.

Caldart (2004, p.8) afirma que uma luta social é mais educativa ou tem peso formador maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história. Neste caso específico, a integração com os movimentos populares possibilita uma maior publicização e organicidade das organizações para além de um projeto demonstrativo que

venha resolver um problema ambiental específico, pela possibilidade de engajamento de seus integrantes em lutas sociais mais amplas.

Alguns exemplos se destacam no contexto local. Percebe-se que é crescente a inserção da dimensão ambiental nos currículos escolares, principalmente na rede pública, rural e urbana. As organizações populares passam a debater, procurando compreender o conflito socioambiental, e neste sentido, apropriam-se de informações atinentes à legislação ambiental, às consequências para si e para a natureza advinda do manejo inadequado dos bens naturais, bem como. Cito também a rede pela difusão e prática da agroecologia¹⁷, uma ação coletiva que integra elementos da Fundação Agroambiental da Amazônia, da Sociedade Formigas, da UNEMAT e de integrantes da Pastoral da Juventude Rural do Setor Ouro Verde, zona rural do município de Alta Floresta onde se desenvolve o Projeto Escola Camponesa.

A sistematização dos projetos entretanto, é apenas um elo de uma rede¹⁸ que já vem sendo tecida de forma submersa (MELUCCI, 1999), caracterizando um movimento pela disseminação de práticas e valores ecológicos. Não há uma centralidade de organização ou liderança e desenvolve-se através da ação voluntária de todos os sujeitos envolvidos.

A análise dos projetos e respectivos desdobramentos no campo popular apresentam alguns indicativos para se pensar estratégias de mobilização comunitária utilizadas pelas organizações e também o formato dos projetos de educação ambiental que estão sendo desencadeados.

Percebe-se que a educação para uma outra relação com a natureza não pode ser uma ação de adestramento, daqueles que sabem para aqueles que não sabem, mas uma construção

¹⁷ Para Brandenburg (2002), a agroecologia, mais do que uma alternativa de produção da agricultura, mais do que a “ecologização” da agricultura moderna, é considerado um movimento social de ruptura ou um contramovimento ao domínio da lógica industrial de produção.

¹⁸ A Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) é um exemplo prático destas redes submersas e plurais tratada por Melucci, que pode ser acessada no site www.rejuma.rg3.net/.

que se dá na práxis, em que todos são ensinantes e aprendentes de um processo educativo que humaniza, que liberta o povo das amarras da injustiça, através da crítica à cultura que massifica, exclui, destrói vidas e sonhos.

É na socialização de valores que não estão centrados no lucro e na acumulação de poder, mas centradas na construção de formas alternativas de vida entre as pessoas e destas com as instituições sociais e políticas e o meio natural que as ONG têm se destacado como atores e agentes importantes.

Esta construção, entretanto, exige uma metodologia e uma mística realmente libertadoras, entendendo mística como “sentimento materializado em símbolos que ajudam as pessoas a manter a utopia coletiva” (CALDART, 2004, p.17) e lançar-se na construção de outras humanidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E OUTROS HORIZONTES POSSÍVEIS

Analisar as ações e encaminhamentos das ONG ambientalistas de Alta Floresta, à luz da educação nos movimentos sociais, foi o principal objetivo deste trabalho.

A educação é processo, é movimento, portanto, esta pesquisa apresenta alguns apontamentos de uma história inacabada, de seres humanos também inacabados, que estão numa constante busca para compreender-se e compreender o mundo.

Para isso empreendi uma investigação que vai desde o contexto sociopolítico e histórico de inserção das organizações em Alta Floresta, seguido de um perfilamento para compreender a dinâmica interna e externa da forma de participação no espaço público, destacando a dimensão educativa dessa prática social e política, tanto para os seus integrantes quanto para os demais sujeitos coletivos mobilizados.

As ONG ambientalistas de Alta Floresta, na perspectiva dos movimentos sociais contemporâneos, constituem-se em *elos de uma rede em movimento* (SCHERER-WARREN, 1999, 2001, 2002), que integram sujeitos e instituições organizacionais governamentais e não governamentais em luta pela consideração da dimensão ambiental nas políticas públicas no contexto amazônico.

As ONG ambientalistas de Alta Floresta, na sua maioria, têm uma atuação local e global. Os processos de intervenção se dão no nível municipal, em parceria com as Prefeituras, organizações populares, setor econômico-produtivo, dentre outros. Todavia a atuação de algumas organizações pesquisadas como o Instituto Centro de Vida, Ouro Verde, Floresta e Fundação Ecológica Cristalino extrapolam barreiras municipais, nacionais, pois

atuam articuladas com outras organizações governamentais e não governamentais transnacionais, que constituem a rede pela preservação e conservação da Amazônia, como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a SEMA, a FFI, o Banco Mundial, a Cooperação Italiana, dentre outros organismos internacionais.

As redes são espaços de formação do sujeito político e de formação continuada para os integrantes e voluntários das organizações pesquisadas, dadas pela oportunidade de participação em audiências públicas, fóruns, comissões, coalizões e pelas *redes virtuais identitárias* que as organizações estabelecem a partir do uso da Internet, possibilitando a construção de sujeitos coletivos globalizados.

Essa constatação foi sendo evidenciada ao longo da pesquisa, com base nas alianças que as ONG ambientalistas de Alta Floresta realizam tanto em âmbito local, quanto nacional e internacional, e que possibilitam dar um sentido público às suas ações. As articulações colocam integrantes e voluntários das organizações em contato com entidades já solidificadas no campo ambiental e também possibilitam a participação na construção de políticas ambientais globalizadas, além das fronteiras municipais, estaduais e nacionais.

Percebe-se que a criação e a inserção de ONG ambientalistas em Alta Floresta se dão principalmente pela tomada de consciência de que a ONG é um importante mecanismo de participação política, de forçar os poderes constituídos a considerar a dimensão ambiental em suas políticas e também promover e dinamizar as macropolíticas estatais neste contexto.

Este é um espaço educativo relevante para os integrantes das ONG, pois, possibilitam uma participação ativa na construção das políticas, desde a idealização até a implementação junto às bases da sociedade. No trabalho em conjunto com as equipes das organizações governamentais que atuam na área ambiental, aprende-se, sobretudo a conhecer as estruturas da máquina pública, as possibilidades de compartilhamento do poder com a sociedade

política, construindo na prática o *estado ampliado* de Gramsci, dado pela socialização do poder e do saber entre integrantes da sociedade civil e da sociedade política.

Pedro Demo (2001, p.93) diz que a qualidade política das organizações da sociedade civil passa principalmente pela legitimidade do processo do qual são porta-vozes, pela participação de base e pelo planejamento participativo auto-sustentado.

A legitimidade do processo se avalia pelos programas e projetos alternativos desenvolvidos, problemas que o Estado e a escola, enquanto atores da gestão e educação ambiental, não têm dado conta de resolver, como: queimadas descontroladas, desmatamento indiscriminado, uso intensivo de agrotóxico, inexistência de uma política para os resíduos sólidos domiciliares, dentre outros trabalhos comunitários, empreendendo uma luta para dar visibilidade aos problemas ambientais locais, buscando alternativas ao desenvolvimento regional.

Através de mecanismos de mobilização, de envolvimento de pessoas da comunidade, as ONG ambientalistas buscam a construção de um campo ético-político na condução das políticas públicas. A ampliação da *vigilância cidadã*, através de mecanismos de pressão para que as intervenções do Estado não se dêem somente em decorrência de aspectos da reprodução do capital é uma aprendizagem significativa no movimento social.

Entretanto, as organizações ocupam um papel dual e contraditório na relação com o Estado, já que esta é também a principal agência de fomento das organizações,. Diante disso, uma interrogação que se faz é: qual o nível de autonomia das organizações? Como não se subordinar à lógica da eficiência para continuar na parceria com o Estado, reduzindo o campo de luta à sua própria sobrevivência institucional?

A atuação prioritária nas políticas governamentais e as estratégias de mobilização envolvendo os mais diferentes segmentos sociais indicam a construção do *ambientalismo multissetorial* discutido e defendido no Brasil por Eduardo Viola (1999, 2001). Se por um lado, a constituição de redes e parcerias fortalece o movimento ecológico, tendo em vista que amplia o grupo de ressonância, por outro, a política do consenso omite a tensividade que há entre os diversos atores que estão na luta ecológica. Alexandre (2003) discorre sobre os interesses políticos radicalmente divergentes que há entre os diferentes segmentos e classes sociais, com relação à questão ambiental e com relação ao uso dos elementos da natureza.

As ONG ambientalistas têm se destacado como sujeito político na identificação e publicização dos problemas ambientais em Alta Floresta e região através da criação de espaços de debate acerca dos problemas ambientais que afetam o desenvolvimento. Entretanto, mais do que resolver os problemas, a força social destas organizações encontra-se na visibilidade que dão ao conflito socioambiental.

Melucci (1999) diz que os movimentos contemporâneos são profetas do presente. O que eles possuem não é a força do aparato, senão o poder da palavra; anunciam as mudanças possíveis e obrigam os poderes a mostrar-se e lhes dão uma forma e um rosto. Utilizam uma linguagem que parece exclusiva deles, porém, dizem algo que transcende e falam por todos nós.

Como o propósito desta pesquisa foi analisar as ONG como *sujeito político*, é possível afirmar que as mesmas têm papel relevante na correlação de forças com outras instituições públicas e privadas na co-gestão e execução de políticas ambientais em áreas críticas da Amazônia, a exemplo do lócus desta pesquisa.

No que se refere à capacidade de aglutinação de novos sujeitos nessa luta, principalmente àqueles que historicamente não tiveram voz nem vêz nos processos decisórios que afetam a coletividade, a ressonância ainda é tímida, tendo em vista que a maioria dos

trabalhos comunitários são desdobramento de programas governamentais que não nascem como resultado de uma consciência crítica dos grupos sociais implicados.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, A. F. **Ambientalismo Político, Seletivo e Diferencial no Brasil**. 2003. 191p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas Interdisciplinar) - Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis - SC. (mimeo.).

ARROYO, M. G. Educação e Exclusão da Cidadania. In BUFFA *et al.* **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BAVA, S. C. **A força e a fraqueza da Cidadania**. Disponível em: www.poli.org.br/publicações/artigos/primeiroartigo.html. Acessado em: s/d.

BERNARDO, M. Políticas Públicas e Sociedade Civil. In. BURSZTYN, M. (org). **A Difícil Sustentabilidade: políticas energéticas e conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BRANDENBURG, in ALMEIDA, J. A: **A agroecologia: entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. 2002, Disponível em http://www.ufrgs.br/pgdr/textos_abertos/texto_fin_rev_ensaios_fre.pdf. Acessado em 01/07/2005, 26p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BETTO, F. **Desafios da educação popular**. 3. ed. São Paulo: Peres Ltda, 2002.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

BOFF, L. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BOFF, C. **Como Trabalhar com o Povo**. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. (Coleção Fazer - Vozes/IBASE).

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, C. R. A vida reinventada: movimentos sociais e movimento ambientalista. In. PESSOA, J.M. **Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

BRASIL. **Plano De Desenvolvimento Sustentável Para A Região De Influência Da Rodovia Br -163 (Plano Cuiabá-Santarém Sustentável) – Diretrizes para sua elaboração e implementação.** MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E AMAZONIA LEGAL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; MINISTERIO DOS TRANSPORTES; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Brasília, DF: Fevereiro, 2004. (mimeo).

BURSZTYN M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável). In. BURSZTYN, M. (org). **A Difícil Sustentabilidade:** políticas energéticas e conflitos socioambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BUFFA, E. Educação e Cidadania Burguesas. BUFFA *et al.* **Educação e Cidadania:** quem educa o cidadão? 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia da luta pela terra:** o movimento social como princípio educativo. Porto Alegre: 2000. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/art_a_pedagogia_da_luta.asp. Acesso em 15/06/2004.

CASTRO, S. P. *et al.* **A colonização oficial em Mato Grosso:** “a nata e a borra da sociedade”. 2.ed. Cuiabá/MT: EdUFMT/NERU, 2002.

CAVALCANTI, K. Carrascos da Floresta. In. **Revista Veja**, n. (s/n). p. 109-115. 1999.

COSTA, B. Para analisar uma prática de educação popular. In. **Cadernos de educação popular.** Petrópolis: Vozes, 1987, v.1.

DEMO, P. **Pobreza política.** 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

_____. **Política Social, Educação e Cidadania.** 6. ed. Campinas – SP: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In. **Cadernos de Pesquisa.** n. 115, p.139-154. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC. Março, 2002.

DRUMMOND, J. A. A Visão Conservacionista (1920-1970). In. SVIRSKY, E. CAPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil:** passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

FEMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente: Instituto Centro de Vida – ICV. **Municipalizando a ação ambiental:** Bases para a participação da comunidade na gestão ambiental dos municípios. Cuiabá FEMA/ICV, 1998.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

FERNÁNDEZ BUEY, F. **Ética e filosofia política.** Espana: Edicions Bellaterra, 2000. 312p.

_____. **La ecologia política de la pobreza.** Barcelona, 2000 (texto mimeog.).

FILIPPIN, R. F. **Justificativa Teórica para o Apoio Oficial às ações práticas de Justiça Ambiental no Brasil.** Disponível em www.ambietnemeimbipe.org.br/artigos/anexos/artigo_justi%E7a_ambiental.doc. Acessado em 01/11/2005.

FRAGA, P. C. P. **As ONGs e o espaço público no Brasil.** Disponível em www.unesco.org.uy/most/semario/ongs.gobernancia/documentos/PauloPontesFraga.doc. Acessado em 20/11/2004.

FREIRE, P. **Educação e mudança,** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e Educação.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época; v.23)

GENTILI, P. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: Azevedo, J. C. et. al. (Orgs.). **Utopia e democracia a educação cidadã.** Porto Alegre: Editora UFRGS/SME, 2000.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Educação popular na América Latina no novo milênio:** impactos do novo paradigma. In: Revista de Educação Pública. Cuiabá, EdUFMT, v. 11, n. 19, jan-jun. 2002.

_____. **Movimentos sociais e educação.** 2. ed., São Paulo: Cortez, 1994. (Questões da nossa época: v.5)

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época: v.123)

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARÃES NETO, R. B. **A lenda do ouro verde:** política de colonização do Brasil contemporâneo. UNICEM Publicações. UNESCO, 1999. (Coleção Tibanaré, v.2)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico.** Rio de Janeiro, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico:** uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LUDKE, M.; ANDRÉ. E. D. A, M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINE-COVRE, M. L. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos).

MEDINA, N.M. Uma experiência de Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso: Alta Floresta. In. PAVAN, C. (Org.). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia.** Brasília: MMA/ Recursos Hídricos da Amazônia Legal. São Paulo: Memorial, 1996. (3.v.)

MELUCCI, A. **Accion coletiva, vida cotidiana y democracia.** México: El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999. 260 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/IBAMA/PROARCO/MCT/INPE. **Totais Mensais de Focos de Calor para os Estados da Amazônia Legal.** 2000/2001/2002/2003/2004. Disponível em www.ibama.gov.br/proarco/relatório/Amaz_legal.htm. Acessado em 07/09/2005.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Meio Ambiente e Saúde.** 3 ed. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

MIRANDA L.; AMORIM L. **Mato Grosso – Atlas Geográfico.** Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

MONTAÑA. C. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In. **Revista Serviço Social.** n. 59. São Paulo: Cortez, Março, 1999.

MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG?** São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos)

OLIVEIRA, M. **Geografia-Do olhar do Homem aos Segredos da Natureza.** Tomo 1. Fascículo 3. Cuiabá – MT. Universidade Federal de Mato Grosso/ Núcleo de Educação Aberta e a Distância. EdUFMT, 2002.

PASSOS, L. A.; SATO, M. Estética da Carta da Terra: pelo prazer de (na tensividade) conviver com a diversidade! In. RUSCHEINSKY, A. (org.) **Educação Ambiental- abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p.15-36

PESSOA, J. M. (org.) **Saberes do nós:** ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia-GO: Editora da UCG, 2004.

PRETI, O. **O Projeto de Pesquisa:** o caminho das pedras. IE/NEAD/UFMT, 2002. (mimeo.)

PROTOCOLO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AO FOGO. Alta Floresta, 2003. (mimeo.)

RIECHMANN J.; FERNÁNDEZ BUEY, F. **Redes Que Dan Libertad- Introducion a los nuevos movimientos sociales.** Barcelona-Buenos Aires- México: Ediciones Paidós, 1994.

ROSA, R. D. **A constituição da escola como um espaço de formação do colono junto aos projetos de colonização do norte mato-grossense: Alta Floresta: 1976 a 1996.** Dissertação (Mestrado), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999. (mimeo.).

ROSSIAUD, J. Associativismo Civil em Florianópolis: evolução e tendência. In **Revista de Ciências Humanas.** Florianópolis: EdUFSC, n. 26, p.1125-134, out.1999.

ROSSIAUD, J; SCHERER-WARREN, I. **A democratização inacabável:** as memórias do futuro. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SATO, M. **Educação para o Ambiente Amazônico.** 1997. 239p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. São Carlos – SP.

_____. **Sociedades Sustentáveis:** opção e identidade de uma educadora ambiental. IV Encontro de Educador@s Ambientais de Mato Grosso – Sociedades Sustentáveis ou Desenvolvimento Sustentável: opções de identidades da Educação Ambiental. Cuiabá: Anais, 2005. Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental, 2005, p.40-42.

SATO, M; PASSOS L. A. Versos e Reversos da Diversidade. In. **Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental e II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental.** Anais (Conferência

de Abertura). Erechim: URI, 2002, p.115-126. Disponível em http://www.hortaviva.com.Br/pgxx_polenizando_0009.htm. Acesso em 08/09/2005.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso**. São Paulo: Loyola, 1985.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem Fronteiras – ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

_____. **Organizações voluntárias em Florianópolis: Cadastro e Perfil do Associativismo Civil**. Florianópolis: Insular, 1996, 96 p.

_____. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 3. ed. – São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SEMERARO, G. O educador político e o político educador. In. SEMERARO, G. (Org.). **Filosofia e Política na formação do professor**. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2004.

_____. Tornar-se “dirigente”. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In. COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SZYMANSKI, H. et. al. Perspectivas para a análise de entrevistas. In. SZYMANSKI, H. (org.). **A entrevista na pesquisa em educação**. Brasília: Editora Plano, 2000.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

TORO, J. B. et. al. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília. MMA/ Recursos Hídricos e Amazônia Legal. Secretaria de Recursos Hídricos. Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS. UNICEF, 1997, 104 p.

TORRES, A.; PASSOS, L. A. Educação: tarefa da democracia. In. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá: EdUFMT, v.11. n. 19. jan-jun. 2002.

TREVISOL, J. V. **Tecendo a sociedade civil global e ampliando a esfera pública: a articulação dos atores civis ante o projeto Hidrovia Paraguai-Paraná**. 2000. 352 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, T. C. B. S. As relações de Redes e Parcerias desenvolvidas pelo Associativismo Civil Florianopolitano. In. SCHERER- WARREN I. & CHAVES I. M. **Associativismo Civil em Florianópolis – trajetórias e tendências.** Florianópolis: Insular, 2004, 192 p.

VIEIRA, LISZT, P. 181 A 187. In. ROSSIAUD E SCHERER-WARREN. **A democratização Inacabável:** as memórias do futuro. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIOLA, E; LEIS, H; FERREIRA L. C. Confronto e Legitimação (1970 a 1990). In. SVIRSKY, E. CAPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil:** passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

VIOLA, E. J; LEIS, H. R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além do Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. 3. ed., São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

WALDMAN, M. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1992. (Caminhos da Geografia).

ANEXOS

ANEXO I

MAPEAMENTO DAS ONG AMBIENTALISTAS DE ALTA FLORESTA

Nome do Informante:

Função:

A- CONSTITUIÇÃO E MISSÃO INSTITUCIONAL

1 – Identificação:

2 – Tempo de Existência:

4 – Objetivo e Missão Institucional:

3 – Tempo de Atuação em Alta Floresta:

B- ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DE AÇÃO

local regional nacional internacional

C- CAMPO DE ATUAÇÃO NO CONTEXTO DO AMBIENTALISMO

1 - Campo sócio-político de atuação

2 - Natureza das Atividades Desenvolvidas

reivindicativa de política públicas formação/comunicação propositiva de políticas públicas assessoria à outras entidades e movimentos sociais

Outras: _____

3 – População – beneficiária dos seus projetos:

D - FONTE DE FINANCIAMENTO DOS PROJETOS

1 - Como a organização se mantém:

() pelos próprios integrantes () doações de voluntários () cooperação internacional

() organizações governamentais

E – FUNÇÃO E VÍNCULO DOS INTEGRANTES DA ORGANIZAÇÃO EM ALTA FLORESTA-MT

Função ou trabalho desenvolvido pelos Integrantes	TIPO DE VÍNCULO COM A ORGANIZAÇÃO		
	Profissional remunerado	Voluntário	Estagiário

F – RELAÇÕES EXTERNAS NO COTIDIANO DA ORGANIZAÇÃO

1 – Articulação/parceria nos Trabalhos Comunitários

Instituição/ entidade	Tipo de relação	Observação:

2 – Redes e Espaços Colegiados que participa

Denominação	Forma de comunicação/participação

ANEXO III

ROTEIRO DA ENTREVISTA ABERTA

- 1) O que motivou a inserção da organização no município;
- 2) Como avalia o trabalho da/na organização;
- 3) Como vê a atuação da organização nos projetos desenvolvidos junto à comunidade;
- 4) Como a organização participa das políticas governamentais;
- 5) Quais as aprendizagens que esta participação propicia?

ANEXO IV

DESCRIÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO NOS ANOS DE 2003 E 2004

1) Fundação Ecológica Cristalino

1) Projeto – piloto: Escola da Amazônia Regional

Duração: 2004

Objetivo: educação ambiental através da imersão do aluno na floresta amazônica.

Origem da demanda: Dentro dos objetivos da Fundação de sensibilizar a comunidade local para a conservação e preservação de áreas prioritárias na região.

População beneficiária: alunos do Ensino Médio da E.E. Jaime Veríssimo de Campos

Instituições envolvidas: turistas e pesquisadores da área ambiental, UNEMAT local, FFI, uma ONG inglesa.

Metodologia: capacitação de 08 educadores ambientais locais, mobilização de um grupo de alunos da “Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos” para desenvolvimento do trabalho de campo com os mesmos.

Resultados: Em estudo, para implantação do projeto em outros contextos.

2) Instituto Centro de Vida

1) Projeto de Educação Ambiental para o Entorno do Parque Cristalino

Duração/tempo de execução: 2002

Objetivo: Desenvolver ações de Educação Ambiental visando a sensibilização da população dos municípios do entorno do Parque para o reconhecimento e conservação das Unidades de Conservação criadas.

População beneficiária: professores da rede pública de ensino, técnicos dos órgãos públicos agorambientais como agentes multiplicadores.

Entidades envolvidas: Prefeitura Municipal através das Secretarias de Educação, Agricultura e Meio Ambiente, FEMA.

Financiamento: FEMA, com recursos do Banco Mundial

Metodologia: seminários e cursos para formação de multiplicadores direcionados aos professores, lideranças e funcionários públicos ligados a agricultura e meio ambiente.

Resultados: criação da Campanha SOS Parque Cristalino, criação da Associação dos Amigos do Parque Cristalino.

2) Programa Fogo: Amazônia Encontrando Soluções

Tempo de Execução: 1999 a 2003

Objetivo: integrar ações emergenciais de controle de fogo com a ação preventiva, através de ações que possam ser feitas e replicadas pela própria comunidade.

População beneficiária: produtores rurais, mas envolve toda a comunidade em alguns momentos.

Financiamento: Cooperação Italiana

Metodologia: Treinamento e implantação de unidades demonstrativas de manejo de pastagem ecológica e sistemas agroflorestais, ações de educação ambiental, conscientização e comunicação.

Resultados: Implantação do Protocolo Municipal de Prevenção do Fogo.

3) Implantação e Implementação do Programa de Gestão Territorial Ambiental Rural

Demandatário: Governo Federal – MMA, MDA e outros ministérios.

Função: coordenação do programa na região;

Duração: Início em Junho/2004 até 2006

Objetivo: identificar as demandas do território em relação às políticas de meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável

População beneficiária: agricultores familiares do Portal da Amazônia

Instituições envolvidas: MMA, MDA, IOV, Prefeituras dos municípios que compõe o território Portal da Amazônia, Cooperativas, Associações de Produtores Rurais, Sindicatos Rurais, Organizações camponesas, movimentos sociais, UNEMAT, dentre outras.

Financiamento: MMA, através da FAO e Prefeituras do Portal da Amazônia.

Metodologia: mobilização dos agricultores familiares e lideranças locais na implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável

3) Fundação Agroambiental da Amazônia

Projeto: Disseminação da Agroecologia e Laboratório para criação de biocontroladores de pragas de pastagens

Ano de Implantação: 2002

Duração: constante

População beneficiária: pequenos, médios e grandes produtores agropecuarios

Objetivo: implementar práticas conservacionistas, criando e disponibilizando aos produtores, agentes biocontroladores de doenças e pragas de plantas como alternativa às práticas tradicionais impactantes e insustentáveis como o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Origem da demanda: Detecção de que o controle químico das pragas é ineficiente, inviável economicamente, pela necessidade de disseminar alternativas agroecológicas e a necessidade de mudanças na cultura do manejo de gado.

Organizações envolvidas: Prefeitura Municipal de Alta Floresta/ EMPAER/CEPLAC/ UNEMAT/ PJR/ MPA/ COOPERAGREPA/ Ministério da Agricultura.

Financiamento: poder público municipal e federal; consignação dos produtores rurais.

Metodologia de trabalho: mobilização comunitária, palestras e cursos aos agricultores, busca de parcerias com organizações governamentais e não governamentais para construção e manutenção do laboratório de fungos.

Resultados: o projeto busca auto-sustentação através da comercialização dos biocontroladores e voluntariado.

4) Sociedade Formigas

1) Projeto: Alternativa para minimizar os efeitos indesejáveis dos resíduos domiciliares

Duração/ tempo de execução: constante desde 2003

Origem da demanda: idealizado pelo grupo como alternativa ao destino do lixo, tendo em vista que não há uma coleta seletiva e tratamento de lixo no município.

Objetivo: conscientizar a comunidade para deixar de queimar folhas, fazer compostagem e horta.

População beneficiária: donas-de-casa, alunos da rede pública e toda comunidade indiretamente.

Instituições envolvidas: Coordenação do Meio Ambiente, UNEMAT e a própria população alvo.

Financiamento: não tem, é voluntário em todo o processo.

Metodologia: oficinas nas escolas, comunidades, bairros da zona urbana, com teoria e prática, culminando na montagem de composteiras.

Resultados: disseminação das oficinas nos diferentes setores da comunidade.

2) Projeto Piloto Escola Camponesa

Implantação/ Tempo de Execução: implantado em Abril/ 2004.

Origem da demanda: idealizado pela equipe da ONG tendo em vista a necessidade de disseminar a agroecologia como uma alternativa a agricultura familiar.

População beneficiária: jovens participantes dos grupos da Pastoral da Juventude Rural de Alta Floresta e Carlinda.

Instituições envolvidas: Pastoral da Juventude Rural, ativistas da UNEMAT local , FUNAM, CPT, MPA.

Metodologia: oficinas teórica e prática sobre as implicações da agricultura moderna para o meio ambiente e o campesinato e a disseminação de práticas agroecológicas.

Resultado: envio de um projeto “ Capacitação, Implantação e disseminação de experiências Agroecológicas” para o PADEQ-PDA-MMA para requerer recursos financeiros e continuar este trabalho e criação de Grupos de Produção e Resistência ao modelo agrícola, através da produção de mudas para recuperação da mata ciliar.

5) Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável

Projeto: Programa de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais na Amazônia

Duração/Tempo de Execução: 2004 a 2006

Objetivo: Controlar as queimadas e desenvolver a agricultura sustentável

População beneficiária: produtores rurais, principalmente os agricultores familiares e toda a comunidade.

Origem da demanda: este programa vem sendo desenvolvido na região desde 1999, pelo Instituto Centro de Vida. Está sendo executado pelo Instituto Floresta e faz parte de um programa maior da Cooperação Italiana no Brasil, em parceria com várias ONG e com o Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.

Instituições envolvidas: MMA, Prefeituras Municipais, associações de produtores, sindicatos rurais, igrejas, universidade, escolas, ONG, Corpo de Bombeiros, CONDEMA, IBAMA, FEMA, Cooperação Italiana.

Financiador: Cooperação Italiana.

Metodologia: reuniões, palestras, unidades demonstrativas de manejo de pastagens e oficinas práticas de queimada controlada.

Resultados: Protocolo Municipal de Intenções para controle do fogo.

6) Instituto Ouro Verde

1)Projeto: Programa de Rádio “Vida Rural”

Tempo de Execução: 4 meses (Maio a Agosto/2004)

Objetivo: Repasse de informações técnicas aos produtores rurais sobre diferentes aspectos da produção de leite.

População beneficiária: produtores de leite da região de Alta Floresta.

Origem da demanda: o projeto foi idealizado pelo Instituto, tendo em vista que a produção de leite tem sido uma alternativa econômica importante para os pequenos produtores rurais da região, nos últimos anos.

Organizações envolvidas: Rádio Progresso/ IBAMA/ Empresas de Nutrição animal e de equipamento de ordenha.

Metodologia: Apresentação de um programa de rádio dirigido aos produtores de leite da região com informações acerca de manejo adequado, produtividade e políticas públicas para o setor, veiculados cotidianamente.

Resultados: Produção de CDs gravados com os programas e visibilidade da organização junto a este segmento social.

2) Projeto: Curso de Comunicação Aplicada aos Programas de Educação Rural

Duração/Tempo de Execução: 40 horas, em Julho/2004.

População beneficiária: técnicos dos órgãos públicos e das ONG que trabalham com o produtor rural.

Objetivo: Repasse de didática e metodologia de ensino de intervenção no meio rural.

Instituições envolvidas: Sindicato Patronal Rural, UNEMAT, ICV, CEPLAC, IBAMA, EMPAER, FEMA.

Financiamento: recursos das instituições envolvidas

Metodologia: curso de capacitação para agentes educativos do meio rural

Resultados: relatórios de avaliação dos participantes do curso e nascimento da parceira com o Instituto Centro de Vida na estruturação de outros projetos.

3) Implantação e Implementação do Programa de Gestão Territorial Ambiental Rural

Demandatário: Governo Federal – MMA, MDA e outros ministérios.

Função: coordenação do programa na região, mais especificamente junto aos produtores de leite;

Duração: Início em Junho/2004 até 2006

Objetivo: identificar as demandas do território em relação às políticas de meio ambiente e desenvolvimento rural.

População beneficiária: agricultores familiares do Portal da Amazônia.

Instituições envolvidas: MMA, MDA, ICV, Prefeituras dos municípios que compõe o território Portal da Amazônia, Cooperativas, Associações de Produtores Rurais, Sindicatos Rurais, Organizações camponesas, movimentos sociais, UNEMAT, dentre outras.

Financiamento: MMA, através da FAO e Prefeituras.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)